

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Manual do professor



Autores principais: UNISA, South Africa

1. Rudi Pretorius and Melanie Nicolau

Autores colaboradores das seções sobre a África

2. Rudi Pretorius
3. Melanie Nicolau
4. Lindokuhle Sibiyi
5. Zongho Kom

Autores colaboradores das seções sobre a América Latina

6. Luciana Londero Brandli
7. Amanda Lange Salvia
8. Janaina Mazutti

Autores colaboradores das seções sobre a Europa

9. Andrzej Razkowski
10. João Henrique Paulino Pires Eustáquio
11. Jennifer Pohlmann

Edição em Inglês

12. Lianda Cruywagen

Tradução para IsiZulu

13. Unisa: Diretoria de Serviços Linguísticos

Tradução para Sesotho sa Leboa

14. Unisa: Diretoria de Serviços Linguísticos

Tradução para Português

15. Gabriela Rodrigues

Para citar esse manual:

Pretorius, R., Nicolau, M., Sibiyi, L., Kom, Z., Brandli, L., Salvia, A., Mazutti, J., Raszkowski, A., Eustachio, J. H. P. P., Pohlmann, J. 2023. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das Desigualdades: Manual do Professor*. Resultado do projeto colaborativo financiado pelo DAAD entre a HAW, UPF e Unisa: *Introdução Digital aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior – Aspectos regionais na implementação dos ODS a partir do Brasil e da África do Sul (DITTS)*. Universidade da África do Sul, África do Sul.

Coordenadores do projeto:

Prof. Dr. mult. Walter Leal Filho (Universidade de Ciências Aplicadas de Hamburgo), Prof^a. Dra. Luciana Londero Brandli (Universidade de Passo Fundo) e Prof. Dr. Rudi Wessel Pretorius (Universidade da África do Sul).

A redação deste manual foi financiada pelo DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst) - Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2.1 Importância do ODS 10	13
2.2 Interdependências do ODS 10	17
2.3 Vantagens do ODS 10	22
2.4 Desafios na implementação do ODS 10	25
3. VISÃO GERAL DAS CRISES QUE TÊM UM IMPACTO NEGATIVO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES GLOBAIS E NO ALCANCE DO ODS 10	32
3.1.1 Impacto das mudanças climáticas na África	35
3.1.2 Impacto das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe	36
3.1.3 Impacto das mudanças climáticas na Europa	39
3.2 Pandemia da COVID-19	43
3.2.1 Impacto da COVID-19 na África	44
3.2.2 Impacto da COVID-19 na América Latina e no Caribe	46
3.2.3 Impacto da COVID-19 na Europa	48
3.3 Conflito	52
3.3.1 Conflito na África	54
3.3.2 Conflito na América Latina e no Caribe	56
3.3.3 Conflito na Europa	58
4. PROGRESSO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES GLOBAIS ATÉ 2030	72
4.1 Progresso regional na África	74
4.2 Progresso regional na América Latina e no Caribe	80
4.3 Progresso regional na Europa	86
5.1 África	93
5.1.1 Uganda: Promover os direitos dos refugiados por meio da aplicação eficaz do ODS 10 e dos indicadores relacionados 10.7.2 e 10.7.4.	94
5.1.2. Tanzânia: Programa conjunto para apoiar a Rede de Segurança Social Produtiva (PSSN) da Tanzânia	100
5.1.3 Cameroon: Programa conjunto em Buea, região sudoeste, para reduzir a desigualdade	106
5.2 América Latina e Caribe	113
5.2.1 Equador: O programa “Bono de Desarrollo Humano”	113
5.2.2 Chile: Ensino superior público gratuito	117
5.2.3 Brasil: Programa de Apoio à Realocação de Refugiados (PARR)	119
5.3 Europa	122
5.3.1 Suécia: Responsabilidade democrática, Estado de Direito e direitos humanos na prática, doador global de ajuda	123
5.3.2 França: Unida Contra o Ódio – combatendo todas as formas de discriminação e melhorando o acolhimento e a integração de estrangeiros.	131

5.3.3 Bulgária: Projeto "Nós também podemos – 2" - melhorando o acesso ao mercado de trabalho para desempregados de grupos desfavorecidos e apoio para refugiados e migrantes.	141
6. EXEMPLOS DE EXERCÍCIOS E AVALIAÇÕES	149
6.1 Exercícios	149
6.2 Avaliações	151
7. Considerações Finais	155

1. INTRODUÇÃO

Os professores (leitores) serão capacitados para:

1. Fornecer a ligação entre os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).
2. Explicar a origem e o objetivo geral dos ODS.
3. Nomear e discutir brevemente as cinco áreas prioritárias dos ODS.
4. Posicionar o ODS 10 no âmbito da Agenda 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o componente central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, conforme acordado pelas Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015. A Agenda 2030 consiste num conjunto de 17 objetivos interligados (Nações Unidas, 2015), com indicadores e metas associados que deverão ser alcançados até 2030.

A Agenda 2030 foi desenvolvida como um plano de ação com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da humanidade em cinco áreas prioritárias: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (referidas como os “cinco Ps”), bem como continuar o progresso feito com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que vigoraram durante os anos de 2000 a 2015. Os ODM consistiam em oito objetivos de desenvolvimento internacionais e foram apoiados por 21 metas individuais. Em comparação com os ODM, os ODS têm um âmbito mais abrangente, dependem mais da ação coletiva e são mais detalhados, com a mensagem muito clara de que o sucesso dependerá do apoio ativo e da participação de cada nação (Feeny, 2020).

Os ODS fornecem um quadro dentro do qual abordagens globais podem ser planeadas e implementadas para garantir um futuro justo, saudável e próspero para as gerações atuais e futuras (Morton et al., 2017). Um elemento chave é que todos os ODS estão interconectados e que não levar isso em conta levará a uma abordagem altamente ineficaz para enfrentar o dilema da sustentabilidade que o mundo está enfrentando (Van Soest et al., 2019). Segundo Van Soest et al. (2019), existem interações-chave em todas

as áreas de importância crítica para os ODS, mas especialmente dentro da área de "pessoas", bem como entre as áreas de "pessoas" e "prosperidade", e entre as áreas de "pessoas" e "planeta". A Figura 1 apresenta o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



Figura 1. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Nações Unidas, sd)

De certa forma, os ODS surgiram a partir dos ODM e com a intenção de ir além deles. Por exemplo, embora os ODM não tivessem um objetivo específico para a desigualdade e tenham sido criticados pelo seu desrespeito, por exemplo, das desigualdades dentro dos países (Organização Mundial da Saúde, 2015), a Agenda 2030 abordou esta limitação adicionando um objetivo específico dedicado à redução das desigualdades, nomeadamente o ODS 10.

Este manual trata especificamente do ODS 10 – redução das desigualdades, que é um dos ODS na área da “prosperidade”. Oficialmente, o ODS 10 é formulado como “Reduzir a desigualdade dentro e entre os países” (Nações Unidas, 2022a). Ao proporcionar um

espaço para a desigualdade na agenda global, o ODS 10 cria oportunidades de envolvimento e inovação para tomar medidas para resolver esta questão a nível global (Doidge e Kelly, 2013).

A inclusão do ODS 10 como um dos objetivos globais pode ser vista em grande parte como uma reação às crescentes disparidades de riqueza observadas em todo o mundo nas últimas décadas, bem como a reação política a essas disparidades (Oestreich, 2018). Um exemplo é o debate público que surgiu em 2017, quando a Oxfam concluiu, a partir dos números da ajuda publicados pela OCDE, que apenas oito homens possuíam a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo (Oxfam, 2017). No entanto, o ODS 10 não se limita apenas aos parâmetros económicos, mas inclui a consideração de uma variedade de mudanças jurídicas, sociais e económicas que são necessárias dentro e entre países, para reduzir a desigualdade em termos de posição material e posição social.

Leituras complementares

1. Feeny, S. 2020. Transição dos ODM para os ODS: Lições aprendidas? Em Churchill, SA (ed.) Passando do milénio para os objetivos de desenvolvimento sustentável (343–351). Palgrave Macmillan, Singapura.
2. Oestreich, JE 2018. ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro e entre os países. Alternativas Sociais, 37(1), 34-41
3. Nações Unidas. 2022b. Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2022. Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2022/07/sdgs-report/>

Exemplos de questões para avaliação

Introdução

1. Cite as cinco áreas de importância crítica às quais os 17 ODS estão ligados e explique por que isso é chamado de cinco Ps.
2. Explique a ligação entre os ODM e os ODS.

3. Explique como os ODS diferem dos ODM.
4. Onde o ODS 10 se enquadra nos cinco Ps?
5. Que áreas de preocupação são abordadas principalmente pelo ODS 10?

Referências consultadas

Doidge, M. and Kelly, S. 2013. SDG 10: Reduce inequality within and among countries. *Jean Monnet Sustainable Development Goals Network Policy Brief Series*, 1-8.

Feeny, S. 2020. Transitioning from the MDGs to the SDGs: Lessons learnt? In Churchill, S.A. (ed.) *Moving from the millennium to the sustainable development goals* (343–351). Palgrave Macmillan, Singapore.

Morton, S., Pencheon, D. and Squires, N. 2017. Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation. *British Medical Bulletin*, 124, 81–90.

Oestreich, J.E. 2018. SDG 10: Reduce inequality in and among countries. *Social Alternatives*, 37(1), 34-41.

Oxfam. 2017. An economy for the 99%. Available at: https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp-economy-for-99-percent-160117-en.pdf Accessed 12 June 2022.

United Nations. n.d. Communications materials. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/news/communications-material/> Accessed 8 August 2022.

United Nations. 2015. Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development. General Assembly Resolution A/RES/70/1. Available at: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E Accessed 7 August 2022.

United Nations. 2022a. Goal 10: Reduce inequality within and among countries. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://sdgs.un.org/goals/goal10> Accessed 11 June 2023.

United Nations. 2022b. Sustainable Development Goals Report 2022. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2022/07/sdgs-report/> Accessed 11 June 2023.

Van Soest, H.L., Van Vuuren, D.P., Hilaire, J., Minx, J.C., Harmsen, M.J., Krey, V., Popp, A., Riahi, K. and Luderer, G. 2019. Analysing interactions among sustainable development goals with integrated assessment models. *Global Transitions*, 1, 210–225.

World Health Organisation. 2015. *Health in 2015: From MDGs to SDGs*. WHO Press, Geneva. Available at: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565110>
Accessed 11 June 2023.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 10

Os professores (leitores) serão capacitados para:

1. Definir o ODS 10 e listar suas metas e indicadores.
2. Explicar a importância do ODS 10 com referência às desigualdades dentro e entre países.
3. Listar e explicar cinco vantagens do ODS 10.
4. Refletir sobre as interdependências entre o ODS 10 e os outros ODS.
5. Compreender as implicações das interdependências entre o ODS 10 e os outros ODS.
6. Compreender os desafios envolvidos para alcançar o ODS 10 e discutir exemplos de ações para enfrentar esses desafios.

O ODS 10 consiste em dez metas através das quais os estados membros da ONU encontraram consenso sobre a seguinte ampla gama de tópicos relacionados com a desigualdade (Kuhn, 2020):

1. alcançar e manter o crescimento do rendimento entre os 40% mais pobres da população a uma taxa superior à média nacional (ODS 10.1)
2. trabalhar ativamente para a inclusão social e política de todos (ODS 10.2)
3. defender a igualdade de oportunidades enquanto se trabalha para reduzir as desigualdades de resultados (ODS 10.3)
4. adoção de políticas para alcançar progressivamente maior igualdade (ODS 10.4)
5. melhoria da regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais, ao mesmo tempo que fortalece a implementação de regulamentos a este respeito (ODS 10.5)
6. trabalhar no sentido de uma maior representação e voz para os países em desenvolvimento na tomada de decisões nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais (ODS 10.6)
7. facilitação da migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas (ODS 10.7)

8. tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento (ODS 10.a); assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros para estados onde a necessidade é maior (ODS 10.b), e redução dos custos de transação das remessas de migrantes para menos de 3% até 2030 (ODS 10.c)

Tabela 1. Metas e indicadores para o ODS 10

	Metas	Indicadores
10.1	Até 2030, alcançar e sustentar progressivamente o crescimento do rendimento dos 40 por cento da população mais pobre a uma taxa superior à média nacional até 2030, alcançar e sustentar progressivamente o crescimento do rendimento dos 40 por cento da população mais pobre a uma taxa superior à média nacional.	10.1.1 Taxas de crescimento das despesas familiares ou do rendimento per capita entre os 40 por cento da população mais pobre e a população total.
10.2	Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou estatuto econômico ou outro.	10.2.1 Proporção de pessoas que vivem abaixo de 50 por cento do rendimento médio, por sexo, idade e pessoas com deficiência.
10.3	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, nomeadamente através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.	10.3.1 Proporção da população que relata ter se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses com base em um motivo de discriminação proibido pela legislação internacional de direitos humanos.
10.4	Adotar políticas, especialmente políticas fiscais, salariais e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.	10.4.1 Participação do trabalho no PIB, incluindo salários e transferências de proteção social.
10.5	Melhorar a regulamentação e a monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e reforçar a implementação de tais regulamentações.	10.5.1 Indicadores de Solidez Financeira.
10.6	Garantir maior representação e voz para os países em desenvolvimento na tomada de decisões nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de criar instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas.	10.6.1 Proporção de membros e direitos de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais.
10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, nomeadamente através da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.	10.7.1 Custos de recrutamento suportados pelo funcionário como proporção da renda anual auferida no país de destino. 10.7.2 Número de países que implementaram políticas de migração bem geridas.
10a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio.	10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicadas às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero.

10b	Incentivar a ajuda oficial ao desenvolvimento e os fluxos financeiros, incluindo o investimento direto estrangeiro, para os Estados onde a necessidade é maior, os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais.	10.b.1 Fluxos totais de recursos para o desenvolvimento, por países receptores e doadores e tipo de fluxo (por exemplo, ajuda oficial ao desenvolvimento, investimento estrangeiro direto e outros fluxos).
10c	Até 2030, reduzir para menos de 3 por cento os custos de transação das remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5 por cento.	10.c.1 Custos de remessa como proporção do valor remetido.

Fonte: Nações Unidas (2022a)

O ODS 10 aborda ainda três tipos diferentes de desigualdade, nomeadamente as desigualdades horizontais (ou seja, as desigualdades entre grupos sociais, étnicos, linguísticos ou populacionais); desigualdades verticais (ou seja, desigualdades de riqueza, rendimento ou resultados sociais); e desigualdades entre países (MacNaughton, 2017). A meta 10.1 centra-se no crescimento do rendimento e aborda a desigualdade vertical, enquanto o foco das metas 10.2, 10.3 e 10.4 está nas desigualdades horizontais, de acordo com as cláusulas de não discriminação associadas aos direitos humanos. As metas 10.5, 10.6 e 10.7 enfatizam as dimensões globais e Sul-Norte, enquanto as três últimas metas também se concentram nas desigualdades entre países.

Dentro do país	Entre países	Implementação
As metas 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 abordam as desigualdades dentro dos países. Estas metas transcendem as dimensões sociais, económicas e políticas, visando assim expandir a prosperidade, a inclusão e a proteção social. A propagação da COVID-19 intensificou a discriminação estrutural e sistémica e as desigualdades generalizadas. De 2017 a 2021 ± uma em cada cinco pessoas sofreu alguma discriminação proibida pelo	As metas 10.5, 10.6 e 10.7 abordam as desigualdades entre os países. Estas metas dão atenção aos fluxos transfronteiriços de finanças e pessoas, e à distribuição de voz nas instituições globais. Embora tenha diminuído 3,8% entre 2013 e 2017, estima-se que a desigualdade de rendimentos entre países aumentou 1,6% entre 2017 e 2021. Este aumento deve-se em grande parte ao impacto da	As metas 10.a, 10.b e 10.c abordam meios de implementação. Estas metas propõem medidas para alcançar uma maior igualdade, direcionando os fluxos de recursos para os mais necessitados. Em termos de progresso, verifica-se um declínio na parcela do rendimento do trabalho entre 2014 e 2019. A Europa e a América do Norte estão a impulsionar este declínio, enquanto a Oceânia e a Ásia Central e do Sul também

direito internacional dos direitos humanos. As mulheres têm duas vezes mais probabilidades do que os homens de sofrer discriminação com base no gênero.	pandemia da COVID-19, pode tornar-se enraizado e afetar desproporcionalmente as famílias dos países de baixo rendimento. Isto trava o declínio constante da desigualdade de rendimentos observado desde 1988.	apresentam declínios significativos, o que exacerba a desigualdade de rendimentos. No entanto, a África Subsaariana, a América Latina, Caraíbas e a Ásia Oriental e do Sudeste Asiático estão a apresentar aumentos, embora ocorram a partir de um ponto de partida mais baixo.
---	---	---

Figura 2. Observações e tendências nas três principais áreas temáticas do ODS 10
(Fonte: Compilação dos autores, Nações Unidas, 2022b)

É conveniente conceitualizar o ODS 10 em termos de três áreas temáticas: i) dentro das desigualdades entre países, ii) entre desigualdades entre países e iii) meios de implementação. Estas áreas temáticas servem como ilustração do amplo âmbito, abrangência e significado associado do ODS 10. A Figura 2 fornece uma representação diagramática e uma visão geral de alguns aspectos importantes associados a cada uma destas três áreas temáticas do ODS 10.

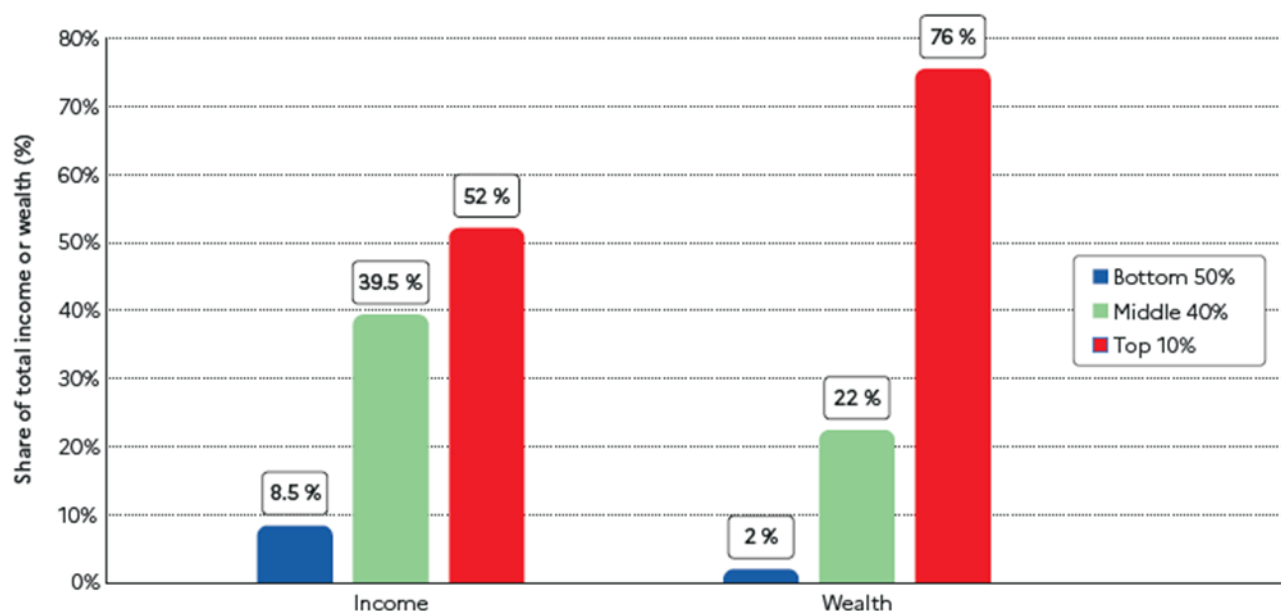
Leituras complementares

1. Kuhn, H. 2020. Reducing inequality within and among countries: Realizing SDG 10: A developmental perspective. In Kaltenborn, A. et al. (eds.) Sustainable development goals and human rights. Springer: Cham. pp.137-153.
2. MacNaughton, G. 2017. Vertical Inequalities: Are the SDGs and Human Rights Up to the Challenges? International Journal of Human Rights, 21(8),1050.

2.1 Importância do ODS 10

A desigualdade tem aumentado nas últimas décadas, permanece inaceitavelmente elevada em todas as principais dimensões da vida humana e representa uma ameaça à consecução do desenvolvimento sustentável (Cullet, 2022; Nações Unidas, 2022b). Isto refere-se, em primeiro lugar, às desigualdades de rendimento e de riqueza, que são geralmente aceites como graves e continuam a aumentar a nível mundial (Oxfam, 2023). A este respeito, o Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2022 (Chancel et al., 2022)

revela que os 10% mais ricos da população mundial ganham atualmente 52% do rendimento global, enquanto a metade mais pobre da população ganha apenas 8,5% dele. As desigualdades globais em termos de riqueza são mais pronunciadas, com a metade mais pobre da população mundial quase não possuindo qualquer riqueza (2% do total), enquanto os 10% mais ricos possuem 76% de toda a riqueza. Consulte a Figura 3 para obter uma representação gráfica das desigualdades globais de rendimento e riqueza em 2021. A prevalência e o impacto da desigualdade no rendimento e na riqueza agravaram-se durante a pandemia da COVID-19, com o aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis (Oxfam, 2023). O Banco Mundial (2022) relata que durante a pior fase da pandemia da COVID-19, as perdas de rendimento sofridas pelos 40% mais pobres da população mundial foram duas vezes maiores do que as dos 20% mais ricos da população, e que na desigualdade global tanto o rendimento como a riqueza registraram aumentos pela primeira vez em muitas décadas.



Interpretation: The global bottom 50% captures 8.5% of total income measured at Purchasing Power Parity (PPP). The global bottom 50% owns 2% of wealth (at Purchasing Power Parity). The global top 10% owns 76% of total Household wealth and captures 52% of total income in 2021. Note that top wealth holders are not necessarily top income holders. Incomes are measured after the operation of pension and unemployment systems and before taxes and transfers. **Sources and series:** wii2022.wid.world/methodology.

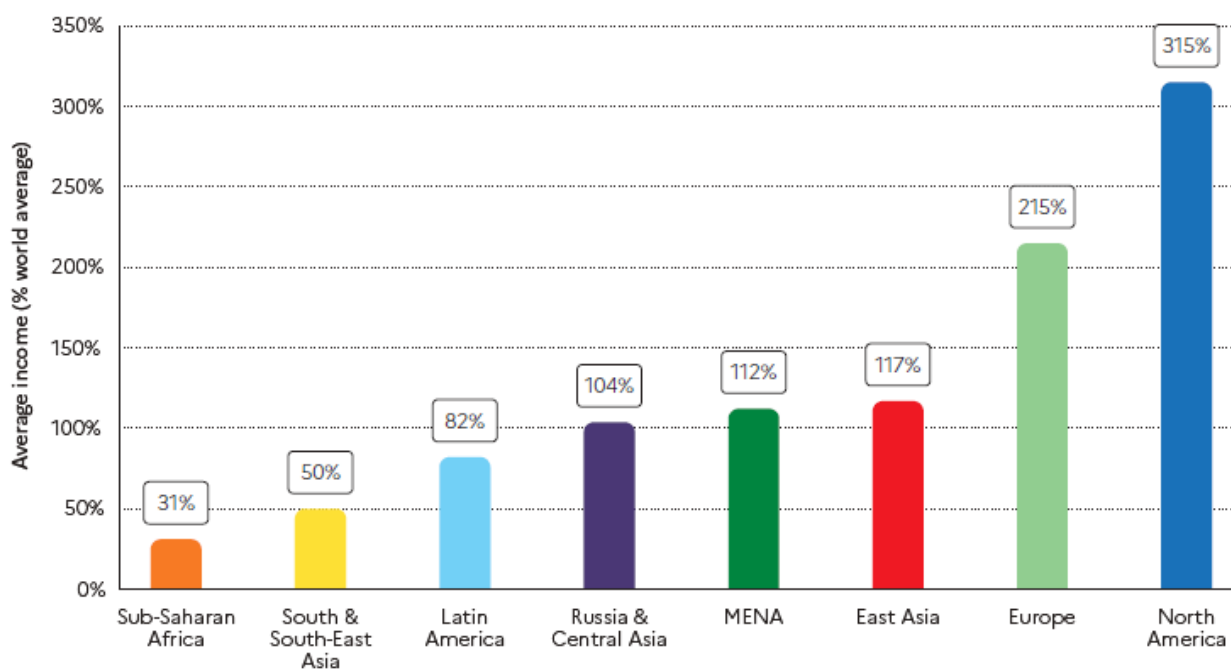
Figura 3. Desigualdade global de rendimento e riqueza, 2021 (Fonte: Chancel et al., 2022; Licença: Creative Commons 4.0)

A desigualdade global de rendimento e riqueza entre indivíduos tem duas componentes: desigualdade entre países e regiões e desigualdade dentro dos países. A Figura 4 mostra o rendimento médio em diferentes regiões do mundo, expresso como percentagem do rendimento médio global estimado em 16.700 euros por ano. O rendimento médio varia entre 0,31, ou seja, 31% da média global da África Subsaariana, e mais de três vezes a média global da América do Norte. O norte-americano médio ganha, portanto, 6 a 10 vezes mais do que os africanos subsaarianos (Cancel et al., 2022). Outra observação é que as disparidades de riqueza entre regiões ricas e pobres são maiores do que as disparidades de rendimento. Por exemplo, os africanos subsaarianos, os asiáticos do sul e do sudeste e os latino-americanos possuem apenas 20% a 50% da média global em termos de riqueza (em comparação com 50% a 100% em termos de rendimento).

No que diz respeito à desigualdade econômica dentro dos países e regiões, o quadro revelado pelo Relatório Mundial sobre a Desigualdade (Cancel et al., 2022) é igualmente preocupante. Em nenhum país ou região, os 50% mais pobres da população captam mais de 20% do rendimento nacional, embora este valor possa ser tão baixo como 9% a 12% na América Latina, MENA, África Subsaariana e Sul e Sudeste Asiático. Isto pode ser explicado pela presença de sociedades divididas nestas regiões, onde a elite econômica e política rica desfruta de elevados níveis de prosperidade, vivendo ao lado de indivíduos em extrema pobreza. Em outras regiões do mundo, os 50% mais pobres não são tão pobres, nem relativamente nem absolutamente, com a Europa a servir de exemplo. Aqui, a parcela inferior pode chegar a 19%. Em outro extremo da escala, os 10% mais ricos da população captam, em média, 36% do rendimento nacional na Europa, enquanto este número salta para 55% a 58% nas regiões mais desiguais do mundo. Como regra, as regiões com participações muito baixas dos 50% mais pobres geralmente têm participações muito altas dos 10% mais ricos.

O ODS 10, no entanto, não só apela à redução progressiva e sustentada da desigualdade econômica, dentro e entre países, mas também reconhece que uma variedade de mudanças jurídicas, sociais e econômicas são necessárias para reduzir a desigualdade em termos de posição material, bem como a posição social (Oestreich, 2018). Desta

forma, o foco deve também estar nas questões políticas e morais associadas à equidade e à exigência de capacitar os pobres com acesso a todo o espectro de direitos políticos e sociais. As disparidades de rendimento e de riqueza que foram destacadas até agora nesta secção têm várias implicações óbvias para os direitos humanos. Estas disparidades podem frequentemente estar ligadas a violações dos direitos humanos básicos, tais como as associadas ao legado do colonialismo e da exploração econômica, e à repressão política. Disparidades significativas no rendimento e na riqueza impedem o acesso a direitos como o direito aos cuidados de saúde, à alimentação e a um ambiente limpo. Afetam o direito à vida, à liberdade, à participação política e a outros direitos civis (Ibidem).



Interpretation: In 2021, the average income of North America is 315% of world average wealth (at Purchasing Power Parity). *Sources and series:* [wir2022.wid.world/methodology](https://www.wir2022.wid.world/methodology)

Figura 4. Renda média entre regiões do mundo, 2021 (Fonte: Chancel et al., 2022; Licença: Creative Commons 4.0)

Leituras complementares

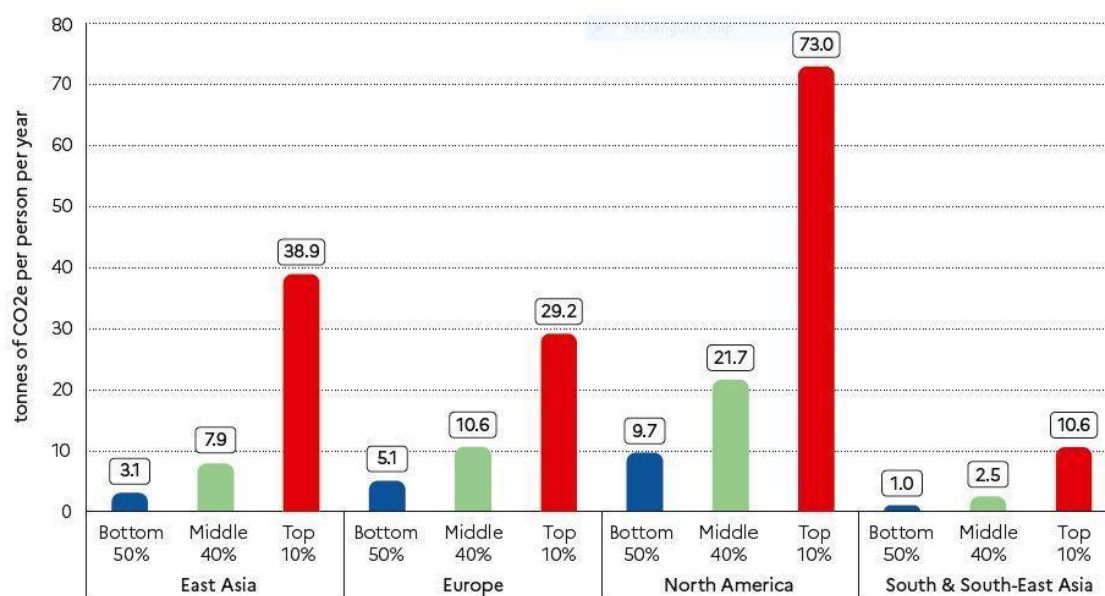
1. Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. et al. 2022. *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab. Available at <https://wir2022.wid.world> Accessed 16 June 2023.
2. United Nations. 2022b. The Sustainable Development Goals Report 2022. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2022/07/sdgs-report/> Accessed 13 June 2023.

2.2 Interdependências do ODS 10

Embora o ODS 10 tenha sido um dos últimos dos 17 ODS a serem adicionados à Agenda 2030, é de grande importância devido à ocorrência generalizada de disparidades crescentes de rendimento e de riqueza em todo o mundo, bem como às diferentes formas como as políticas, econômicas, e fatores sociais interagem com essas disparidades (Cojocarú et al., 2022). Embora exista um consenso de que o ODS 10 aborda uma das questões mais importantes que o mundo enfrenta hoje, nomeadamente a redução da desigualdade nas suas diversas manifestações dentro e entre países, é considerado um objetivo extremamente difícil e complexo, mas também o mais interessante e uma meta global abrangente, abordando uma série de questões de desigualdade (Holger, 2020). Como os ODS podem ser considerados como um sistema complexo e em constante interação que deve garantir um espaço operacional seguro e equitativo para todas as pessoas, o ODS 10 não pode ser implementado e/ou agir isoladamente e, portanto, a consecução das suas metas depende de como são consideradas as sinergias e os compromissos entre os diferentes ODS (Oestreich, 2018).

Apesar da importância das questões abordadas pelo ODS 10, Early (2019) observa que o progresso medido em relação às metas do ODS 10 continua lento e, em alguns casos, parece mesmo estar a retroceder. Na mesma linha, Early (2019) afirma que uma das principais questões que levam à falta de progresso com o ODS 10, é que este ODS é um dos chamados “objetivos fundamentais”. Isto porque o progresso na consecução das metas do ODS 10 aceleraria o progresso em toda a agenda de desenvolvimento

sustentável. As diretrizes fornecidas pelo Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) detalham algumas destas interdependências (UNGC, 2018). Por exemplo, se a desigualdade continuar a existir, será muito difícil, senão impossível, cumprir o ODS 1 (erradicar a pobreza). Várias ligações entre o ODS 10 e o ODS 5 (sobre a igualdade de género) também são evidentes e estão estreitamente correlacionadas. O ODS 10 também apoia o ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico) através do reforço do potencial da população para ingressar na força de trabalho e através do aumento da diversidade de pensamento. Os progressos alcançados no ODS 10 deverão também contribuir para a construção de economias mais estáveis e pacíficas, em linha com o ODS 16, diminuindo as tensões sociais. Isto, por sua vez, contribuirá para a redução da fome (ODS 2), para combater os problemas de saúde (ODS 3) e, por último, para melhorar o acesso à educação (ODS 4) (UNGC, 2018).



Interpretation: Personal carbon footprints include emissions from domestic consumption, public and private investments as well as imports and exports of carbon embedded in goods and services traded with the rest of the world. Modeled estimates based on the systematic combination of tax data, household surveys and input-output tables. Emissions split equally within households. **Sources and series:** [wir2022.wid.world/methodology](#) and Chancel (2021).

Figura 5. Emissões per capita em algumas regiões do mundo, 2019 (Fonte: Chancel et al., 2022) (Licença: Creative Commons 4.0)

Embora as interdependências do ODS 10 até agora referidas abranjam os ODS relacionados com “Pessoas”, “Prosperidade” e “Paz”, também existem várias interdependências entre o ODS 10 e os ODS relacionados com o “Planeta”. A este respeito, o UNGC observou que muitos dos objetivos ambientais podem beneficiar diretamente de uma redução da desigualdade (UNGC, 2018). Um exemplo é a incorporação de comunidades marginalizadas na economia formal, contribuindo assim para a redução da sua dependência de atividades como a exploração madeireira, que são prejudiciais ao ambiente. Outro exemplo é a ligação indireta entre os ODS 10 e 13, na medida em que será um desafio obter apoio público para cumprir as metas de redução de carbono num contexto em que as pessoas lutam para lidar com questões como a pobreza e a discriminação (Early, 2019).

O Relatório sobre a Desigualdade Mundial de 2022 (Chancel et al., 2022) fornece observações perspicazes sobre as interdependências entre as desigualdades globais de rendimento/riqueza e as desigualdades ecológicas, bem como as desigualdades nas contribuições para as alterações climáticas. Estas desigualdades, no entanto, não podem ser simplesmente reduzidas às diferenças entre países ricos e pobres, uma vez que existem elevados emissores de carbono nos países de baixo e médio rendimento e baixos emissores de carbono nos países ricos. O gráfico da Figura 5 mostra que, enquanto os 50% mais pobres da população da Europa emitem cerca de cinco toneladas de carbono por ano por pessoa, os 50% mais pobres da Ásia Oriental emitem cerca de três toneladas e os 50% mais pobres da América do Norte emitem cerca de 10 toneladas. Isto contrasta fortemente com as emissões de carbono dos 10% mais ricos nestas regiões, nomeadamente 29 toneladas por ano por pessoa na Europa, 39 na Ásia Oriental e 73 na América do Norte.

Para alcançar o objetivo principal do ODS 10, as muitas interdependências entre este ODS e os outros objetivos (Tabela 2) podem ser aproveitadas para aumentar o impacto das políticas e ações para reduzir a desigualdade. Por exemplo, a promoção de uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa (ODS 4) pode contribuir para reduzir as disparidades de rendimentos e de oportunidades entre diferentes grupos de pessoas (UNESCO, 2016). O acesso à energia sustentável (ODS 7) pode melhorar os padrões

de vida e a produtividade das pessoas pobres e marginalizadas, reduzindo também assim a desigualdade (IEA, 2017). O fortalecimento das parcerias globais para o desenvolvimento (ODS 17) também pode contribuir, através da promoção da cooperação e da solidariedade internacionais que ajudarão a abordar as causas e consequências da desigualdade (PNUD, 2018). Ao explorar estas interdependências, podem ser concebidas e implementadas estratégias mais eficazes e integradas para reduzir a desigualdade e alcançar os outros objetivos e metas estabelecidos pela Agenda 2030.

Tabela 2. Interdependências entre o ODS 10 e os demais ODS

Tabela 3 - Interdependência entre o ODS 8 e os outros ODS

	As pessoas pobres geralmente enfrentam desafios no acesso a recursos básicos como alimentos, água, cuidados de saúde, educação e emprego. Isto conduz frequentemente à sua exclusão social e marginalização, o que agrava ainda mais a pobreza e a desigualdade.
	Quanto à pobreza, quando as pessoas passam fome ou estão subnutridas, enfrentam desafios no acesso aos recursos básicos, o que contribui para a sua exclusão social e marginalização, agravando ainda mais a pobreza e a desigualdade.
	A relação entre a desigualdade baseada no rendimento e a saúde indica que as pessoas que ganham mais estão mais bem equipadas para se protegerem contra doenças. As desigualdades no acesso aos serviços de saúde são exacerbadas nos países e nas populações pobres.
	A desigualdade, especialmente em termos de rendimento, pode ser reduzida pela educação, que permite a mobilidade socioeconômica ascendente e é considerada uma chave para escapar à pobreza. A educação também é importante para aumentar a consciencialização sobre a desigualdade e a necessidade de a abordar.
	O aumento da igualdade de género pode aumentar o acesso à educação e ao emprego para mulheres e meninas, iniciando assim uma maior igualdade econômica. Abordar a desigualdade de género é um passo importante para reduzir a desigualdade econômica e alcançar o ODS 10.
	Os povos marginalizados são afetados de forma desproporcional pela desigualdade no acesso à água potável e ao saneamento. Dado que a redução da desigualdade na saúde, na educação e nas oportunidades econômicas depende da igualdade de acesso à água potável e ao saneamento, o ODS 10 não pode ser alcançado sem o ODS 6.
	A disponibilização de acesso à energia sustentável pode melhorar os padrões de vida e a produtividade das pessoas pobres e marginalizadas, apoiando assim a redução da desigualdade.



O crescimento econômico pode ser comprometido pela desigualdade de rendimentos, especialmente se os grupos de rendimentos mais baixos da população sofrem com problemas de saúde e baixa produtividade, o que poderia ameaçar a confiança do público nas futuras políticas econômicas.



Embora a industrialização inclusiva e sustentável, apoiada pela inovação e pelas infraestruturas, possa estimular forças econômicas dinâmicas e competitivas que geram emprego e rendimento, os níveis desiguais de desenvolvimento nos diferentes países tornam isso impossível.



A desigualdade manifesta-se massivamente nas zonas urbanas, albergando não só a maior parte da população mundial, mas também com o aumento dos bairros degradados ou das condições semelhantes a bairros degradados. A resolução da desigualdade de rendimentos a este nível terá, portanto, um impacto notável na consecução do ODS 10.



Dado que as desigualdades nas emissões de carbono entre e dentro dos países podem, em alguns casos, estar ligadas às desigualdades no rendimento e no nível de desenvolvimento, a redução das emissões associadas ao consumo e à produção nem sempre será economicamente viável, a menos que seja incentivada.



A redução das desigualdades pode ajudar a combater as alterações climáticas através de iniciativas e ações que garantam que as populações vulneráveis estejam mais bem equipadas para lidar com os impactos das alterações climáticas.



A redução das desigualdades pode ajudar a proteger a vida marinha, reduzindo a sobrepesca. Por exemplo, a redução da pobreza e a melhoria do acesso à educação podem reduzir a sobrepesca através da disponibilização de meios de subsistência alternativos para pessoas que dependem da pesca como único rendimento.



A realização do ODS 10 apoia a realização do ODS 15 através de iniciativas para garantir que as comunidades marginalizadas possam aceder aos recursos naturais e não sejam excluídas da tomada de decisões relacionadas com o uso da terra.



O ODS 10 deve contribuir para a construção de economias mais estáveis e pacíficas, em linha com o ODS 16, através da diminuição das tensões sociais devido à redução dos níveis de desigualdade em todo o mundo.



A promoção da cooperação e da solidariedade internacionais ajudará a abordar as causas e consequências de uma série de desigualdades.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Breuer et al. (2019), Pradhan et al. (2017) e Wong (2021)

Leituras complementares

United Nations Global Compact (UNGC). 2018. Reduced inequalities. In *Blueprint for business leadership on the SDGs*. Available at:

<https://blueprint.unglobalcompact.org/sdgs/sdg10/> Accessed 18 June 2023.

2 Wong, A. 2021. The Interconnectedness of Sustainable Development Goals: Boom or Gloom. Available at: <https://earth.org/the-interconnectedness-of-sustainable-development-goals/>

2.3 Vantagens do ODS 10

Quando os 17 ODS da Agenda 2030 foram formulados e aceitos, foi a primeira vez na história em que a comunidade global concordou com um objetivo específico de reduzir a desigualdade (ODS 10) e que instiga a comunidade global a "diminuir a desigualdade dentro dos países e entre eles". Kuhn (2020) explica que esta decisão é surpreendente e pode ser considerada um feito significativo na cooperação internacional. Isto porque, pela primeira vez, a tarefa comum de reduzir a desigualdade dentro e entre os países foi explicitamente reconhecida por quase todos os chefes de estado e de governo, ao mesmo tempo que concordaram com um calendário de realização até 2030. Embora o fato de as dez metas do ODS 10 lançar uma ampla rede que captura múltiplos fatores de desigualdade podem ser considerada como uma vantagem distinta para garantir que nenhum grupo ou indivíduo seja abandonado (UNDESA e Banco Mundial, 2019), conduz a um objetivo altamente difícil e complexo, abrangendo tanto as dimensões sociais quanto econômicas da desigualdade, ao mesmo tempo em que também sugere conexões com a dimensão ambiental da desigualdade (Kuhn, 2020). O apelo por uma redução da desigualdade pelo ODS 10 é oportuno, uma vez que surge em um momento em que, apesar dos avanços desde 2000 para aliviar a pobreza, as desigualdades e grandes disparidades de renda e riqueza persistem, assim como a falta de acesso aos serviços, recursos e bens necessários para uma vida plena e digna (UNDESA & Banco Mundial, 2019).

Uma vantagem distinta do ODS 10 reside na sua aplicabilidade universal, ao mesmo tempo que cria um contexto para mudar o paradigma de desenvolvimento geralmente

aceito no sentido de um maior reconhecimento dos direitos humanos (Saiz e Donald, 2017). A universalidade está em jogo, uma vez que todos os países enfrentam desigualdades, que em muitos países também se tornaram maiores nas últimas décadas. Da mesma forma, desafios significativos são enfrentados na maioria dos países em termos de políticas para lidar com as desigualdades, bem como com os desafios políticos associados. A inclusão das desigualdades entre países vai um passo mais longe, uma vez que a sua resolução requer iniciativas a nível global, e especialmente por parte dos países mais ricos, que têm a maior influência na economia global e na sua governação. O reconhecimento pelo ODS 10 da multidimensionalidade do fenómeno da desigualdade através do amplo âmbito coberto pelas suas dez metas (Mackie e Allwood, 2022), está alinhada com a crítica de que intervenções de desenvolvimento guiadas por um foco no crescimento económico agregado e indicadores como pobreza absoluta e necessidades básicas tendem a exacerbar e não reduzir a desigualdade (Saiz e Donald, 2017).

Considerando de forma mais direta, algumas das vantagens de trabalhar para alcançar o ODS 10 podem ser listadas da seguinte forma:

1. O princípio de "não deixar ninguém para trás" da Agenda 2030 (Nações Unidas, 2015) ressoa fortemente com as metas do ODS 10 e tem a vantagem de que não apenas a pobreza precisa ser abordada, mas que os governos precisarão tomar medidas proativas e oportunas para alcançar o Objetivo 10 e as privações de direitos humanos associadas, como discriminação, exclusão social e desigualdade económica (Saiz e Donald, 2017).
2. Ao abordar o ODS 10, será possível combater muitos dos efeitos prejudiciais da desigualdade económica nos direitos humanos (Kanbur, 2021), o que inclui, por exemplo, a perpetuação da pobreza, a exclusão social e a criação de disparidades no acesso à saúde, educação, moradia e outros serviços. A desigualdade desenfreada também distorce o acesso das pessoas à justiça e ao estado de direito.
3. Uma vantagem distinta do ODS 10 é apresentada pelo seu foco na discriminação e no seu enfrentamento proativo em todas as suas diferentes formas. Isto acontece porque a desigualdade anda de mãos dadas com a discriminação e é muitas vezes

o resultado de políticas ou práticas que são inerentemente discriminatórias (Oestreich, 2018). Por exemplo, a meta 10.2 do ODS compromete-se a “capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou estatuto económico ou outro”.

4. Ao contrário dos ODMs, que colocaram o maior peso sobre os países mais pobres, a vantagem do ODS 10 é que ele desafia a desigualdade global ao obrigar os países a considerar o grau em que suas ações minam o desenvolvimento sustentável em outros países, o que também é apropriado do ponto de vista dos direitos humanos (Kuhn, 2020).
5. Por fim, a crescente desigualdade pode ter impactos transversais em toda a Agenda 2030 e pode impedir a realização de outros ODS, enquanto a vantagem de reduzir as desigualdades é que isso terá um efeito positivo em todos os ODS (UNDESA e Banco Mundial, 2019).

Leituras complementares

2. Oestreich, J. E. 2018. SDG 10: Reduce inequality in and among countries. *Social Alternatives*, 37(1), 34-41.
3. Saiz, I. and Donald, K. 2017. Tackling inequality through the Sustainable Development Goals: human rights in practice. *The International Journal of Human Rights*, 21(8), 1029-1049.

2.4 Desafios na implementação do ODS 10

Embora a inclusão do ODS 10 como objetivo autónomo reconheça a importância da desigualdade como questão de preocupação global e mostre como os ODS progrediram em comparação com os ODM (Kuhn, 2020), a formulação dos objetivos coloca desafios significativos para a implementação e monitorização (Doidge e Kelly, 2013). Existe um acordo de que, tal como formulado atualmente, é improvável que o ODS 10 consiga reduzir significativamente a desigualdade. Isto está associado à tendência de usar uma “linguagem mais suave” na formulação das metas do ODS 10. Como resultado, parecem vagos/mais fracos do que a maioria dos outros ODS (Oestreich, 2018). Embora pareça, portanto, improvável que o ODS 10 resulte numa transformação significativa das

questões de desigualdade, a sua inclusão na agenda global proporciona uma base para a inovação e o envolvimento futuros. Nesta fase, o ODS 10 deve, portanto, ser visto como os passos iniciais para criar as bases nas quais as ações futuras para abordar a desigualdade a nível global podem basear-se.

A linguagem vaga e imprecisa na formulação de metas e indicadores para o ODS 10 cria diversos desafios para sua implementação e monitoramento. Por exemplo, a meta 10.1 propõe que a riqueza dos 40% mais pobres da população cresça mais rápido do que a média nacional, mas não especifica a taxa necessária. Da mesma forma, as metas 10.2 e 10.3 buscam o empoderamento dos pobres e igualdade de oportunidades para todos, porém carecem de especificidade, assim como os indicadores correspondentes. As metas 10.4 a 10.6 defendem a melhoria das redes de segurança social para abordar as desigualdades entre países, mas políticas específicas não são mencionadas. Além desses desafios relacionados à vaguidade, também é crucial destacar desafios específicos e as ações necessárias para enfrentá-los, alguns exemplos dos quais são fornecidos na Tabela 3.

Além da vagueza e da linguagem imprecisa das metas e indicadores para o ODS 10, que poderiam comprometer sua implementação, Saiz e Donald (2017) apontam que o ODS 10 é vulnerável ao abandono ou rejeição, uma vez que, de todos os objetivos, provavelmente exigirá as mudanças mais impactantes no modelo econômico "como de costume". Outro desafio é que o ODS 10 não está sob a jurisdição de nenhum órgão temático ou instituição com mandato para supervisionar esse objetivo, monitorar seu progresso e responsabilizar os tomadores de decisão pela falta de progresso, tanto nacional quanto internacionalmente. Essa falta de um "lar" institucional para o ODS 10 significa que ele corre o risco de se tornar um objetivo "órfão" – sujeito a interesses concorrentes de desenvolvimento internacional e comprometido por interesses nacionais divergentes. De acordo com Saiz e Donald (2017:1030), o risco, portanto, existe de que o ODS 10 "seja negligenciado ou implementado de forma meio a meio, de maneira ineficaz ou de uma maneira que não esteja alinhada com as prioridades de direitos humanos."

Apesar desses desafios, o ODS 10 ainda tem o potencial de contribuir para a redução das desigualdades entre e dentro dos países. No entanto, isso só será possível se guiado por princípios de direitos humanos e com a vontade política por parte dos países de serem responsabilizados por seus compromissos. Saiz e Donald (2017) afirmam que ferramentas e mecanismos de direitos humanos podem desempenhar um papel estratégico nesse sentido, e incentivam os países a impulsionarem proativamente a implementação e a se responsabilizar por suas ações ou omissões em termos dos ODS.

Tabela 3. Exemplos de desafios específicos para alcançar o ODS 10 e ações necessárias para enfrentá-los

Desafio específico	Ações necessárias
As metas e os indicadores são vagos e contêm uma linguagem imprecisa que pode comprometer a implementação.	Fazer lobby pela reformulação de metas e indicadores.
Reação contrária devido às mudanças profundas e duradouras que são necessárias.	Incentivar os países a impulsionar a implementação do ODS 10.
Não há instituições a nível nacional/internacional com mandato para conduzir ações para atingir este objetivo.	Responsabilizar os governos e outros intervenientes por suas ações ou a falta delas para promover o ODS 10.
Falta de informações básicas, além de renda e riqueza, sobre desigualdade.	Aprimorar nossa capacidade de medir e monitorar as outras dimensões das disparidades socioeconômicas, como desigualdades de gênero e ambientais.
Os governos estão cada vez mais pobres, o que tem implicações na capacidade dos países para combater a desigualdade, enquanto a riqueza se concentra cada vez mais no setor privado	Instituir impostos modestos, mas progressivos sobre a riqueza para gerar receitas significativas para os governos investirem em educação, saúde e transição ecológica, combatendo assim as desigualdades.

Leituras complementares

1. Kuhn, H. 2020. Reducing inequality within and among countries: Realizing SDG 10 - A developmental perspective. In Kaltenborn, A. et al. (eds.) *Sustainable development goals and human rights*. Springer: Cham. pp.137-153.
2. Saiz, I. and Donald, K. 2017. Tackling inequality through the Sustainable Development Goals: human rights in practice. *The International Journal of Human Rights*, 21(8), 1029-1049.

Exemplos de questões para avaliação

2. Definição do ODS 10 – Introdução

- Quais são os principais grupos em que as metas do ODS 10 podem ser divididas?
- Que meta(s) do ODS 10 estão centradas nas desigualdades verticais?
- Que meta(s) do ODS 10 estão centradas nas desigualdades horizontais?

2.1 Importância do ODS 10

- Qual é a sua explicação para as atuais desigualdades entre países e porque estão aumentando?
- Qual é a sua explicação para as atuais desigualdades dentro dos países e porque estão aumentando?
- Qual é a situação do progresso para alcançar o ODS 10 até 2030?
- Explique resumidamente o âmbito abrangente e a importância do ODS 10 com referência às principais áreas temáticas abrangidas por este ODS.

2.2 Interdependências do ODS 10

- Selecione quaisquer três ODS e explique brevemente como eles interagem com o ODS 10. Use exemplos da sua região para ilustrar a sua explicação.
- Como o ODS 10 está interligado com os outros ODS? Que outros ODS você acha que serão mais diretamente afetados se o ODS 10 não for alcançado?

2.3 Vantagens do ODS 10

- Quais serão as principais vantagens para o mundo se o objetivo de redução da desigualdade entre e dentro dos países não puder ser alcançado?
- Selecione dois dos objetivos do ODS 10 e explique as vantagens específicas que se manifestarão com o alcance desses objetivos. Conecte-as às vantagens para sua região específica.

2.4 Desafios na implementação do ODS 10

- Quais são as principais fraquezas do ODS 10 e como é que essas fraquezas criam desafios à implementação deste ODS?

- Explique como as interdependências do ODS 10 com todos os outros ODS constituem desafios para a consecução do ODS 10. Selecione dois ODS para usar como exemplos para ilustrar a sua resposta.
- Quais são as dificuldades na implementação do ODS 10 no seu país? Quais são as principais barreiras? E como eles podem ser superados?

Referências consultadas

Breuer, A., Janetschek, H., and Malerba, D. 2019. Translating sustainable development goal (SDG) interdependencies into policy advice. *Sustainability*, 11(7), 2092.

Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. et al. 2022. *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab. Available at <https://wir2022.wid.world> Accessed 16 June 2023.

Cojocaru, T.M., Ionescu, G.H., Firoiu, D., Cismaș, L.M., Oșil, M.D., and Toma, O. 2022. Reducing inequalities within and among EU Countries: assessing the achievement of the 2030 Agenda for sustainable development targets (SDG 10). *Sustainability*, 14(13), 7706.

Cullet, P. 2022. SDG 10: Reduce inequality within and among countries. In J. Ebbesson and E. Hey (eds.) *The Cambridge Handbook of the Sustainable Development Goals and International Law*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 258-280.

Doidge, M. and Kelly, S. 2013. SDG 10: Reduce inequality within and among countries. *Jean Monnet Sustainable Development Goals Network Policy Brief Series*, 1-8.

Early, C. 2019. SDG 10: Is tackling inequality the overlooked key to sustainable development? Available at: <https://www.businessgreen.com/feature/3080762/sdg10-is-tackling-inequality-the-overlooked-key-to-sustainable-development> Accessed 27 July 2023.

IEA. 2017. Energy access outlook 2017: From poverty to prosperity. World Energy Outlook Special Report. Available at: <https://www.iea.org/reports/energy-access-outlook-2017> Accessed 18 June 2023.

Holger, A. 2022. Inequality in development, the 2030 Agenda, SDG 10 and the role of redistribution. *Real-world Economics Review*, 92, 228-237.

Kanbur, R. 2021. Sustainable Development Goals and the study of economic inequality. *The Journal of Economic Inequality*, 19, 3-11.

Kuhn, H. 2020. Reducing inequality within and among countries: Realizing SDG 10 - A developmental perspective. In Kaltenborn, A. et al. (eds.) *Sustainable development goals and human rights*. Springer: Cham. pp.137-153.

Mackie, J. and Allwood, G. 2022. The implementation of the 2030 Agenda's principles of 'leaving-no-one-behind' and 'addressing the needs of those furthest behind first' in the EU's development policy. European Parliament coordinator: Policy Department for External Relations, European Union: Brussels.

MacNaughton, G. 2017. Vertical Inequalities: Are the SDGs and Human Rights Up to the Challenges? *International Journal of Human Rights*, 21(8),1050.

Oestreich, J.E. 2018. SDG 10: Reduce inequality in and among countries. *Social Alternatives*, 37(1), 34-41.

Oxfam. 2023. *Survival of the richest*. Oxfam, GB: Oxford.

Pradhan, P., Costa, L., Rybski, D., Lucht, W., and Kropp, J.P. 2017. A systematic study of sustainable development goal (SDG) interactions. *Earth's Future*, 5(11), 1169-1179.

Saiz, I. and Donald, K. 2017. Tackling inequality through the Sustainable Development Goals: human rights in practice. *The International Journal of Human Rights*, 21(8), 1029-1049.

UNDESA & World Bank. 2019. Sustainable Development Goal 10 – Reduced Inequalities: Progress and Prospects. An Expert Group Meeting in preparation for HLPF 2019: Empowering people and ensuring inclusiveness and equality. Geneva, 2-3 April.

UNDP. 2018. What does it mean to leave no one behind? A UNDP discussion paper and framework for implementation. Available at: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/poverty-reduction/what-does-it-mean-to-leave-no-one-behind-.html> Accessed 18 June 2023.

UNESCO. 2016. Education for people and planet: Creating sustainable futures for all. Global Education Monitoring Report. Available at: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245752> Accessed 18 June 2023.

United Nations. 2015. Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development. General Assembly Resolution A/RES/70/1. Available at: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E Accessed 7 August 2022.

United Nations. 2019. Review of SDG implementation and interrelations among goals: Discussion on SDG 10 – Reduced inequalities. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://sdgs.un.org/events/review-sdg-implementation-and-interrelations-among-goals-discussion-sdg-10-reduced> Accessed 16 June 2023.

United Nations. 2022a. Goal 10 – Reduce inequality among and within nations. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://sdgs.un.org/goals/goal10> Accessed 13 June 2023.

United Nations. 2022b. Sustainable Development Goals Report 2022. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2022/07/sdgs-report/> Accessed 13 June 2023.

United Nations Global Compact (UNGC). 2018. Reduced inequalities. In *Blueprint for business leadership on the SDGs*. Available at: <https://blueprint.unglobalcompact.org/sdgs/sdg10/> Accessed 18 June 2023.

Wong, A. 2021. The Interconnectedness of Sustainable Development Goals: Boom or Gloom. Available at: <https://earth.org/the-interconnectedness-of-sustainable-development-goals/> Accessed 18 June 2023.

World Bank. 2022. *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1893-6. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

3. VISÃO GERAL DAS CRISES QUE TÊM UM IMPACTO NEGATIVO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES GLOBAIS E NO ALCANCE DO ODS 10

Os leitores (professores) serão capacitados para:

1. Identificar as principais crises que têm um impacto negativo na consecução do ODS 10.
2. Explicar como as grandes crises impedem a realização do ODS 10.
3. Descrever como o impacto das crises atuais na consecução do ODS 10 difere regionalmente.

Historicamente, as crises têm sido a base do catalisador que inicia mudanças significativas sociais, políticas e econômicas na sociedade. Uma crise global ou regional também demonstra exatamente o quão interdependentes e interligados todos os componentes do desenvolvimento sustentável são, e isso se estende à realização dos ODS até 2030. Além disso, como o impacto da maioria das crises globais e regionais transcende fronteiras nacionais e internacionais, é importante que a comunidade internacional, em colaboração com os governos, trabalhe junto para desenvolver soluções comuns para mitigar o impacto da crise, facilitando a transformação estrutural que permitirá e incentivará o sucesso na busca pela realização das metas dos ODS até 2030.

O ODS 10 visa reduzir as desigualdades dentro e entre os países. Ele possui dez metas a serem alcançadas até 2030, tais como promover a inclusão social, econômica e política, garantir oportunidades iguais e reduzir a discriminação, facilitar a migração segura e a mobilidade, e fortalecer a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões globais. Atualmente, as crises globais mais dominantes que têm um impacto negativo direto e indireto na conquista da redução das desigualdades (ODS 10) até o ano de 2030 incluem as mudanças climáticas, as consequências da pandemia de COVID-19 e os conflitos. Para uma visão geral breve do estado global e do impacto das crises no ODS 10 em 2022, assista a um vídeo curto produzido como parte do relatório

das Nações Unidas (2022) usando o seguinte link -
<https://youtu.be/Dq0iypmVztk>.

3.1 Mudanças climáticas

Uma das principais causas da desigualdade no mundo na última década está direta e indiretamente ligada ao impacto das alterações climáticas. As ações humanas desde o período pós-industrial levaram a um aumento de 1°C na temperatura média global. Desde 1990, as mudanças climáticas, que funcionam como um “multiplicador de crises” (Cevik & Jalles , 2023), exacerbaram os problemas existentes e afetaram milhões de pessoas em todo o mundo através do aumento de ondas de calor, secas e inundações. A modelização climática prevê que, durante a próxima década, o clima extremamente quente, acompanhado de fortes precipitações em algumas áreas e de seca em outras, se tornará normal, representando uma ameaça à segurança alimentar global e local, à disponibilidade de água, aos resultados de saúde, à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos. Os vários desafios relacionados às mudanças climáticas têm, assim, prejudicado os esforços para alcançar o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Erradicação da Fome), ODS 3 (Boa Saúde e Bem-Estar), ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 10 (Desigualdades reduzidas), ODS 13 (Ação climática), ODS 14 (Vida abaixo da água) e ODS 15 (Vida terrestre). Além disso, as mudanças climáticas exercem um impacto desproporcional sobre os mais pobres e vulneráveis, assim como sobre os países que contribuíram menos para as emissões de gases de efeito estufa, mas que sofrem as maiores consequências; desta forma, a redução da desigualdade global enfrenta desafios significativos.

As temperaturas em elevação têm desacelerado a redução da desigualdade global e o progresso em direção à realização das metas do ODS 10. Isto deve-se principalmente ao impacto que as mudanças climáticas têm sobre a pobreza em termos de profundidade e prevalência, o que torna mais difícil para as pessoas vulneráveis escaparem à pobreza e aumenta a probabilidade das pessoas caírem na pobreza. A capacidade de cumprir as metas do ODS 10 para 2030 deve ser considerada em comparação com a estimativa da

pobreza global para 2023 de 659 milhões de pessoas. As alterações climáticas são um fator que tem um impacto negativo no crescimento econômico dos países mais quentes e, desta forma, contribui para que os países mais pobres do mundo se tornem mais pobres. As pessoas que vivem na pobreza e outros grupos desfavorecidos, como os pequenos proprietários de terras e os povos indígenas, estão desproporcionalmente expostos aos riscos climáticos. A ocorrência de doenças mais infecciosas e respiratórias devido às mudanças climáticas e em países mais quentes tem o potencial de aumentar as desigualdades globais. As mudanças climáticas resultam em mais refugiados induzidos pelo ambiente em todo o mundo. A ação climática e a transição para economias verdes oferecem oportunidades para reduzir a pobreza e a desigualdade, por exemplo, a adoção de práticas sustentáveis, incluindo o aumento da eficiência energética, mudanças na matriz energética e o crescimento do uso de veículos elétricos, poderia resultar em um aumento líquido de 18 milhões de empregos em todo o mundo. No entanto, as mulheres estão menos representadas nos setores associados à tecnologia verde, e a transição para a economia verde poderia afetar negativamente o emprego das mulheres.

Apesar das estratégias bem-sucedidas de mitigação climática, os níveis globais de desigualdade permanecerão elevados até 2030. No entanto, apesar dos desafios apresentados pelas mudanças climáticas, também existem oportunidades para abordar essas questões e, assim, alcançar os diversos objetivos estabelecidos pelo ODS 10, por meio da cooperação global, esforços de recuperação que reduzam as emissões de carbono, conservem os recursos naturais, criem melhores empregos, avancem na igualdade de gênero e enfrentem a crescente pobreza.

Leituras complementares

1. Burzyński, M., Deuster, C., Docquier, F. and De Melo, J. 2022. Climate change, inequality, and human migration. *Journal of the European Economic Association*, 20(3), 1145-1197.

2. Cevik, S. and Jalles, J. 2023. For whom the bell tolls: Climate change and income inequality. *Energy Policy*, 174 (113475) Available at: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2023.113475> Accessed 17 May 2023.
3. Green, F. and Healy, N. 2022. How inequality fuels climate change: The climate case for a Green New Deal. *One Earth*, 5(6), 635-649.

3.1.1 Impacto das mudanças climáticas na África

Prevê-se que o aumento da temperatura média no continente africano aumente entre 3 e 6°C, o que é superior ao aumento global das temperaturas médias. A região Subsariana é provavelmente uma das regiões mais vulneráveis do mundo no que diz respeito às mudanças climáticas, e isto deve-se em grande parte à capacidade limitada do continente para se adaptar ou mitigar as mudanças climáticas.

As mudanças climáticas têm, em muitos aspectos, um sério impacto na realização das metas do ODS 10 na África. A agricultura representa cerca de 23% do PIB de África e cerca de 60% da sua força de trabalho está envolvida neste setor. As mudanças climáticas afetam a produtividade e a rentabilidade da agricultura, uma vez que podem resultar numa redução do rendimento das colheitas; um aumento nos surtos de pragas e doenças; danos às infraestruturas (especialmente sistemas de irrigação); e perturbação nas cadeias de abastecimento dos mercados. Esta perturbação leva a uma redução nas oportunidades de rendimento e a um risco aumentado de insegurança alimentar e pobreza e, assim, aumenta coletivamente a disparidade de igualdade. As mudanças climáticas limitam o potencial de industrialização, inovação e desenvolvimento de infraestruturas na África, que são essenciais para alcançar um crescimento inclusivo e sustentável. As mudanças climáticas aumentam os custos e os riscos do investimento em projetos de infraestruturas, tais como estradas, pontes, barragens, centrais eléctricas e redes de comunicação. Afeta também a disponibilidade e a qualidade das fontes de energia, dos recursos hídricos e das matérias-primas. Estes desafios dificultam o desenvolvimento dos setores da indústria transformadora, dos serviços, do comércio e da tecnologia que podem criar empregos, rendimentos e valor acrescentado para as economias africanas.

As mudanças climáticas agravam as desigualdades existentes dentro e entre os países, uma vez que as pessoas e os países mais pobres e mais vulneráveis são desproporcionalmente afetados pelos efeitos adversos das alterações climáticas, tais como secas, inundações, ondas de calor e más colheitas. Estes efeitos prejudicam os esforços para reduzir a pobreza, a fome, a subnutrição e as doenças, e aumentam o risco de conflitos e deslocamentos, resultando num aumento da migração ambiental e dos refugiados no continente africano. Até 2050, os países da África Ocidental poderão ver até 32 milhões de pessoas a deslocarem-se dentro dos seus próprios países devido a fatores climáticos. Níger verá o maior número de migrantes climáticos internos, seguido pela Nigéria, mas países menores como Senegal e Benin terão uma parcela maior de migrantes climáticos internos nas próximas décadas.

Leituras complementares

1. Ariom, T.O., Dimon, E., Nambeye, E., Diouf, N.S., Adelusi, O. O. and Boudalia, S. 2022. Climate-smart agriculture in African countries: A Review of strategies and impacts on smallholder farmers. *Sustainability*, 14(18), 11370.
2. Bathaei, A. and Štreimikienė, D. 2023. A Systematic Review of Agricultural Sustainability Indicators. *Agriculture*, 13(2), 241.
3. Hoffmann, R. 2022. Contextualizing climate change impacts on human mobility in African drylands. *Earth's Future*, 10(6), e2021EF002591.
4. Mpofu, F.Y. 2022. Green Taxes in Africa: Opportunities and Challenges for Environmental Protection, Sustainability, and the Attainment of Sustainable Development Goals. *Sustainability*, 14(16), 10239.
5. Rashad, S.M. 2022. A Brief Study on African Climate Refugees: An Approach towards Environmental Injustice and Recognition. *Research Developments in Arts and Social Studies*, 3, 110-127.

3.1.2 Impacto das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe

Os últimos relatórios sobre os impactos das mudanças climáticas na América Latina e no Caribe (ALC) apontam para uma tendência contínua de aquecimento na região. Enquanto as décadas entre 1961 e 1990 observaram uma taxa média de aumento da

temperatura de 0,1 °C por década, a taxa entre 1991 e 2021 foi de 0,2 °C. Os principais impactos associados a esse aumento incluem o recuo de geleiras, levando à escassez de água; um aumento no nível do mar que afeta a população que vive em áreas costeiras; e um aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como secas, furacões e inundações, danificando infraestrutura e atividades econômicas, especialmente a agricultura (Organização Meteorológica Mundial, 2022). De acordo com o último relatório do IPCC, um aumento de temperatura de 1,5 °C aumentaria a população afetada por inundações em 100%–200% na Colômbia, Brasil e Argentina, em 300% no Equador e em 400% no Peru.

Tal como no contexto africano, estes impactos das alterações climáticas na região da ALC também têm uma influência negativa no ODS 10 e exacerbam as desigualdades de diferentes maneiras. Os grupos mais pobres e desfavorecidos são afetados pela desigualdade em termos de maior exposição ou susceptibilidade aos danos causados pelas mudanças climáticas, bem como de menor capacidade de lidar e recuperar desses danos. Vários países da região são fortemente dependentes da agricultura e os impactos nos níveis de produção afetam diretamente o rendimento das colheitas, perturbam a produção de alimentos, impactando os preços dos alimentos e o emprego em setores relacionados, e afetam a subsistência dos pequenos agricultores. Todos os anos, em média, entre 150.000 e 2,1 milhões de pessoas são empurradas para a pobreza extrema devido a catástrofes naturais na região; até 2030, este número poderá aumentar para 3 milhões de pessoas (Banco Mundial, 2021). Por exemplo, um estudo no Brasil confirma a correlação negativa entre temperatura e PIB per capita, indicando que as áreas mais pobres também tendem a sofrer os impactos mais negativos do aumento das temperaturas, exacerbando a desigualdade (Cavallo e Hoffmann, 2020).

O aumento dos níveis de temperatura também pode levar a impactos na saúde associados à disseminação de doenças infecciosas (sendo a dengue particularmente endêmica na América Latina). As comunidades mais desfavorecidas são mais propensas a sofrer destas doenças, devido ao acesso limitado aos serviços básicos, incluindo saneamento e assistência à saúde. A elevada vulnerabilidade a doenças transmitidas por vetores é observada no grupo de mais de 150 milhões de pessoas sem acesso a um

abastecimento de água potável e nos 350 milhões sem serviços de saneamento adequados na região da ALC (Banco Mundial, 2021). Até julho de 2023, as Américas tinham mais de três milhões de casos de dengue, e estudos apontam mudanças nos padrões de temperatura e precipitação como fatores chave para explicar a alta incidência. Não apenas o número de casos está aumentando, mas eles também estão sendo observados em regiões onde a doença não era comumente relatada em anos anteriores, como em cidades de grande altitude no México e estados do sul do Brasil (Lenharo, 2023).

Desastres e eventos climáticos extremos expõem desigualdades de forma mais clara, afetando desproporcionalmente minorias como mulheres, crianças e povos indígenas, exigindo medidas adequadas. Associada a muitas metas do ODS 10 (como 10.1, 10.4 e 10.b), está a necessidade de os países da ALC focarem especificamente em planos de redução de riscos de desastres e iniciativas de justiça climática.

Leituras complementares

1. Cavallo, E. and Hoffmann, B. 2020. Climate change is a threat to economic growth and to reducing income inequality in Latin America and the Caribbean. IADB Blog. Available at: <https://blogs.iadb.org/ideas-matter/en/climate-change-is-a-threat-to-economic-growth-and-to-reducing-income-inequality-in-latin-america-and-the-caribbean/> Accessed 1 August 2023.
2. Hartinger, S.M., Yglesias-González, M., Blanco-Villafuerte, L., Palmeiro-Silva, Y. K., Lescano, A.G., Stewart-Ibarra, A., ... and Romanello, M. 2023. The 2022 South America report of *The Lancet Countdown on Health and Climate Change*: Trust the science. Now that we know, we must act. *The Lancet Regional Health: Americas*, 20.
3. Islam, N. and Winkel, J. 2017. Climate change and social inequality. DESA Working Paper No. 152. ST/ESA/2017/DWP/152
4. Lenharo, M. 2023. Dengue is breaking records in the Americas-what's behind the surge? Nature. Available at: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-02423-w>
5. World Bank. 2021. Promoting Climate Change Action in Latin America and the Caribbean. Available at:

<https://www.worldbank.org/en/results/2021/04/14/promoting-climate-change-action-in-latin-america-and-the-caribbean> Accessed 1 August 2023.

6. World Meteorological Organization. 2022. State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2021. Available at: https://library.wmo.int/index.php?lvl=notice_display&id=22104#.YtrYW3bMI2w Accessed 1 August 2023.

3.1.3 Impacto das mudanças climáticas na Europa

Como já observado nas seções sobre a América Latina e a África, os efeitos das mudanças climáticas estão se tornando cada vez mais visíveis nos dias de hoje também na Europa. Dependendo da região, as mudanças climáticas podem resultar na perda de biodiversidade, na diminuição dos rendimentos das culturas e em temperaturas mais altas (Parlamento Europeu, 2023). Olhando para os dados meteorológicos, torna-se evidente um aumento significativo nas temperaturas médias globais desde a Revolução Industrial. A Europa está aquecendo mais rapidamente do que a média global: "A temperatura média anual sobre as áreas terrestres europeias na última década foi de 2,04 a 2,10 °C mais quente do que durante o período pré-industrial. O ano de 2020 foi o mais quente na Europa desde o início dos registros instrumentais, de acordo com todos os conjuntos de dados utilizados, com a anomalia variando entre 2,53°C e 2,71°C acima dos níveis pré-industriais" (Agência Europeia do Ambiente, 2023).

Durante o verão de 2023, os incêndios florestais no sul da Europa e as inundações na Alemanha demonstraram os efeitos negativos das mudanças climáticas. Eles foram induzidos por temperaturas extraordinariamente altas e tempestades semelhantes às do outono (Wybrew, 2023). O aquecimento global é antropogênico, ou seja, causado por nossas interações humanas. Portanto, reduzir o uso de dióxido de carbono para alcançar a neutralidade climática é pertinente, especialmente para a União Europeia, pois é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Em termos de desigualdade, tais impactos ambientais adversos aumentam a desigualdade porque especialmente mulheres, crianças e grupos marginalizados sofrem com a recessão econômica que esses eventos climáticos extremos geralmente desencadeiam. Além disso, esses

eventos criam migração, aumentando o risco de pressão econômica e dificultando a inclusão social para essas pessoas deslocadas.

Neste contexto, o ODS 10 aborda as desigualdades dentro e entre os países – desigualdades em termos de rendimento, idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, estatuto económico ou outro dentro de um país, mobilidade e inclusão social. A maioria destes fatores está relacionada com o estatuto económico e, portanto, interligada com uma economia próspera e pacífica. Com a ocorrência de eventos extraordinários, este sistema pode mudar. A Comissão Europeia implementou várias políticas para combater as desigualdades (e a discriminação), tais como o Plano Anti-Discriminação, a Estratégia para a Igualdade LGBTQ e o Fundo da Política de Coesão (Comissão Europeia, 2023). Além disso, para melhorar a coerência econômica e social dentro da União Europeia, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais visa melhorar as condições sociais e de vida (Comissão Europeia, 2023d).

As mudanças climáticas surgiram como um dos desafios mais urgentes de nosso tempo, e seus efeitos estão sendo profundamente sentidos em todo o mundo, inclusive na Europa (Lavalle et al., 2009). À medida que o mundo trabalha coletivamente rumo ao desenvolvimento sustentável, é essencial examinar os impactos das mudanças climáticas dentro do quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, particularmente o ODS 10, que visa reduzir as desigualdades dentro e entre os países (Pérez-Peña et al., 2021).

A meta 10.2, por exemplo, destaca a importância da inclusão e capacitação, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico. Na Europa, os efeitos das mudanças climáticas estão longe de ser uniformes, com certas populações suportando desproporcionalmente o peso de seus impactos (Ada-Cristina e Lucian-Liviu, 2020; Beck, 2008). Grupos marginalizados, incluindo comunidades socioeconomicamente desfavorecidas e minorias étnicas, frequentemente enfrentam um risco maior quando confrontados com eventos climáticos extremos, ondas de calor e inundações (McGregor et al., 2005). É imperativo garantir

que políticas que promovam a inclusão abordem essas disparidades e forneçam recursos adequados para as comunidades mais vulneráveis.

O compromisso da Europa com a meta 10.3 - eliminar leis, políticas e práticas discriminatórias - torna-se ainda mais relevante no contexto das mudanças climáticas. Migrantes, refugiados e comunidades indígenas podem enfrentar vulnerabilidades agravadas devido a barreiras linguísticas, diferenças culturais e acesso limitado a recursos. Uma abordagem abrangente para adaptação climática e preparação para desastres deve garantir acesso igualitário a informações, recursos e serviços para todos os membros da sociedade, independentemente de sua origem (Brzoska & Fröhlich, 2016).

A importância da meta 10.4, que defende políticas que promovam uma maior igualdade, é amplificada à medida que as mudanças climáticas colocam uma pressão adicional nos sistemas de proteção social (Markkanen & Anger-Kraavi, 2019). Os fenômenos meteorológicos extremos estão se tornando mais frequentes, realçando a necessidade de redes de segurança resilientes que abranjam as necessidades das comunidades desfavorecidas. As políticas fiscais que apoiam o desenvolvimento sustentável podem desempenhar um papel fundamental no financiamento dos esforços de adaptação e mitigação climática (Douenne & Fabre, 2020), ao mesmo tempo que abordam os desafios únicos que os grupos marginalizados enfrentam.

No âmbito da migração e mobilidade, a meta 10.7 ganha novas dimensões diante das mudanças climáticas. O aumento do nível do mar e a intensificação de eventos climáticos podem influenciar os padrões de migração dentro da Europa e das regiões afetadas pelo clima fora do continente (Bosello & De Cian, 2014). A resposta da Europa deve priorizar o movimento ordenado, seguro e responsável das pessoas, defendendo os direitos e a segurança dos migrantes e refugiados em conformidade com as normas internacionais.

As nações europeias também são instadas a considerar o amplo impacto global das mudanças climáticas (Ayers et al., 2010) no âmbito da meta 10.B. Reconhecendo as disparidades entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, nações africanas, pequenos estados insulares em

desenvolvimento e países em desenvolvimento sem litoral, a Europa poderia desempenhar um papel ativo ao fornecer assistência oficial para o desenvolvimento, fluxos financeiros (Bouwer & Aerts, 2006) e expertise tecnológica para construir resiliência e reduzir desigualdades nessas áreas vulneráveis.

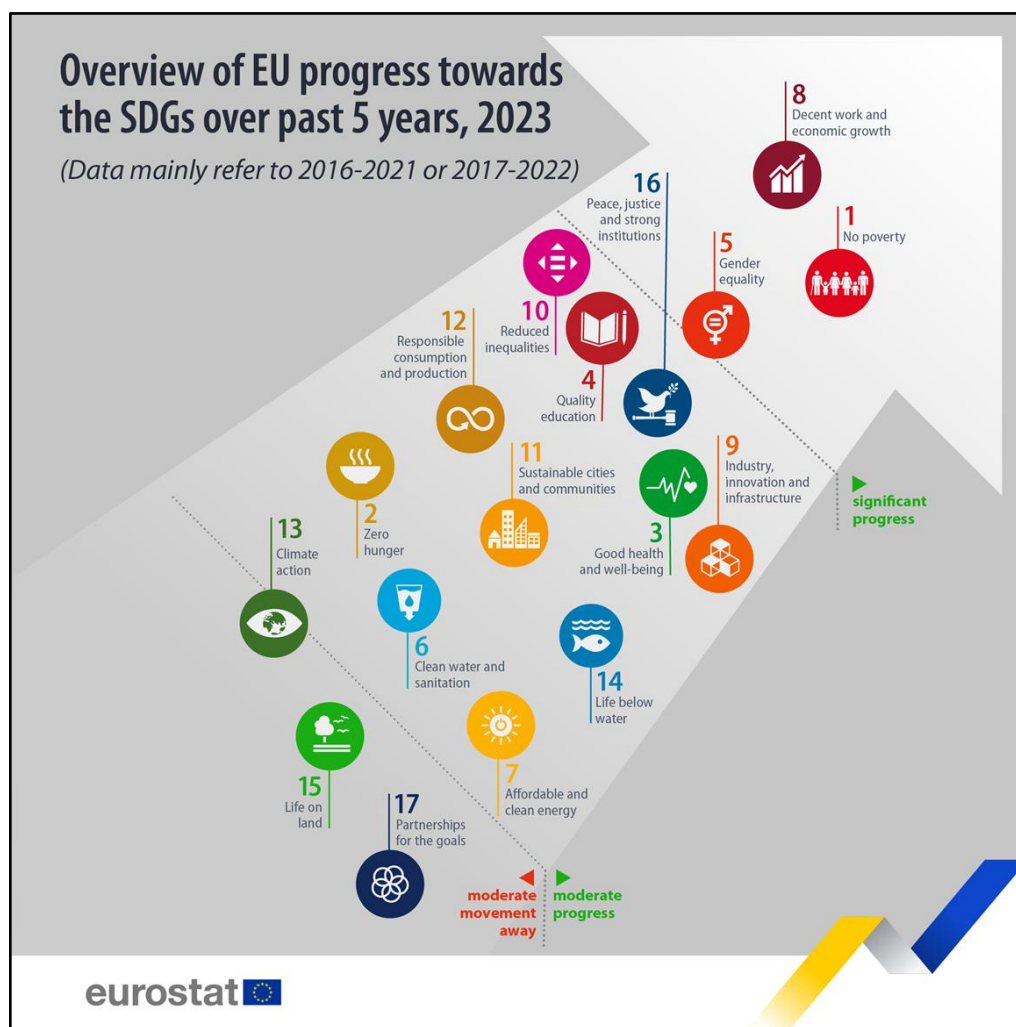


Figura 6. Visão geral do progresso da Europa em direção aos ODS nos últimos 5 anos, 2023. (Fonte: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_2887 ; CE, licença CC-BY 4.0) [Nota : Os dados referem-se principalmente a 2016-2021 ou 2017-2022.]

Em suma, o combate às desigualdades entre países é importante não só numa perspectiva de justiça social para mais prosperidade e colaboração, mas também como um pré-requisito para resolver muitos problemas interdependentes, como as mudanças

climáticas. No geral, a Europa tem feito progressos moderados em direção à realização do ODS 10 (Figura 6). Existe uma tendência positiva de convergência de longo prazo entre os países da UE em relação às lacunas no PIB e na renda; no entanto, houve estagnação durante a pandemia de COVID-19. Apesar de tais indicadores positivos, um obstáculo ainda a ser superado são as diferenças na inclusão social e no mercado de trabalho entre os cidadãos do país e os não cidadãos da UE (Eurostat, 2017).

Leituras complementares

2. European Commission. 2023f. EU voluntary review on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Available at: <https://commission.europa.eu/system/files/2023-06/SDG-Report-WEB.pdf>
3. European Commission. 2023d. Information on the European Pillar of Social Rights. Available at: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1607&langId=en>
4. European Environment Agency. 2023. Global and European temperatures. Available at: <https://www.eea.europa.eu/ims/global-and-european-temperatures>
5. European Parliament. 2023. EU measures against climate change. Available at: <https://www.europarl.europa.eu/news/en/headlines/society/20180703STO07129/eu-measures-against-climate-change>
6. Eurostat. 2017. Sustainable development in the European Union: monitoring report on progress towards the SDGS in an EU context. Publications Office of the European Union. Available at: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/15234730/16817772/KS-04-23-184-EN-N.pdf/845a1782-998d-a767-b097-f22ebe93d422?version=2.0&t=1688373085450>
7. Wybrow, A. (2023). Extreme weather brings raging fires and torrential rain to Europe. Euronews. Available at: <https://www.euronews.com/green/2023/08/08/torrential-rain-flash-floods-and-raging-wildfires-europes-extreme-summer>

3.2 Pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 interrompeu as atividades econômicas globais e levou à perda de empregos, redução de renda e aumento da pobreza, fome e instabilidade, aumentando assim a divisão da desigualdade no mundo. A pandemia interrompeu as

cadeias de abastecimento, levando a escassez de alimentos e medicamentos, e causou perturbações nos mercados financeiros, interrompendo o comércio global (Saúde, 2020). Esses desafios minaram os esforços para alcançar o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 10 (Redução das Desigualdades). Além disso, a pandemia também destacou a necessidade de sistemas de saúde mais resilientes e equitativos e fortaleceu os esforços para alcançar o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).

Entretanto, a pandemia também expôs as profundas desigualdades que existem dentro e entre os países e está exacerbando as desigualdades. A pandemia de COVID-19 pode ser chamada de pandemia das desigualdades, pois nunca na história o mundo experimentou um aumento simultâneo da divisão da desigualdade entre os "têm" e os "não têm" no mundo como durante a pandemia de COVID-19. Para uma visão geral global que descreve sucintamente o impacto da COVID-19 na desigualdade global, assista ao seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=rx--hD2fHCE&t=167s>

Leituras complementares

2. Dauderstädt, M. 2022. International inequality and the COVID-19 pandemic. *Inter-economics*, 57(1), 40-46.
3. Health, T.L.P. 2020. Will the COVID-19 pandemic threaten the SDGs? *The Lancet Public Health*, 5(9), e460.
4. McCann, G. and Matenga, C. 2020. COVID-19 and global inequality. In *COVID-19 in the Global South* (pp. 161-172). Bristol University Press..

3.2.1 Impacto da COVID-19 na África

Para além dos efeitos já devastadores das mudanças climáticas, a pandemia da COVID-19 esteve e continuará a ter um impacto importante e devastador na realização das metas do ODS 10 em África. A COVID-19 perturbou as atividades econômicas, os serviços sociais e os sistemas de saúde pública, levando à perda de vidas, meios de subsistência e bem-estar de milhões de pessoas em todo o continente,

e desta forma contribuiu para exacerbar a desigualdade entre os países africanos, continente e o resto do mundo.

Algumas das formas como a COVID-19 impactou o ODS 10 em África são as seguintes:

1. Aumentou a pobreza e a desigualdade dentro e entre os países, uma vez que a pandemia atingiu mais duramente os grupos mais vulneráveis e marginalizados, como mulheres, crianças, jovens, idosos, migrantes, refugiados, trabalhadores informais e pessoas com deficiência. Estes grupos enfrentaram um maior risco de infecção, mortalidade, perda de rendimentos, insegurança alimentar, violência e discriminação devido à pandemia e às suas medidas de contenção. Estima-se que a pandemia tenha empurrado mais 30 milhões de pessoas para a pobreza extrema na África Subsaariana só em 2020.
2. Afetou a produtividade e a competitividade de setores chave para o crescimento econômico e o emprego na África, como a agricultura, a indústria transformadora, o turismo, o comércio e os serviços. A pandemia perturbou as cadeias de abastecimento, os mercados, os transportes e a logística, reduzindo a produção, o rendimento e a procura. A pandemia também reduziu o investimento direto estrangeiro, as remessas, a ajuda oficial ao desenvolvimento e as receitas fiscais, restringindo o espaço fiscal e a sustentabilidade da dívida. Estes desafios reduziram as oportunidades econômicas e a proteção social para milhões de trabalhadores e empresários.
3. Limitou o acesso e a qualidade da educação, dos cuidados de saúde e de outros serviços essenciais na África, que são cruciais para o desenvolvimento humano e a inclusão social. A pandemia forçou o encerramento de escolas e unidades de saúde, afetando os resultados de aprendizagem e o estado de saúde de milhões de crianças e adultos. A pandemia também desviou recursos e atenção de outras prioridades de saúde, como a saúde materna e infantil, o HIV/AIDS, a malária, a tuberculose e a imunização. Estes desafios ampliaram as disparidades no capital humano e no bem-estar social entre países e grupos.

4. A COVID-19 também foi transformada em arma pelos líderes para aumentar as desigualdades e, infelizmente, isto agravou o conflito no continente (ver secção 3.3.1).

Estas são algumas das formas pelas quais a COVID-19 ainda está impactando o ODS 10 na África. No entanto, também existem oportunidades para abordar estas questões através de esforços de recuperação que podem reconstruir melhor e de forma mais ecológica, investindo em sistemas resilientes e inclusivos de cuidados de saúde, educação, proteção social, energia, infraestruturas, governação e paz. A melhoria da recolha de dados também é fundamental para compreender onde os investimentos podem ter maior impacto.

Leituras complementares

1. Africa Renewal. 2021. How COVID-19 has impacted the SDGs in Africa. Available at: <https://www.un.org/africarenewal/magazine/august-2021/how-covid-19-has-impacted-sdgs-africa> Accessed 29 May 2023.
2. AU/UNECA/ AfDB/ UNDP. 2022. 2022 Africa Sustainable Development Report. Available at: <https://www.undp.org/africa/publications/2022-africa-sustainable-development-report> Accessed 29 May 2023.
3. Nwuke, K. 2021 Africa faces a hard choice on the SDGs under COVID-19. Brookings series, Foresight Africa, February 22. Available at: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2021/02/22/africa-faces-a-hard-choice-on-the-sdgs-under-covid-19/> Accessed 29 May 2023.

3.2.2 Impacto da COVID-19 na América Latina e no Caribe

A pandemia de COVID-19 expôs e exacerbou as desigualdades na região da América Latina e Caribe (LAC), com seus impactos na saúde e socioeconômicos aumentando a desigualdade social. Na verdade, a América Latina e o Caribe são uma das regiões mais afetadas em termos dos graves impactos da COVID-19 na desigualdade. Alguns pontos-chave da relação entre a pandemia e a desigualdade na região incluem (Clavijo et al., 2021):

1. As famílias mais vulneráveis da região foram afetadas de forma desproporcional: a pandemia não só aumentou a disparidade de rendimentos na região, como também foi além da dimensão financeira e causou níveis mais elevados de insegurança alimentar e reduziu o acesso a serviços básicos, como saúde e educação.
2. A lacuna na perda de empregos tornou-se mais pronunciada entre grupos de alta e baixa vulnerabilidade: os impactos econômicos da pandemia, que levaram ao fechamento de muitas empresas e colocaram pressão financeira sobre muitas outras (especialmente pequenas e informais), causaram mais perdas de empregos em grupos que já eram mais vulneráveis socialmente. Tanto em áreas urbanas quanto rurais, domicílios com níveis mais baixos de educação experimentaram uma incidência maior de perda de empregos.
3. A insegurança alimentar aumentou, enquanto o acesso à saúde e à educação diminuiu: embora uma recuperação nesses aspectos tenha sido observada ao longo da pandemia, os níveis de insegurança alimentar em domicílios mais vulneráveis foram altos durante os primeiros meses de 2020 e espera-se que a desnutrição e a privação alimentar possam causar impactos de longo prazo, especialmente em termos de desenvolvimento infantil. As famílias mais pobres também foram mais severamente impactadas pelo acesso reduzido aos serviços médicos, e o ensino à distância representou desafios adicionais nesses contextos (como a falta de infraestrutura adequada e conexão com a internet, por exemplo).

Embora os piores impactos da pandemia na saúde tenham passado e a região esteja em processo de recuperação econômica, vários aspectos das crises têm consequências a longo prazo, especialmente no contexto da desigualdade e da pobreza. As políticas de mitigação e recuperação, bem como os programas de apoio financeiro, são importantes para garantir uma recuperação que apoie os grupos mais desfavorecidos - especialmente em termos de colocação e empregabilidade no mercado de trabalho e infraestruturas educativas.

Leituras complementares

1. Clavijo, I., Mejía-Mantilla, C., Olivieri, S., Lara-Ibarra, G. and Romero, J. 2021. Mind the gap: how COVID-19 is increasing inequality in Latin America and the Caribbean. Policy Note No. 4, July. Available at: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/946431626680572263/pdf/Mind-the-Gap-How-COVID-19-is-Increasing-Inequality-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf> Accessed 6 August 2023.
2. Lustig, N., Neidhöfer, G., Tommasi, M. and Pabón, V.M. 2023. COVID-19 and inequality in Latin America: Short-run impacts, lasting scars. Available at: <https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2023/04/20/covid-19-inequality-in-latin-america-short-run-impacts-lasting-scars/> Accessed 6 August 2023.

3.2.3 Impacto da COVID-19 na Europa

Como em todos os continentes, a Europa também foi gravemente afetada pela pandemia de COVID-19, com graves problemas econômicos e de saúde. Pesquisas realizadas por Yuan et al. (2023) mostram esse panorama global (Figura 7) através de um impacto direto nominal da COVID-19 por meio de três choques iniciais (à esquerda) que se relacionam com dez representações (no meio). Os blocos laranja e vermelho referem-se a impactos negativos, assim como as linhas vermelhas grossas, uma das quais aponta para o ODS 10. Os autores concluem que 5 dos 17 ODS foram os mais impactados; um deles foi o ODS 10 (os outros foram ODS 1, 2, 3 e 8). Vendo a Europa como uma região com países de renda alta e média-alta, este artigo sugere que focar na redução da desigualdade (ODS 10) seria o mais benéfico para superar os efeitos adversos da pandemia de COVID-19 (Yuan et al., 2023).

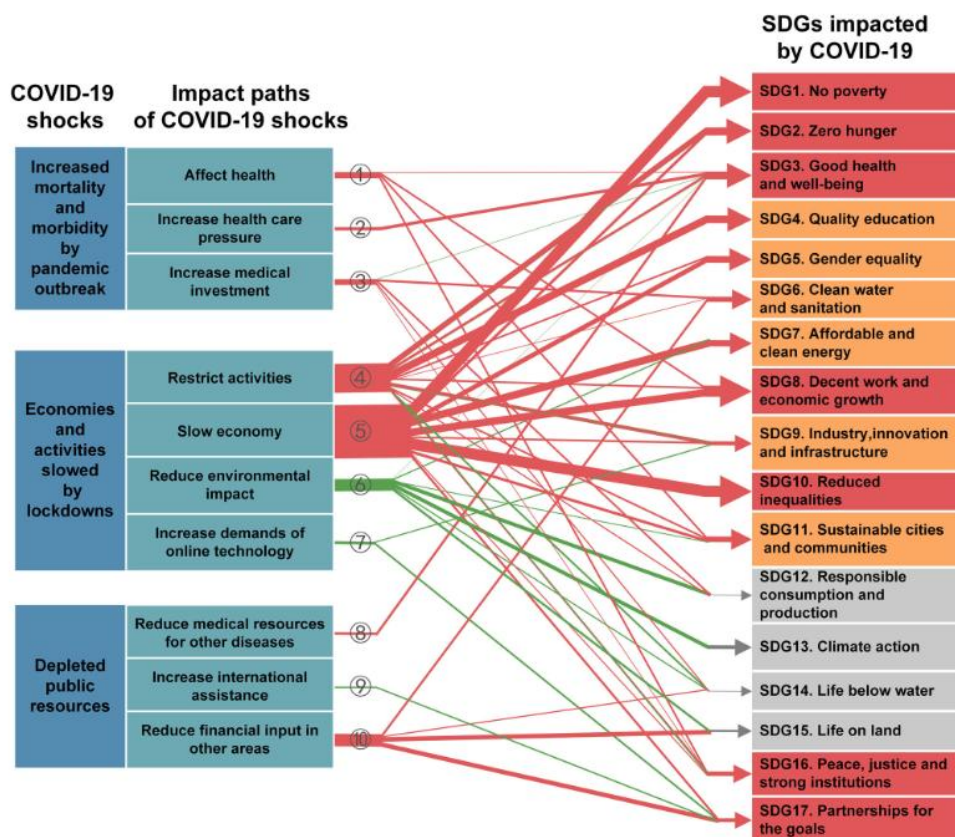


Figura 7. Impacto da pandemia de COVID-19 nos ODS (Fonte: Yuan et al., 2023).

Neste contexto, a pandemia de COVID-19 estabeleceu uma conexão intrincada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 - um objetivo de reduzir as desigualdades dentro e entre os países (Kuhn, 2020). As repercussões da pandemia se espalharam por toda a Europa, lançando uma luz intensa sobre disparidades pré-existent e exacerbando os desafios na consecução dos objetivos específicos do ODS 10 (ver Flor et al., 2022). Nesta seção, exploramos as maneiras pelas quais a pandemia tem dificultado o progresso em direção a esses objetivos, fundamentados no contexto europeu.

A Meta 10.1, por exemplo, é um reflexo comovente da turbulência econômica provocada pela pandemia (Ahmad et al., 2023). À medida que as economias paravam e o desemprego aumentava, países como Espanha e Itália, dependentes de setores como o turismo, enfrentaram impactos desproporcionais (Su et al., 2022). Os 40% da

população mais pobre, já economicamente vulneráveis, enfrentaram incertezas ainda mais graves. A interrupção do crescimento do rendimento provocada pela pandemia colocou em risco a consecução desta meta, uma vez que as populações vulneráveis foram ainda mais marginalizadas (Salerno et al., 2020; Siegel e Mallow, 2021).

Na busca pelo objetivo 10.2, que se relaciona com a inclusão social, econômica e política, os impactos desproporcionais da pandemia na saúde têm levantado preocupações urgentes. Por exemplo, comunidades minoritárias na Europa, frequentemente enfrentando disparidades no acesso à saúde, registraram taxas de mortalidade mais altas durante a pandemia (Bambra et al., 2020). A flagrante desigualdade nos resultados de saúde destaca a necessidade crucial de garantir acesso equitativo aos serviços de saúde em todas as demografias, uma aspiração minada pelo impacto da pandemia nos sistemas de saúde (Kontis et al., 2020).

A Meta 10.3 enfatiza a garantia da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades nos resultados educacionais. A mudança da pandemia para a aprendizagem à distância expôs a exclusão digital, particularmente evidente em países como a Grécia e Portugal. À medida que as crianças oriundas de meios desfavorecidos lutavam para aceder à educação online, as disparidades nas oportunidades educativas aprofundavam-se. A perturbação da educação causada pela pandemia sublinhou a necessidade de combater estas desigualdades (Blaskó et al., 2022; Cordini & De Angelis, 2021; Papouli et al., 2020; Stantcheva, 2022).

No meio das perturbações econômicas, a meta 10.4, relacionada com o apelo à adoção de políticas que promovam a igualdade, tornou-se cada vez mais pertinente. Surgiram debates em vários países europeus sobre o equilíbrio dos esforços de recuperação econômica com a proteção das populações vulneráveis. O impacto econômico da pandemia enfatizou a necessidade de políticas fiscais progressivas para aliviar as disparidades e garantir uma recuperação inclusiva (Hill e Narayan, 2020).

Além disso, a migração, tema central do objetivo 10.7, assumiu novas dimensões na era da pandemia (Moroz et al., 2020; Tagliacozzo et al., 2021). A resposta coordenada da Alemanha ao fornecer cuidados de saúde e apoio aos trabalhadores estrangeiros

destacou a importância de políticas migratórias bem gerenciadas. As interrupções causadas pela pandemia destacaram a necessidade de garantir a mobilidade segura e ordenada das pessoas, protegendo os direitos e a dignidade dos migrantes - um objetivo ainda mais dificultado pela crise.

A interligação global enfatizada na meta 10.B ficou evidente durante a pandemia, à medida que a resposta da Europa repercutiu em todo o mundo. A contribuição de países como a Noruega para a iniciativa COVAX sublinhou a necessidade de cooperação internacional e de fluxos financeiros para apoiar regiões vulneráveis (de Bengy Puyvallée e Storeng, 2022). No entanto, o desvio de recursos e de atenção provocado pela pandemia criou desafios no cumprimento dos compromissos de solidariedade e assistência globais.

Em 2022, após a diminuição dos confinamentos e dos surtos na UE, as economias europeias recuperaram para níveis quase pré-pandêmicos, com um crescimento anual do PIB real per capita de 3,3% em 2022 em comparação com 2021 (Comissão Europeia, 2023d). No entanto, os efeitos a médio prazo sobre a pobreza e a desigualdade na UE permanecem incertos (Comissão Europeia, 2023d), uma vez que realçam as desigualdades já existentes que grupos vulneráveis, como as mulheres e os migrantes, enfrentam.

Vale considerar, no entanto, que apesar de todos os impactos negativos da pandemia da COVID-19, ela também trouxe novas oportunidades para os países europeus, despertando para o seu potencial inerente de garantir a igualdade a outros países; a União Europeia dispõe de instrumentos financeiros que irão enfrentar os desafios da igualdade, da coesão e da prosperidade econômica para todos. Além dos grandes planos, como o Acordo Verde da UE e o Fundo da Política de Coesão, outros fundos visam reduzir os desequilíbrios regionais na UE (por exemplo, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ou FEDER) (Comissão Europeia, 2023e).

Leituras complementares

1. Ahmad, M., Khan, Y. A., Jiang, C., Kazmi, S. J. H. and Abbas, S. Z. 2023. The impact of COVID-19 on unemployment rate: An intelligent based unemployment

- rate prediction in selected countries of Europe. *International Journal of Finance & Economics*, 28(1), 528–543. Available at: <https://doi.org/10.1002/ijfe.2434>
2. Blaskó, Z., Costa, P. Da and Schnepf, S. V. 2022. Learning losses and educational inequalities in Europe: Mapping the potential consequences of the COVID-19 crisis. *Journal of European Social Policy*, 32(4), 361–375. Available at: <https://doi.org/10.1177/09589287221091687>.
 3. Eurostat. 2023. Analysis of EU short-term progress towards the SDGs in the face of multiple crises. Available at: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Analysis_of_EU_short-term_progress_towards_the_SDGs_in_the_face_of_multiple_crisis
 4. Flor, L.S., Friedman, J., Spencer, C. N., Cagney, J., Arrieta, A., Herbert, M.E., Stein, C., Mullany, E.C., Hon, J., Patwardhan, V., Barber, R.M., Collins, J.K., Hay, S.I., Lim, S.S., Lozano, R., Mokdad, A.H., Murray, C.J.L., Reiner, R.C., Sorensen, R.J.D., ... Gakidou, E. (2022). Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: A comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. *The Lancet*, 399(10344), 2381–2397. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00008-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00008-3)
 5. Yuan, H., Wang, X., Gao, L., Wang, T., Liu, B., Fang, D. and Gao, Y. 2023. Progress towards the Sustainable Development Goals has been slowed by indirect effects of the COVID-19 pandemic. *Communications Earth & Environment*, 4(1). Available at: <https://doi.org/10.1038/s43247-023-00846-x>

3.3 Conflito

O conflito resulta na deslocação de pessoas e num aumento das necessidades humanitárias. O conflito também dificulta o progresso rumo ao ODS 10, afetando desproporcionalmente os grupos marginalizados e, desta forma, agravando a desigualdade. Os desafios resultantes de conflitos prejudicam os esforços para alcançar o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Erradicação da Fome), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça, e Instituições Fortes).

O impacto do conflito na Ucrânia, por exemplo, não se limita à área geográfica dos combates reais, mas teve um alcance global ao perturbar as cadeias de abastecimento, o comércio global e os mercados financeiros, e assim levou cumulativamente ao

aumento de alimentos, combustíveis, e os preços dos fertilizantes a nível global, e direta e indiretamente, terão um impacto duradouro na realização global do ODS 10 até 2030 (Pereira et al., 2022). Embora a guerra na Ucrânia tenha um efeito negativo duradouro na consecução das respectivas metas do ODS 10, existem vários outros conflitos armados em curso em todo o mundo. Em geral, o impacto do conflito armado (guerra) nas seguintes três áreas-chave contribui diretamente para os crescentes níveis de desigualdade em qualquer país atingido pela guerra:

- A guerra perturba os sistemas alimentares ao minar a produção de alimentos, causando uma rápida inflação dos preços dos alimentos e impedindo as pessoas de ganhar dinheiro para comprar alimentos.
- A guerra destrói infraestruturas essenciais que sustentam a vida cotidiana, desde sistemas de água a centros de energia e hospitais.
- A guerra desloca as pessoas das suas casas, expulsa as crianças da sala de aula, agrava a desigualdade de gênero e expõe as pessoas a níveis extremos de violência.

Embora se espere que a guerra na Ucrânia tenha um impacto duradouro na realização global do ODS 10, existem muitos conflitos regionais que podem influenciar significativamente a capacidade de uma região ou de um país progredir no sentido da redução da desigualdade até 2030. Por esta razão, é também importante considerar os conflitos regionais em várias regiões como um desafio para alcançar o ODS 10.

Outra dimensão importante a considerar em termos de conflito (guerra) e desigualdade é que a desigualdade inerente pode ser a causa direta do conflito e, portanto, ao abordar a desigualdade conforme descrito nos diversos objetivos do ODS 10, também será feito muito progresso na consecução dos objetivos de paz e justiça estabelecidos para o ODS 16. Esse argumento é apresentado usando alguns estudos de caso, especialmente da América Latina, no curto vídeo "A Desigualdade Causa Guerra?" Ele pode ser visualizado clicando no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=mz54p6Aa8Es&t=87s>.

Leituras complementares

1. Cojocaru, T.M., Ionescu, G.H., Firoiu, D., Cismaș, L.M., Oțil, M.D. and Toma, O. 2022. Reducing inequalities within and among EU Countries: assessing the achievement of the 2030 agenda for sustainable development targets (SDG 10). Sustainability, 14(13), 7706.
2. Cramer, C. 2003. Does inequality cause conflict? Journal of International Development: The Journal of the Development Studies Association, 15(4), 397-412.
3. Pereira, P. Zhao, W., Symochko, L., Inacio, M., Bogunovic, I. and Barcelo, D. 2022. The Russian-Ukrainian armed conflict will push back the sustainable development goals. Geography and Sustainability, 3, 277–287. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.geosus.2022.09.003> Accessed 23 December 2022.

3.3.1 Conflito na África

A África é frequentemente descrita ironicamente como um "continente em movimento" (Adepoju, 2021). Isso pode ser observado através de muitos fluxos migratórios específicos, sendo o mais óbvio relacionado à migração de trabalho, refugiados e pessoas deslocadas internamente à força. O conflito pode ter um impacto negativo na consecução do ODS 10 na África, pois pode agravar as desigualdades existentes, interromper o desenvolvimento social e econômico, deslocar populações, violar os direitos humanos, minar a paz e a segurança.

Os conflitos e a desigualdade em África são questões interrelacionadas que afetam a paz e o desenvolvimento do continente há muitas décadas. Os fatores que contribuíram para o conflito e a desigualdade em África são variados e incluem:

A herança do colonialismo e da escravidão que criou fronteiras artificiais, divisões étnicas e dependência econômica.

1. A prevalência de regimes autoritários e corruptos que violam os direitos humanos, reprimem dissidências e gerenciam mal os recursos naturais.
2. O impacto das mudanças climáticas e da degradação ambiental que exacerbam a insegurança alimentar, a escassez de água e o deslocamento.

3. A interferência de atores externos que alimentam guerras por procuração, exploram recursos e minam a soberania.
4. A marginalização e discriminação de grupos vulneráveis, como mulheres, jovens, refugiados e minorias.

Em 2021, estimou-se que o número total de pessoas deslocadas à força no mundo era de 82,4 milhões (Brown, 2023), e uma estimativa de 36 milhões destas pessoas estão concentradas em África. De acordo com um relatório da Amnistia Internacional (2021), o conflito em África teve durante muitas décadas um impacto devastador sobre os refugiados e a desigualdade, no entanto, estes desafios inerentes foram agravados pelos efeitos da pandemia da COVID-19 que expôs o legado do continente de políticas divisórias e destrutivas que perpetuaram a discriminação, a opressão e a desigualdade no continente (Nações Unidas, 2022). O aumento dos conflitos devido à pandemia da COVID-19 em África foi significativo, pois afetou aqueles que já eram negativamente afetados por décadas de desigualdade, ao revelar a desigualdade sistemática de comunidades marginalizadas, pessoas desempregadas, profissionais de saúde e, particularmente, mulheres e crianças. A Amnistia Internacional (2021) relatou que a pandemia foi utilizada em muitos casos pelos líderes africanos como uma arma para intensificar os ataques aos direitos humanos. Em países como a Etiópia, Moçambique, Camarões e Nigéria, o conflito armado existente foi agravado pela pandemia, à medida que estes estados transformaram a COVID-19 em armas para reprimir os direitos humanos, resultando na morte de civis e na detenção de políticos da oposição e dos seus apoiantes.

Leituras complementares

1. Brown, A. 2023. Assistance to refugees, returnees, and displaced persons in Africa. ODUMUNC 2023 Issue Brief. Old Dominion University, Graduate Programme in International Studies.
2. Williams, W. 2019. Shifting Borders: Africa's Displacement Crisis and Its Security Implications. Africa Centre for Strategic Studies Research Paper No. 8, October. ISSN 2164-4101 [online]

3.3.2 Conflito na América Latina e no Caribe

Além dos impactos causados pela pandemia e pelas mudanças climáticas, há a crise associada aos conflitos. A América Latina e o Caribe sofrem tanto com conflitos regionais, deslocamento e migração, quanto com eventos internacionais que afetam a economia e, consequentemente, os níveis de pobreza e desigualdade.

Dado o seu carácter primário de exportação, a economia da América Latina é extremamente dependente dos preços internacionais e a região sente rapidamente os impactos das crises internacionais. Combinada com outras crises e com o cenário internacional de incerteza, a guerra na Ucrânia contribuiu para que os países latino-americanos enfrentassem uma desaceleração econômica e comercial, inflação e uma recuperação lenta e incompleta do mercado de trabalho, o que consequentemente pode levar a um aumento da desigualdade. As perdas no PIB, o aumento da insegurança alimentar e os empregos em risco que estão afetando mais as populações vulneráveis, marginalizadas e discriminadas. Esta situação instável também afeta a educação e a segurança. No Equador, por exemplo, espera-se que o aumento dos níveis de pobreza faça com que quase 8% das crianças abandonem os estudos para ir trabalhar, e os níveis de violência de gênero continuem a aumentar, afetando 7 em cada 10 mulheres (Care, 2022).

Os conflitos na região são também uma situação alarmante e representam um desafio humanitário. Estes incluem ou levam à violência armada, deslocamento interno, migração, desaparecimentos e superlotação prisional. Na Colômbia, os conflitos armados são o principal desafio, conduzindo a riscos de explosão, restrições aos movimentos e deslocamentos em massa. Estes acontecimentos afetam a população, especialmente as das zonas rurais, que enfrentam dificuldades no acesso aos serviços básicos, juntamente com o aumento dos preços dos alimentos e dos transportes. No México e nos países da América Central, a migração é o principal desafio associado aos conflitos regionais. Alguns dos fatores que contribuem para isto são a violência generalizada, os impactos socioeconômicos da pandemia e os desastres causados por fenômenos climáticos extremos (CICV, 2021).

Um desafio urgente na América Latina é a crise migratória venezuelana, considerada a pior de seu tipo na história da região. Dados de 2021 indicam que desde 2015, mais de 5,4 milhões de venezuelanos deixaram o país devido às crises econômica, social e política nacionais (OIT-PNUD, 2021). Aproximadamente 85% desses refugiados e migrantes se deslocaram para outros países da América Latina e do Caribe, com a maioria indo para Colômbia, Peru, Chile e Equador. Esses grupos tendem a ser vistos como um fardo nos locais de destino, impactando a prestação de serviços públicos e representando um desafio em termos de coesão social. No entanto, os migrantes também podem ser encarados como uma oportunidade para a economia, contribuindo para investimentos, consumo e a força de trabalho, o que demanda dos governos a implementação de políticas e iniciativas para apoiar sua integração socioeconômica.

Leituras complementares

1. Care. 2022. Ukraine conflict causes soaring debt and increased poverty and inequality across Latin America and the Caribbean. Available at: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/ukraine-conflict-causes-soaring-debt-and-increased-poverty-and-inequality-across-latin-america-and-the-caribbean/> Accessed 7 August 2023.
2. Cárdenas, M. and Hernández, A. 2022. The Economic Impact of the War in Ukraine on Latin America and the Caribbean. Available at: <https://www.undp.org/latin-america/publications/economic-impact-war-ukraine-latin-america-and-caribbean> Accessed 7 August 2023.
3. ICRC. 2021. Latin America: Armed violence, conflict, internal displacement, migration and disappearances were main humanitarian challenges in 2021. Available at: <https://www.icrc.org/en/document/latin-america-armed-violence-conflict-internal-displacement-migration-disappearances> Accessed 7 August 2023.
4. ILO-UNDP. 2021. Migration from Venezuela - opportunities for Latin America and the Caribbean: Regional socio-economic integration strategy. International Labour Organization & United Nations Development Programme, p. 68.

3.3.3 Conflito na Europa

Ao longo da última década, ocorreu um aumento sem precedentes da migração para a União Europeia devido a vários conflitos em todo o mundo (Síria, Afeganistão, Venezuela). Desde que a invasão russa da Ucrânia começou em 2022, muitas pessoas têm fugido da guerra em busca de proteção na UE. Para que a integração dos migrantes e dos requerentes de asilo seja bem-sucedida, é necessário garantir a sua participação social. Isto significa principalmente integração na sociedade, na educação e no mercado de trabalho. Este último tem a vantagem de reduzir a tendência para o envelhecimento da população e a disparidade de trabalhadores qualificados.

Em 2022, a UE recebeu 881.220 pedidos de asilo pela primeira vez, o que representa um aumento de quase 64% desde 2021 (EUROSTAT, 2023). Muitos destes podem ser atribuídos à invasão russa da Ucrânia. Como contramedida, a UE adotou a “Decisão do Conselho de março de 2022” que permitiu aos cidadãos de países terceiros que fugiam de a Ucrânia receber proteção imediata e temporária. No final de 2022, quase 3,8 milhões de pessoas deslocadas receberam benefícios desta proteção temporária na UE (Figura 8). A Polónia e a Alemanha, seguidas pela República Tcheca, acolheram o maior número absoluto de beneficiários (EUROSTAT, 2023).

O conflito na Ucrânia tem gerado ondas de impacto por toda a Europa, desencadeando uma série de implicações complexas que afetam diretamente o cerne do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10. Este objetivo, voltado para a redução das desigualdades dentro e entre os países, enfrenta desafios particulares decorrentes do conflito. Neste contexto, esta seção investiga de que forma o conflito tem dificultado o avanço da Europa em direção às metas específicas do ODS 10, com uma atenção especial para o impacto de cada meta (Bin-Nashwan et al., 2022).

Dentro dessa perspectiva, a meta 10.1 destaca as repercussões econômicas que, no contexto da guerra, têm se espalhado além das fronteiras, perturbando as relações comerciais. Países como Polónia e Hungria, que compartilham proximidade geográfica com a Ucrânia, enfrentam interrupções nas atividades econômicas, resultando em

impactos no crescimento de renda, especialmente entre as populações mais vulneráveis (Braun et al., 2023).

No âmbito da meta 10.2, que enfatiza a inclusão social, econômica e política, o conflito na Ucrânia tem iluminado questões preocupantes de discriminação e marginalização. Por exemplo, na Crimeia, os direitos dos tártaros da Crimeia foram sufocados, destacando uma violação direta dos princípios de capacitação e inclusividade incorporados ao ODS 10. A natureza divisa do conflito tem intensificado as desigualdades em várias dimensões demográficas (veja Krysovatty et al., 2022; Levy et al., 2022).

O deslocamento causado pelo conflito impactou de forma significativa a Meta 10.3. Pessoas deslocadas internamente (IDPs) e refugiados em países como Ucrânia, Polônia e Alemanha enfrentam barreiras para acessar educação de qualidade, cuidados de saúde e serviços essenciais. Os efeitos em cascata do conflito têm perturbado as oportunidades iguais, dificultando o acesso à educação e cuidados de saúde para essas populações vulneráveis (Goniewicz, 2022; Guenette et al., 2022).

A migração, um aspecto essencial da meta 10.7, foi remodelada pelo conflito. Países vizinhos como Polônia e Alemanha têm absorvido refugiados e migrantes que fogem do tumulto. No entanto, a natureza não planejada da migração decorrente do conflito apresenta desafios para as nações anfitriãs que buscam sistemas de migração ordenados e bem gerenciados (Boiko et al., 2021; Sadowa et al., 2020). A influência do conflito na dinâmica da migração destaca a necessidade de práticas de migração seguras e dignas.

Nesse sentido, o conflito na Ucrânia tem dificultado a jornada da Europa na busca pelas metas do ODS 10. Os desafios trazidos pelo conflito se estendem pela estabilidade econômica, inclusão social e empoderamento político, coletivamente impedindo o progresso dos países do continente na redução das desigualdades. Resolver os impactos do conflito no ODS 10 requer esforços concertados para restaurar a estabilidade, defender os direitos humanos e criar oportunidades de inclusão e empoderamento entre as populações e nações afetadas.

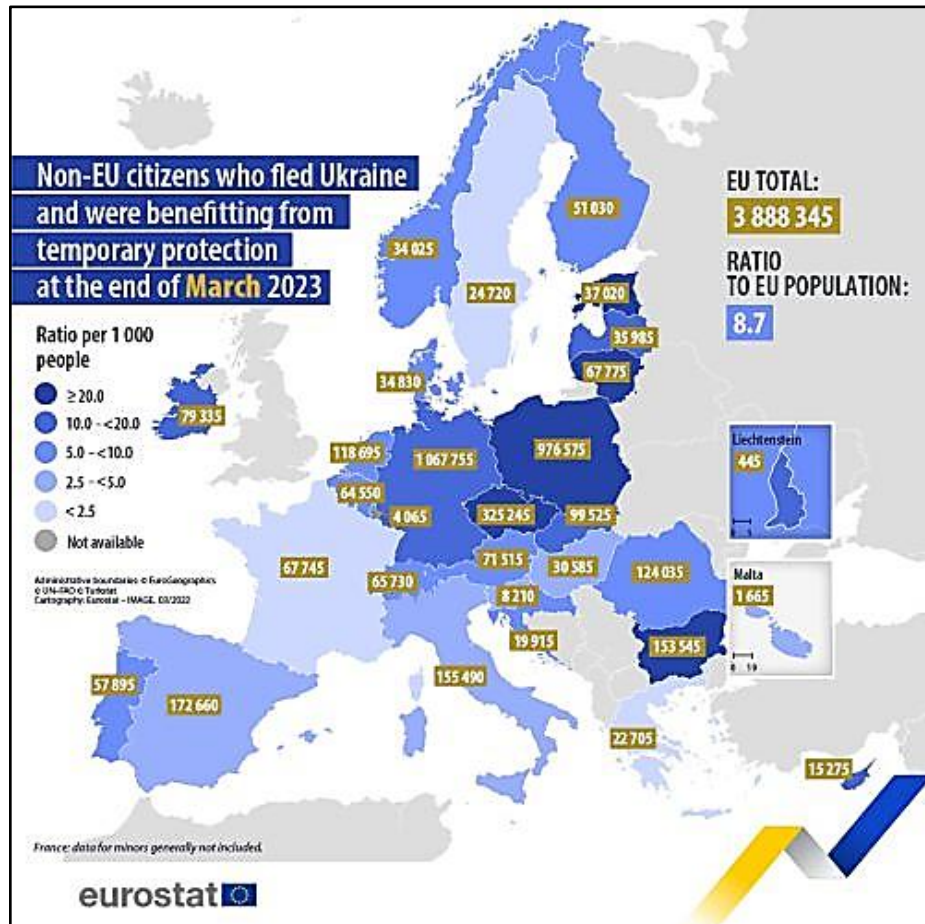


Figura 8. Os cidadãos não pertencentes à UE que fugiram da Ucrânia e estavam se beneficiando de proteção temporária no final de março de 2023 (Fonte: Eurostat, 2023).

Leituras complementares

1. Bin-Nashwan, S. A., Hassan, M. K. and Muneeza, A. 2022. Russia–Ukraine conflict: 2030 Agenda for SDGs hangs in the balance. *International Journal of Ethics and Systems* [ahead-of-print]. Available at: <https://doi.org/10.1108/IJOES-06-2022-0136>
2. EUROSTAT. 2023. Analysis of EU short-term progress towards the SDGs in the face of multiple crises. Available at: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics->

[explained/index.php?title=Analysis of EU short-term progress towards the SDGs in the face of multiple crises](https://explained/index.php?title=Analysis_of_EU_short-term_progress_towards_the_SDGs_in_the_face_of_multiple_crises)

3. Goniewicz, K. 2022. Ukrainian-War Refugees in Poland: Assessment and Recommendations for Crisis Preparedness Education and Implementation. *Polish Political Science Yearbook*, 51(1), 1–9.
4. Sadowa, U., Stepura, T. and Baranyak, I. 2020. Ukraine in the territorial migration systems: Current structural-qualimetric aspects of the formation and development. *European Journal of Transformation Studies*, 8(1), 60–78.

Exemplos de questões para avaliação

Crise Global e ODS 10

1. Cite pelo menos três crises globais que estão afetando o alcance das metas do ODS 10 em sua região.
2. Quais são os principais fatores por trás do recente aumento global nos níveis de pobreza e desigualdade?
3. Como a mudança climática está contribuindo para a desigualdade em sua região?
4. A pandemia de COVID-19 teve impacto no progresso na realização das várias metas do ODS 10 em sua região? Explique se esse impacto foi positivo ou negativo.
5. Como a pandemia de COVID-19 está afetando as metas do ODS 10? Esses impactos são positivos ou negativos?
6. Explique como o conflito tem tido um impacto negativo na redução dos níveis de desigualdade em sua região.
7. Qual é a relação entre guerra/conflito e o aumento dos níveis de desigualdade global?

Referências consultadas para as seções africanas

Adepoju, A. 2021. Migration Dynamics, Refugees and Internally Displaced persons in Africa. United Nations. Available at: <https://www.un.org/en/academic-impact/migration-dynamics-refugees-and-internally-displaced-persons-africa> Accessed 29 May 2023.

Africa Renewal. 2021. How COVID-19 has impacted the SDGs in Africa. Available at: <https://www.un.org/africarenewal/magazine/august-2021/how-covid-19-has-impacted-sdgs-africa> Accessed 29 May 2023.

Ahmed, A., Mohamed, N.S., Siddig, E.E., Algaily, T., Sulaiman, S. and Ali, Y. 2021. The impacts of climate change on displaced populations: a call for action. *The Journal of Climate Change and Health*, 3, 100057.

Amnesty International. 2021. Sub-Saharan Africa: The devastating impact of conflicts compounded by COVID-19. Available at: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/04/subsaharan-africa-the-devastating-impact-of-conflicts-compounded/> Accessed 29 May 2022.

Ariom, T.O., Dimon, E., Nambeye, E., Diouf, N.S., Adelusi, O.O. and Boudalia, S. 2022. Climate-smart agriculture in African countries: A Review of strategies and impacts on smallholder farmers. *Sustainability*, 14(18), 11370.

AU/UNECA/ AfDB/ UNDP. 2022. 2022 Africa Sustainable Development Report. Available at: <https://www.undp.org/africa/publications/2022-africa-sustainable-development-report> Accessed 29 May 2023.

Bathaei, A. and Štreimikienė, D. 2023. A Systematic Review of Agricultural Sustainability Indicators. *Agriculture*, 13(2), 241.

Benevolenza, M.A. and DeRigne, L. 2019. The impact of climate change and natural disasters on vulnerable populations: A systematic review of literature. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 29(2), 266-281.

Brown, A. 2023. Assistance to refugees, returnees, and displaced persons in Africa. ODUMUNC 2023 Issue Brief. Old Dominion University Graduate Programme in International Studies.

Burzyński, M., Deuster, C., Docquier, F. and De Melo, J. 2022. Climate change, inequality, and human migration. *Journal of the European Economic Association*, 20(3), 1145-1197.

Cevik, S. and Jalles, J. 2023. For whom the bell tolls: Climate change and income inequality. *Energy Policy*, 174 (113475). Available at: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2023.113475> Accessed 17 May 2023.

Cojocaru, T.M., Ionescu, G.H., Firoiu, D., Cismaş, L.M., Oţil, M.D. and Toma, O. 2022. Reducing inequalities within and among EU Countries: Assessing the achievement of the 2030 agenda for sustainable development targets (SDG 10). *Sustainability*, 14(13), 7706.

Cramer, C. 2003. Does inequality cause conflict? *Journal of International Development: The Journal of the Development Studies Association*, 15(4), 397-412.

Dauderstädt, M. 2022. International inequality and the COVID-19 pandemic. *Inter-economics*, 57(1), 40-46.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2018. The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building Climate Resilience for Food security and Nutrition. Rome: FAO.

Green, F. and Healy, N. 2022. How inequality fuels climate change: The climate case for a Green New Deal. *One Earth*, 5(6), 635-649.

Health, T.L.P. 2020. Will the COVID-19 pandemic threaten the SDGs? *The Lancet Public Health*, 5(9), e460.

Hoffmann, R. 2022. Contextualizing climate change impacts on human mobility in African drylands. *Earth's Future*, 10(6), e2021EF002591.

McCann, G. and Matenga, C. 2020. COVID-19 and global inequality. In *COVID-19 in the Global South* (pp. 161-172). Bristol University Press.

McCarthy, J. 2022. How war fuels poverty: From Ukraine to Tigray, conflict causes devastating consequences beyond the immediate violence. *Global Citizen*, March 1. Available at: <https://www.globalcitizen.org/en/content/how-war-fuels-poverty/> Accessed 29 May 2023.

Mikulewicz, M. and Taylor, M. 2020. Getting the resilience right: climate change and development policy in the 'African Age'. *New Political Economy*, 25(4), 626-641.

Mpofu, F.Y. 2022. Green Taxes in Africa: Opportunities and Challenges for Environmental Protection, Sustainability, and the Attainment of Sustainable Development Goals. *Sustainability*, 14(16), 10239.

Nwuoke, K. 2021 Africa faces a hard choice on the SDGs under COVID-19. Brookings Series, Foresight Africa, February 22. Available at: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2021/02/22/africa-faces-a-hard-choice-on-the-sdgs-under-covid-19/> Accessed 29 May 2023.

Palagi, E., Coronese, M., Lamperti, F. and Roventini, A. 2022. Climate change and the nonlinear impact of precipitation anomalies on income inequality. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 119(43), e2203595119.

Pereira, P. Zhao, W., Symochko, L., Inacio, M., Bogunovic, I. and Barcelo, D. 2022. The Russian-Ukrainian armed conflict will push back the sustainable development goals. *Geography and Sustainability*, 3, 277–287. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.geosus.2022.09.003> Accessed 23 December 2022.

Rao, N., Lawson, E.T., Raditloaneng, W.N., Solomon, D. and Angula, M.N. 2019. Gendered vulnerabilities to climate change: insights from the semi-arid regions of Africa and Asia. *Climate and Development*, 11(1), 14-26.

Rashad, S.M. 2022. A Brief Study on African Climate Refugees: An Approach towards Environmental Injustice and Recognition. *Research Developments in Arts and Social Studies*, 3, 110-127.

United Nations, 2022. The Sustainable Development Goals Report 2022. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2022/07/sdgs-report/> Accessed 10 August 2022.

United Nations. 2019. World social situation 2019: shaping the future of inequality (A/74/135). Available at: <https://sdg.iisd.org/news/un-publication-reflects-on-impacts-of-megatrends-on-sdg-10/> Accessed 17 May 2023.

United Nations. 2021. The Sustainable Development Goals Report, 2021. Available at: <https://data.unhcr.org/en/documents/details/88793> Accessed 9 August 2022.

von Grebmer, K., Bernstein, J., Patterson, F., Viemars, M., Cheilleachair, R.N., Foley, C., Gilter, S., Ekstrom, K. and Fritschel, H. 2019. *2019 Global Hunger Index: The challenge of hunger and climate change*. Welthungerhilfe, Bonn and Concern Worldwide, Dublin.

Williams, W. 2019. Shifting Borders: Africa's Displacement Crisis and Its Security Implications. Africa Center for Strategic Studies, Research Paper No. 8, October. ISSN 2164-4101 [online]

World Bank. 2022. Climate Migration in Africa: How to Turn the Tide. Available at: <https://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/climate-migration-in-africa-how-to-turn-the-tide> Accessed 29 May 2023.

World Bank. 2023. Poverty and Inequality Platform. Available at: <https://pip.worldbank.org/home> Accessed 17 May 2023.

Referências consultadas para as seções da América Latina e do Caribe

Cárdenas, M. and Hernández, A. 2022. The Economic Impact of the War in Ukraine on Latin America and the Caribbean. Available at: <https://www.undp.org/latin-america/publications/economic-impact-war-ukraine-latin-america-and-caribbean> Accessed 7 August 2023.

Care, I. 2022. Ukraine conflict causes soaring debt and increased poverty and inequality across Latin America and the Caribbean. Available at: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/ukraine-conflict-causes-soaring-debt-and-increased-poverty-and-inequality-across-latin-america-and-the-caribbean/> Accessed: 7 August 2023.

Cavallo, E. and Hoffmann, B. 2020. Climate change is a threat to economic growth and to reducing income inequality in Latin America and the Caribbean. IADB Blog. Available at: <https://blogs.iadb.org/ideas-matter/en/climate-change-is-a-threat-to-economic-growth-and-to-reducing-income-inequality-in-latin-america-and-the-caribbean/> Accessed 1 August 2023.

Hartinger, S.M., Yglesias-González, M., Blanco-Villafuerte, L., Palmeiro-Silva, Y.K., Lescano, A.G., Stewart-Ibarra, A., ... and Romanello, M. 2023. The 2022 South America report of *The Lancet Countdown on Health and Climate Change*: trust the science. Now that we know, we must act. *The Lancet Regional Health–Americas*, 20.

ICRC. 2021. Latin America: Armed violence, conflict, internal displacement, migration, and disappearances were main humanitarian challenges in 2021. Available at: <https://www.icrc.org/en/document/latin-america-armed-violence-conflict-internal-displacement-migration-disappearances> Accessed 7 August 2023.

ILO-UNDP. 2021. Migration from Venezuela - opportunities for Latin America and the Caribbean: Regional socio-economic integration strategy. International Labour Organization & United Nations Development Programme, 68.

Islam, N. and Winkel, J. 2017. Climate change and social inequality. DESA Working Paper No. 152. ST/ESA/2017/DWP/152.

Lenharo, M. 2023. Dengue is breaking records in the Americas-what's behind the surge? *Nature*. Available at: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-02423-w>

Lustig, N., Neidhöfer, G., Tommasi, M. and Pabón, V.M. 2023. COVID-19 and inequality in Latin America: short-run impacts, lasting scars. Available at:

<https://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2023/04/20/covid-19-inequality-in-latin-america-short-run-impacts-lasting-scars/> Accessed 6 August 2023.

World Bank. 2021. Promoting Climate Change Action in Latin America and the Caribbean. Available at: <https://www.worldbank.org/en/results/2021/04/14/promoting-climate-change-action-in-latin-america-and-the-caribbean> Accessed 1 August 2023.

World Meteorological Organization. 2022. State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2021. Available at: https://library.wmo.int/index.php?lvl=notice_display&id=22104#.YtrYW3bMI2w Accessed 1 August 2023.

Referências consultadas para as seções europeias

Ada-Cristina, A. and Lucian-Liviu, A. 2020. The Impact of Climate Change on Income Inequality. Evidence from European Union Countries. *Studies in Business and Economics*, 15(3), 223–235. Available at: <https://doi.org/10.2478/sbe-2020-0055>

Ahmad, M., Khan, Y.A., Jiang, C., Kazmi, S.J.H. and Abbas, S.Z. 2023. The impact of COVID-19 on unemployment rate: An intelligent based unemployment rate prediction in selected countries of Europe. *International Journal of Finance & Economics*, 28(1), 528–543. Available at: <https://doi.org/10.1002/ijfe.2434>

Ayers, J., Huq, S. and Chandani, A. 2010. Assessing EU assistance for adaptation to climate change in developing countries: A southern perspective. *The New Climate Policies of the European Union, International Legislation and Climate Diplomacy*. VUB University Press, Brussels, 231–250.

Bambra, C., Riordan, R., Ford, J. and Matthews, F. 2020. The COVID-19 pandemic and health inequalities. *J Epidemiol Community Health*, 74(11), 964–968. Available at: <https://doi.org/10.1136/jech-2020-214401>

Beck, U. 2008. Climate Change and Globalisation are Reinforcing Global Inequalities: High Time for a New Social Democratic Era. *Globalizations*, 5(1), 78–80. Available at: <https://doi.org/10.1080/14747730701610413>

Bin-Nashwan, S.A., Hassan, M.K. and Muneeza, A. 2022. Russia–Ukraine conflict: 2030 Agenda for SDGs hangs in the balance. *International Journal of Ethics and Systems* [ahead-of-print]. Available at: <https://doi.org/10.1108/IJOES-06-2022-0136>

Blaskó, Z., Costa, P. Da and Schnepf, S.V. 2022. Learning losses and educational inequalities in Europe: Mapping the potential consequences of the COVID-19 crisis. *Journal of European Social Policy*, 32(4), 361–375. Available at: <https://doi.org/10.1177/09589287221091687>

Boiko, V., Mulska, O., Baranyak, I. and Levytska, O. 2021. Ukrainian migration aspirations towards Germany: Analysis and development scenarios. *Comparative Economic Research. Central and Eastern Europe*, 24(1).

Bosello, F. and De Cian, E. 2014. Climate change, sea level rise, and coastal disasters. A review of modelling practices. *Energy Economics*, 46, 593–605. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.eneco.2013.09.002>

Bouwer, L.M. and Aerts, J.C.J.H. 2006. Financing climate change adaptation. *Disasters*, 30(1), 49–63. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2006.00306.x>

Braun, E., Braun, E., Gyimesi, A., Iloskics, Z. and Sebestyén, T. 2023. Exposure to trade disruptions in case of the Russia-Ukraine conflict: A product network approach. *The World Economy*, n/a(n/a). Available at: <https://doi.org/10.1111/twec.13417>.

Brzoska, M. and Fröhlich, C. 2016. Climate change, migration, and violent conflict: Vulnerabilities, pathways, and adaptation strategies. *Migration and Development*, 5(2), 190–210. Available at: <https://doi.org/10.1080/21632324.2015.1022973>

Cordini, M. and De Angelis, G. 2021. Families between care, education, and work: The effects of the pandemic on educational inequalities in Italy and Milan. *European Journal of Education*, 56(4), 578–594. Available at: <https://doi.org/10.1111/ejed.12483>

de Bengy Puyvallée, A. and Storeng, K.T. 2022. COVAX, vaccine donations and the politics of global vaccine inequity. *Globalization and Health*, 18(1), 26. Available at: <https://doi.org/10.1186/s12992-022-00801-z>

Douenne, T. and Fabre, A. 2020. French attitudes on climate change, carbon taxation and other climate policies. *Ecological Economics*, 169, 106496. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106496>

European Commission. 2023a. Cohesion Fund. Available at: https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/cohesion-fund_en Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023b. LGBTIQ Equality Strategy 2020-2025. Available at: <https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental->

[rights/combating-discrimination/lesbian-gay-bi-trans-and-intersex-equality/lgbtiq-equality-strategy-2020-2025_en](#) Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023c. EU Anti-racism Action Plan 2020-2025. Available at: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/racism-and-xenophobia/eu-anti-racism-action-plan-2020-2025_en Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023d. European Pillar of Social Rights: Building a fairer and more inclusive European Union. Available at: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1226&langId=en> Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023e. European Regional Development Fund. Available at: https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/erdf_en Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023f. EU voluntary review on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Available at: <https://commission.europa.eu/system/files/2023-06/SDG-Report-WEB.pdf>

Eurostat. 2023. Analysis of EU short-term progress towards the SDGs in the face of multiple crises. Available at: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Analysis_of_EU_short-term_progress_towards_the_SDGs_in_the_face_of_multiple_crisis

Flor, L.S., Friedman, J., Spencer, C.N., Cagney, J., Arrieta, A., Herbert, M.E., Stein, C., Mullany, E.C., Hon, J., Patwardhan, V., Barber, R.M., Collins, J.K., Hay, S.I., Lim, S.S., Lozano, R., Mokdad, A.H., Murray, C.J.L., Reiner, R.C., Sorensen, R.J.D., ... Gakidou, E. (2022). Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: A comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. *The Lancet*, 399(10344), 2381–2397. Available at: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00008-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00008-3)

Gakidou, E. 2022. Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: A comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. *The Lancet*, 399(10344), 2381–2397. Available at: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00008-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00008-3)

Goniewicz, K. 2022. Ukrainian-War Refugees in Poland: Assessment and Recommendations for Crisis Preparedness Education and Implementation. *Polish Political Science Yearbook*, 51(1), 1–9.

Guenette, J. D., Kenworthy, P. G. and Wheeler, C. M. 2022. World Bank. *Implications of the War in Ukraine for the Global Economy*. Available at:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099616504292238906/pdf/IDU00bdb5a770659b04adf09e600a2874f25479d.pdf>

Hill, R. and Narayan, A. 2020. Covid-19 and inequality: A review of the evidence on likely impact and policy options. Centre for Disaster Protection Working Paper 3.

Kontis, V., Bennett, J.E., Rashid, T., Parks, R.M., Pearson-Stuttard, J., Guillot, M., Asaria, P., Zhou, B., Battaglini, M., Corsetti, G., McKee, M., Di Cesare, M., Mathers, C. D. and Ezzati, M. 2020. Magnitude, demographics, and dynamics of the effect of the first wave of the COVID-19 pandemic on all-cause mortality in 21 industrialized countries. *Nature Medicine*, 26(12), Article 12. Available at: <https://doi.org/10.1038/s41591-020-1112-0>

Krysovatty, A., Zvarych, I., Brodovska, O. and Zvarych, R. 2022. Global Social Sustainability and Inclusion: The “Voice” of Social and Environmental Imbalances. *Journal of Risk and Financial Management*, 15(12), Article 12. Available at: <https://doi.org/10.3390/jrfm15120599>

Kuhn, H. 2020. Reducing inequality within and among countries: Realizing SDG 10: A developmental perspective. *Sustainable Development Goals and Human Rights*, 5, 137–153.

Lavalle, C., Micale, F., Houston, T.D., Camia, A., Hiederer, R., Lazar, C., Conte, C., Amatulli, G. and Genovese, G. 2009. Climate change in Europe. 3. Impact on agriculture and forestry. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29(3), 433–446. Available at: <https://doi.org/10.1051/agro/2008068>

Levy, S.R., Migacheva, K., Ramírez, L., Okorodudu, C., Cook, H., Araujo-Soares, V., Minescu, A., Livert, D., Ragin, D.F. and Walker, P. 2022. A human rights-based approach to the global children’s rights crisis: A call to action. *Journal of Social Issues*, 78(4), 1085–1097. Available at: <https://doi.org/10.1111/josi.12563>

Markkanen, S. and Anger-Kraavi, A. 2019. Social impacts of climate change mitigation policies and their implications for inequality. *Climate Policy*, 19(7), 827–844. Available at: <https://doi.org/10.1080/14693062.2019.1596873>

McGregor, G.R., Ferro, C.A.T. and Stephenson, D.B. 2005. Projected Changes in Extreme Weather and Climate Events in Europe. In W. Kirch, R. Bertollini, & B. Menne (eds.), *Extreme Weather Events and Public Health Responses* (pp. 13–23). Cham: Springer. Available at: https://doi.org/10.1007/3-540-28862-7_2

Moroz, H., Shrestha, M. and Testaverde, M. 2020. Potential Responses to the COVID-19 Outbreak in Support of Migrant Workers. Available at: <https://doi.org/10.1596/33625>

Papouli, E., Chatzifotiou, S. and Tsairidis, C. 2020. The use of digital technology at home during the COVID-19 outbreak: Views of social work students in Greece. *Social Work Education*, 39(8), 1107–1115. Available at: <https://doi.org/10.1080/02615479.2020.1807496>

Pérez-Peña, M. del C., Jiménez-García, M., Ruiz-Chico, J. and Peña-Sánchez, A.R. 2021. Analysis of Research on the SDGs: The Relationship between Climate Change, Poverty, and Inequality. *Applied Sciences*, 11(19), Article 19. Available at: <https://doi.org/10.3390/app11198947>

Sadowa, U., Stepura, T. and Baranyak, I. 2020. Ukraine in the territorial migration systems: Current structural-qualimetric aspects of the formation and development. *European Journal of Transformation Studies*, 8(1), 60–78.

Salerno, J.P., Williams, N.D. and Gattamorta, K.A. 2020. LGBTQ populations: Psychologically vulnerable communities in the COVID-19 pandemic. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 12(S1), S239–S242. Available at: <https://doi.org/10.1037/tra0000837>

Siegel, R.M. and Mallow, P.J. 2021. The Impact of COVID-19 on Vulnerable Populations and Implications for Children and Health Care Policy. *Clinical Pediatrics*, 60(2), 93–98. Available at: <https://doi.org/10.1177/0009922820973018>

Stantcheva, S. 2022. Inequalities in the Times of a Pandemic. *Economic Policy*, 37(109), 5–41.

Su, C.-W., Dai, K., Ullah, S. and Andlib, Z. 2022. COVID-19 pandemic and unemployment dynamics in European economies. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 35(1), 1752–1764. Available at: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1912627>

Tagliacozzo, S., Pisacane, L. and Kilkey, M. 2021. The interplay between structural and systemic vulnerability during the COVID-19 pandemic: Migrant agricultural workers in informal settlements in Southern Italy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(9), 1903–1921. Available at: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1857230>

Wybrew, A. (2023). Extreme weather brings raging fires and torrential rain to Europe. Euronews. Available at: <https://www.euronews.com/green/2023/08/08/torrential-rain-flash-floods-and-raging-wildfires-europes-extreme-summer>

Yuan, H., Wang, X., Gao, L., Wang, T., Liu, B., Fang, D. and Gao, Y. 2023. Progress towards the Sustainable Development Goals has been slowed by indirect effects of the COVID-19 pandemic. *Communications Earth & Environment*, 4(1), Article 1. Available at: <https://doi.org/10.1038/s43247-023-00846-x>

4. PROGRESSO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES GLOBAIS ATÉ 2030

Os leitores (professores) serão capacitados para:

1. Desenvolver uma compreensão das diferenças regionais na realização das metas do ODS 10.
2. Compreender os diversos fatores que têm um impacto negativo na realização dos diferentes objetivos do ODS 10.

A distribuição desigual do rendimento e do acesso aos recursos entre as nações resulta nas atuais desigualdades espaciais vividas a nível mundial. Embora a desigualdade seja alimentada pelas grandes diferenças nas infraestruturas, especialmente nas zonas rurais e urbanas, a distribuição geográfica desigual dos recursos naturais também contribui para as desigualdades globais. Dentro e entre países, as políticas públicas também podem contribuir para a desigualdade, enquanto a desigualdade ecológica e de gênero a nível global é cada vez mais uma realidade. O Relatório Social Mundial de 2020 (Nações Unidas, 2020) descreveu as desigualdades espaciais globais como o principal obstáculo à consecução do desenvolvimento sustentável e especialmente do ODS 10 até 2030.

Três importantes tendências globais têm contribuído significativamente para o aumento da desigualdade no mundo. Em primeiro lugar, a atual crise climática (consulte a seção 3.1) aumenta a vulnerabilidade e, conseqüentemente, o índice de desigualdade (coeficiente de Gini) dos países, especialmente aqueles localizados no Sul Global, uma vez que a exposição a desastres naturais e degradação ambiental, sem a capacidade tecnológica e os recursos financeiros necessários para mitigar essa exposição, aumenta a desigualdade entre e dentro dos países. Em segundo lugar, as diversas taxas de urbanização e o aumento da taxa de migração desencadeada por uma variedade de fatores, alguns relacionados ao COVID-19 (consulte a seção 3.2), e outros relacionados a conflitos inerentes (consulte a seção 3.3), podem resultar em melhores condições de vida e acesso a serviços básicos; no entanto, as mesmas ações podem criar mais congestionamento, mais poluição, mais favelas e até mesmo aumentar a exclusão social dentro das áreas urbanas. O efeito combinado da urbanização e do aumento da migração pode, assim, aumentar as desigualdades globais. Em terceiro lugar, a rápida

mudança tecnológica, que se acelerou com o início da pandemia de COVID-19, aumentou significativamente as novas oportunidades, mas ao mesmo tempo ampliou a lacuna digital e as disparidades de habilidades entre e dentro dos países.

Para intensificar os esforços para alcançar os diversos objetivos estabelecidos para o ODS 10, muitos países no mundo terão que incorporar o máximo possível dos seguintes elementos em suas políticas:

1. Aprimorar a prestação de serviços de educação, saúde e proteção social e, dessa forma, melhorar diretamente e indiretamente a resiliência e as capacidades de suas populações.
2. Criar estratégias mais eficazes relacionadas ao planejamento urbano e governança. Tais estratégias incluiriam uma melhoria da infraestrutura e da prestação de serviços, permitindo um melhor acesso a eles por grupos marginalizados e vulneráveis.
3. Para reduzir as desigualdades espaciais entre regiões, a melhoria do comércio e do investimento deve fazer parte das políticas relacionadas.
4. A proteção ambiental e as medidas de mitigação relacionadas às mudanças climáticas devem ser incentivadas entre as regiões.

Leituras complementares

1. Chase-Dunn, C. and Nagy, S. 2022. Global inequality and world revolutions: Past, present, and future. In *Handbook of revolutions in the 21st century: The new waves of revolutions, and the causes and effects of disruptive political change* (pp. 1001-1024). Cham: Springer.
2. United Nations. 2020. World Social Report 2020: Inequality in a rapidly changing world.
3. van Niekerk, A. J. 2020. Inclusive economic sustainability: SDGs and global inequality. *Sustainability*, 12(13), 542.

4.1 Progresso regional na África

A África enfrenta atualmente níveis extremos de desigualdade. A Revisão da População Mundial (2023) indica que oito dos dez países mais desiguais do mundo estão em África, incluindo África do Sul, Namíbia, Zâmbia, São Tomé, e Príncipe, República Centro-Africana, Eswatini, Moçambique e Botswana (consulte a Figura 9 para ver o coeficiente de Gini para cada um destes países). Antes da pandemia da COVID-19, a desigualdade de rendimentos em todos os estados de África era de tal natureza que era suficiente para reduzir o PIB per capita entre 1 e 10%, impossibilitando assim que o continente cumprisse os ODS até 2030 (Grigoli e Robles, 2017). A Oxfam e a DFI (2022) indicaram que os países da região da África Austral eram mais desiguais do que os países da região do Norte de África (Figura 9). Na maioria dos países africanos, uma média de 25% da riqueza é detida por apenas 1% da população (World Inequality Database, 2023). No entanto, em 14 países africanos, 40% da riqueza é propriedade de 1% das respectivas populações (Figura 10).

Além dos altos níveis de *desigualdade de renda* e da pequena porcentagem das respectivas populações nos vários países africanos que detêm a maior parte da riqueza do país, a África também é assolada por altos níveis de *desigualdade de gênero*, *desigualdade urbana* e *desigualdade racial*, especialmente no Sul e Leste da África (Oxfam e DFI, 2022). A natureza multifacetada da desigualdade na África está contribuindo para muitos desafios que estão impedindo seu progresso em direção à conquista dos diversos objetivos do ODS 10. Ao analisar o progresso na tentativa de alcançar as várias metas do ODS 10, deve-se observar que nenhuma dessas metas está totalmente no caminho para ser alcançada em 2030; no entanto, progressos significativos foram feitos na conquista dos indicadores 10.7.3; 10.7.4; 10.b.1 e 10.c.1 (veja a Figura 11). A razão para o progresso positivo em direção à realização da meta 10.7, especificamente 10.7.3 e 10.7.4, reside em grande parte na forma excepcional como um país como Uganda lida com a crise de refugiados na região. Através do desenvolvimento de uma política de refugiados, Uganda conseguiu alcançar a meta do ODS 10.7 (que visa facilitar a migração e mobilidade ordenadas, seguras, regulares e responsáveis das pessoas), através da implementação de uma política de refugiados

planejada e bem gerenciada (indicador 10.7.2) e da documentação adequada e relatórios das estratégias para reduzir as desigualdades entre a proporção de pessoas que eram refugiadas e solicitantes de asilo em Uganda (indicador 10.7.4). Ao ser um exemplo para o mundo em termos da documentação adequada de refugiados, Uganda mostrou como as mortes e desaparecimentos (indicador 10.7.3) podem ser monitorados, relatados e gerenciados. Para mais informações sobre a forma como Uganda desempenhou um papel de liderança na realização da meta 10.7, consulte a seção 5.2.1.1.

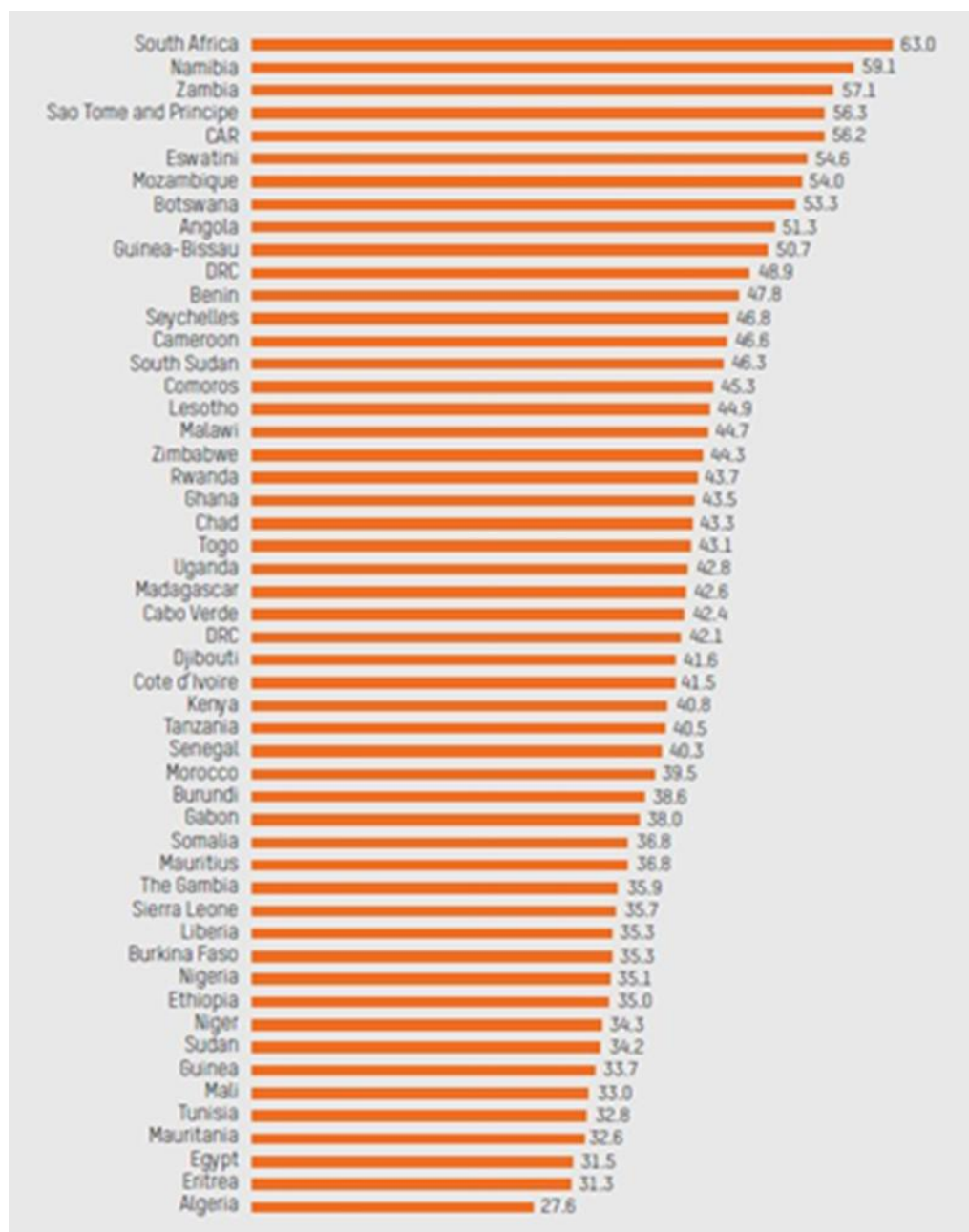


Figura 9. Desigualdade de renda (coeficiente de Gini) na África (Fonte: Oxfam, 2022:7).

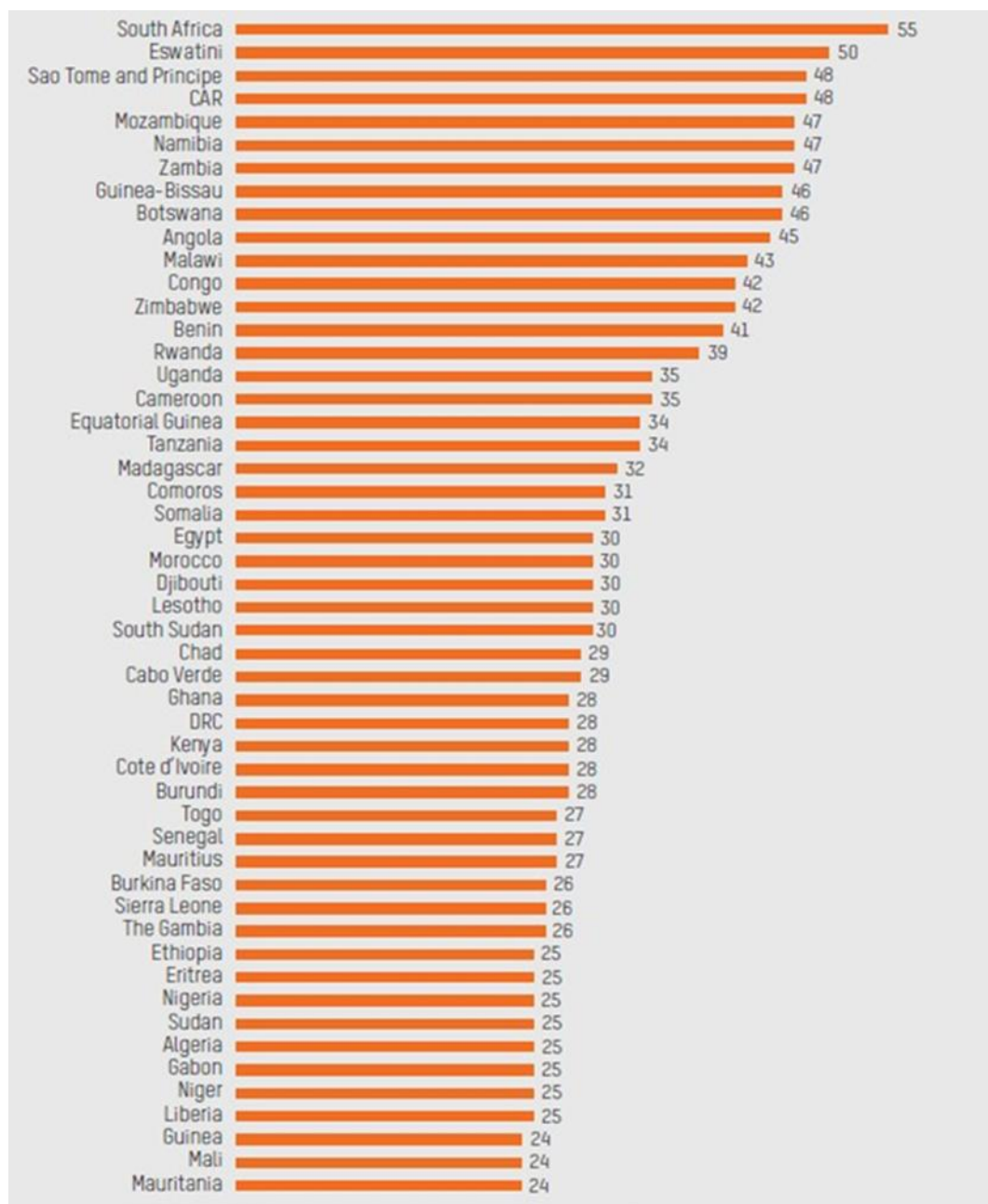


Figura 10. Porcentagem da riqueza detida pelo 1% mais rico da população na África
(Fonte: Oxfam, 2022:8).



Figura 11. Progresso da África em alcançar as metas do ODS 10 até 2030

(Fonte: <https://ecastats.uneca.org/unsdgsafrica/SDGs/SDG-progress>).

A realização das várias metas de desenvolvimento sustentável até 2030 depende de não deixar ninguém para trás, e dentro deste contexto, o investimento estrangeiro direto (IED) é um aspecto importante do desenvolvimento econômico na África. O IED pode contribuir para o desenvolvimento econômico de um país hospedeiro através do aumento do capital doméstico e do aprimoramento da eficiência por meio da transferência de novas tecnologias, habilidades de marketing e gerenciamento, inovação e melhores práticas. O IED possui muitos benefícios, e estes seriam determinados por condições específicas de cada país e pelo ambiente político como base para incentivar oportunidades de ligação entre o IED e o investimento doméstico. Globalmente, o IED na África tem aumentado, e muitos países no continente têm alinhado o IED aos seus programas nacionais de

desenvolvimento, e desta forma o continente está fazendo algum progresso na conquista da meta 10.b.

O relativo sucesso em avançar em direção à realização da meta 10.c até 2030 (“reduzir para menos de 3 por cento os custos de transação das remessas dos migrantes e eliminar corredores de remessas com custos superiores a 5 por cento”) reside no fato de que, em grande medida, a migração entre países é positivamente acomodada no continente africano. Na verdade, em muitos casos, os países abraçam a ideia de que o desenvolvimento financeiro na África poderia ser alcançado através das remessas de migrantes e adaptaram estratégias básicas que devem ser seguidas por diferentes instituições financeiras. Uma das estratégias é garantir ou incentivar os migrantes a abrir contas em instituições financeiras e utilizar produtos financeiros, o que garante que os destinatários das remessas (migrantes) possam contribuir positivamente para o país anfitrião (consulte a seção 5.2.1.1). Isso também fornece educação financeira e informações precisas às famílias receptoras sobre suas opções financeiras.

Desde a pandemia de COVID-19 e os impactos cumulativos das mudanças climáticas e conflitos, tem havido esforços de recuperação que ajudarão vários países na África a se aproximarem da conquista do ODS 10. No entanto, para que a África dê passos significativos em direção à redução da desigualdade até 2030, várias ações precisarão ser tomadas. Em primeiro lugar, são urgentemente necessários mais programas de proteção social voltados para apoiar as populações vulneráveis e marginalizadas a obter acesso a renda, alimentos e serviços básicos, bem como serviços de saúde inclusivos. Em segundo lugar, é necessário acelerar a transformação digital de diversos setores que poderiam desencadear o crescimento econômico nos campos da agricultura, manufatura, comércio e serviços terciários. Não apenas tal transformação aumentaria a produção no continente, mas também aumentaria a competitividade dos países no continente e, dessa forma, desencadearia a criação de novos mercados, pois a divisão digital global seria reduzida. Por fim, é necessário aumentar o IED para ajudar a África por meio de uma transição verde - algo que também ajudaria a reduzir a desigualdade e garantir um desenvolvimento mais resiliente ao clima na África.

Leituras complementares

1. Asongu, S. A. and Eita, J. H. 2023. The Conditional Influence of Poverty, Inequality, and Severity of Poverty on Economic Growth in Sub-Saharan Africa. *Journal of Applied Social Science*, 19367244231171821.
2. Aust, V., Morais, A.S. and Pinto, I. 2020. How does foreign direct investment contribute to Sustainable Development Goals? Evidence from African countries. *Journal of Cleaner Production*, 245,118823, ISSN 0959-6526. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118823>
3. Olayinka, A, Demilade, K. and Irenitemi, A. 2022. Sustainable development goals (SDGs) and remittances in Africa. *Cogent Social Sciences*, 8:1. Available at <https://dii.org/10.1080/23311886.2022.203781>
4. Oxfam and DFI. 2022. Africa's extreme inequality crisis building back fairer after COVID-19. Available at: <https://www.oxfam.org/en/research/africas-extreme-inequality-crisis-building-back-fairer-after-covid-19> Accessed 21 June 2023.
5. Wudil, A. H., Usman, M., Rosak-Szyrocka, J., Pilař, L. and Boye, M. 2022. Reversing Years for Global Food Security: A Review of the Food Security Situation in Sub-Saharan Africa (SSA). *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(22), 14836.

4.2 Progresso regional na América Latina e no Caribe

Nas duas primeiras décadas deste século, a América Latina e o Caribe experimentaram um crescimento econômico robusto, e a pobreza e a desigualdade salarial diminuíram, graças a um forte compromisso com políticas redistributivas. No entanto, o progresso começou a estagnar a partir de 2015, à medida que o crescimento econômico enfraquecia após o fim do destaque das mercadorias. A situação piorou devido à pandemia de COVID-19, exacerbando a desigualdade (Chancel et al., 2022).

Os altos níveis de desigualdade na América Latina e no Caribe - decorrentes de renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em um contexto nacional - destacam o obstáculo significativo que o ODS 10 representa para a região.

Compreender os complexos processos sociais e econômicos que causam a desigualdade é a única maneira de lidar com ela. Além disso, a ideia de igualdade deve ir além da igualdade de oportunidades; ela precisa incluir igualdade de meios, igualdade efetiva de direitos e tratamento, bem como autonomia pessoal e o reconhecimento mútuo das pessoas (Organização das Nações Unidas, 2015).

A Figura 12 mostra o progresso mundial do ODS 10 de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2023 (Sachs et al., 2023). Reduzir a desigualdade dentro e entre países na América Latina e no Caribe ainda enfrenta grandes desafios.

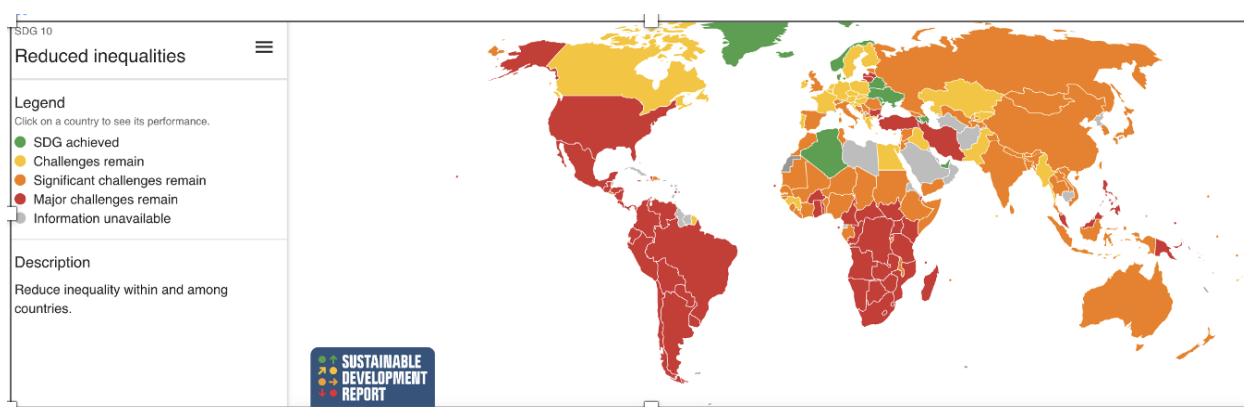


Figura 12. Nível de realização do ODS 10 em todo o mundo (Fonte: Sachs et al., 2023).

Em termos de percentual de realização do ODS 10 e suas metas, a América Latina e o Caribe permanecem em torno de 37% desde o lançamento da Agenda 2030, mostrando muito pouco ou nenhum progresso (Figura 13).

O coeficiente de Gini é uma medida estatística da desigualdade de renda e concentração econômica. Um número maior indica uma maior desigualdade, sendo 1 (ou 100) a desigualdade máxima e 0 a igualdade perfeita. Um coeficiente de Gini baixo implica que há menos disparidade econômica entre as pessoas dentro de uma determinada sociedade, significando uma distribuição mais equitativa de riqueza e recursos. O índice de Gini mostra que os países da LAC consistentemente têm desempenho inferior em comparação com o restante do mundo: os 50% mais pobres da população ganham apenas 10% da renda total, enquanto os 10% mais ricos ganham 55%, de acordo com o

Relatório Mundial sobre Desigualdade (Chancel et al., 2022). Colômbia e Brasil são os países com o maior índice de Gini, ou seja, têm a maior desigualdade de todos os países latino-americanos, seguidos por Chile e Equador (consulte a Figura 14).

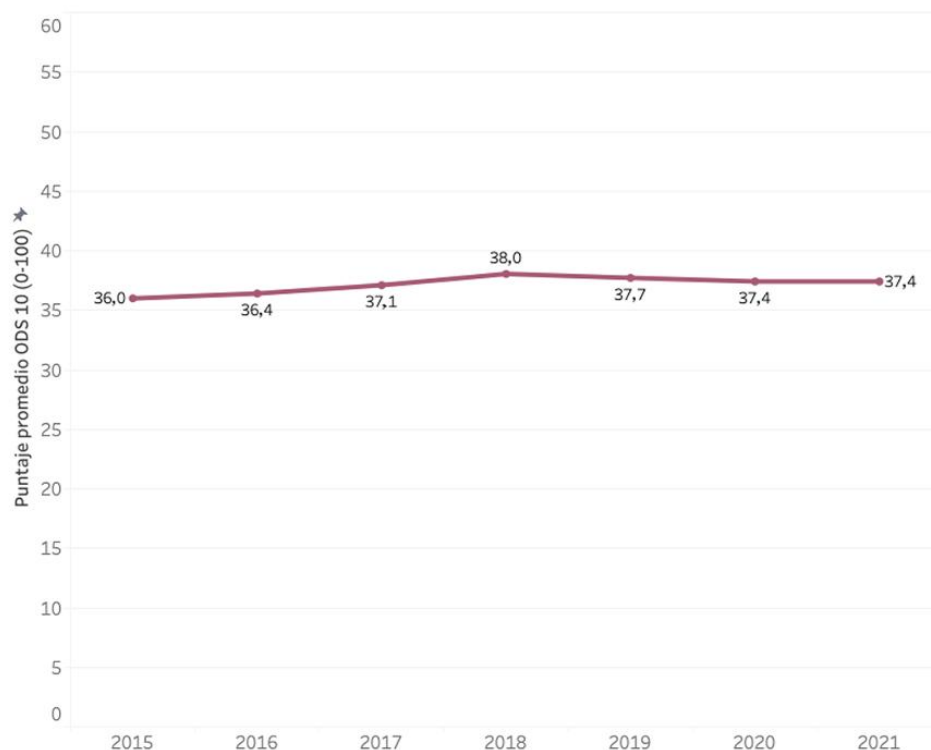


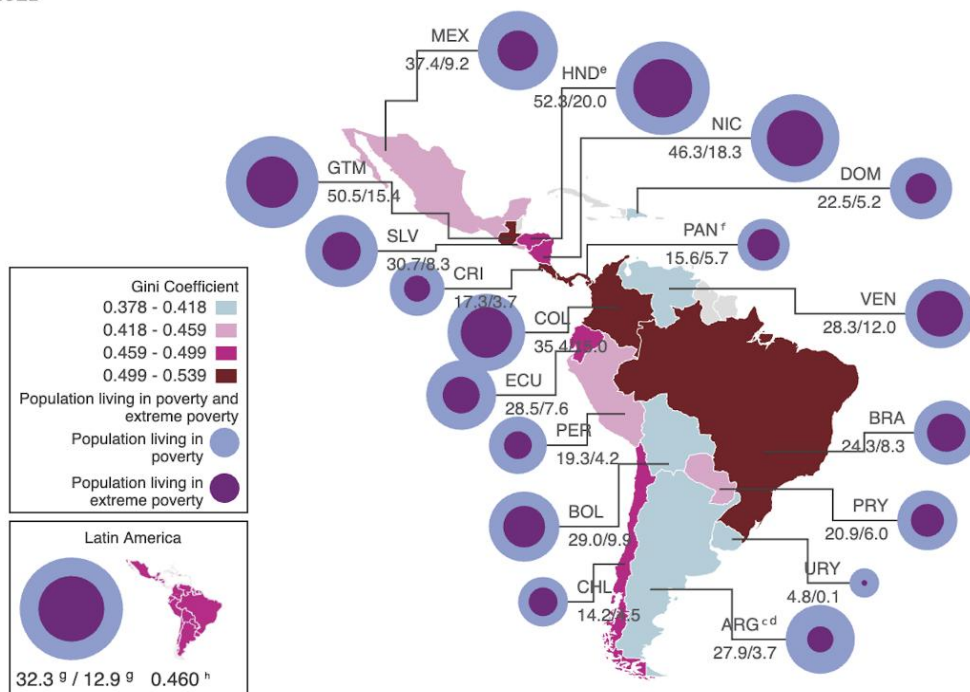
Figura 13. América Latina e Caribe: Nível de realização do ODS 10 (Fonte: CODS, 2022).

Poverty and income distribution

Population living in poverty^a and extreme poverty and Gini coefficient^{[A] b}

(Percentages and values between 0 and 1)

2021



[A] ECLAC, Household SURVEYS Databank (BADEHOG).

^a Includes those living in extreme poverty.

^b Data correspond to the year 2021, except in Guatemala, Nicaragua and Venezuela (Bolivarian Republic of), where they correspond to 2014, in Honduras corresponds to 2019 and finally Chile and Mexico correspond 2020

^c Urban areas.

^d Weighted average based on estimated or projected figures for the specific year in 18 countries.

^e Simple average based on the latest year available. Includes 18 countries.

Note: The boundaries and names shown on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations.

Figura 14. Pobreza e desigualdade de renda (índice de Gini) na América Latina e no Caribe (Fonte: ONU CEPAL, 2021)

O último Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado sob os auspícios da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apontou alguns desafios e oportunidades para a implementação, acompanhamento e revisão dos ODS 10 e suas metas (ONU CEPAL, 2021).

Desafios

1. Aumentar a disponibilidade de dados oportunos, confiáveis e de alta qualidade, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.
2. Abordar o descontentamento das camadas de baixa e média renda ao fechar as lacunas de bem-estar por meio da busca de políticas universais.
3. Coordenar diversos atores (políticos, técnicos e assistência social) e níveis institucionais (local, subnacional e nacional) para reduzir as desigualdades no âmbito das políticas locais.
4. As lacunas sistemáticas de acesso afetam os migrantes: reduzir a desigualdade significa combater formas como racismo, xenofobia, viés e preconceito, e exploração. Os países devem ter mecanismos eficazes para proteger refugiados, solicitantes de asilo, pessoas apátridas, crianças não acompanhadas e vítimas de tráfico e abuso sexual, entre outros, fornecendo respostas diferenciadas. A abordagem para a governança migratória deve ser abrangente e multilateral.

Oportunidades

1. Incorporar melhor a sociedade civil tanto na implementação como no acompanhamento, não apenas através de mecanismos de elaboração de relatórios, mas também de processos consultivos e executivos.
2. Envolver os parlamentares na discussão sobre a desigualdade e os mecanismos para a implementação da Agenda 2030.
3. Garantir uma abordagem territorial para combater as desigualdades com base em políticas participativas para a implementação e gestão de programas e responder às necessidades de localidades remotas ou marginalizadas.

Para lidar com o cenário de desigualdade na América Latina e no Caribe, para alcançar o ODS 10 e suas metas, alguns aspectos devem ser considerados de acordo com o último fórum da CEPAL (ONU CEPAL, 2021):

1. *Sustentabilidade Fiscal: Aumentar a receita permanente para despesas sociais consistentes, a fim de garantir a provisão universal de bem-estar.*
2. *Política Fiscal Ativa: Combater vulnerabilidades e acesso desigual por meio de medidas como a redução da evasão fiscal, o fortalecimento dos impostos diretos, a reavaliação dos benefícios fiscais e a inovação nos sistemas tributários.*
3. *Envolvimento do Setor Privado: Incentivar iniciativas de igualdade de gênero, treinamento de grupos diversos e créditos produtivos para diminuir a desigualdade dentro do setor privado.*
4. *Ampliação da Proteção Social: Adotar urgentemente uma abordagem mais ampla de proteção social alinhada com políticas produtivas.*
5. *Abordagem Territorial: Combater a pobreza e a desigualdade considerando os contextos locais para um design de políticas eficaz.*
6. *Disseminação da Agenda 2030: Comunicar a essência da Agenda 2030 para autoridades e instituições locais para ampliar os esforços localizados.*
7. *Envolvimento em Políticas Inclusivas: Estabelecer mecanismos para que indivíduos afetados participem do design, gestão e execução de políticas.*
8. *Fortalecimento das Instituições Sociais: Aprimorar as instituições sociais em diferentes níveis administrativos e esferas políticas.*
9. *Multiculturalismo nas Políticas: Integrar princípios multiculturais e interculturais no desenvolvimento de políticas públicas.*

Leituras complementares

1. Los ODS en América Latina y el Caribe: Centro de gestión del conocimiento estadístico. Available at: https://agenda2030lac.org/estadisticas/banco-datos-regional-seguimiento-ods.html?lang=en&goal_id=10
2. Segal, P. 2022. On the character and causes of inequality in Latin America. *Development and Change*, 53(5).
3. United Nations. 2015. 2030 Agenda in Latin America and the Caribbean. Regional knowledge management platform. Available at: <https://agenda2030lac.org/en/sdg/10-reduce-inequalities>

4.3 Progresso regional na Europa

De acordo com os dados mais recentes, a Europa tem feito progressos moderados em direção à conquista do ODS 10, que se concentra na redução das desigualdades dentro e entre os países. A União Europeia e seus Estados membros, incluindo exemplos como Alemanha, Suécia, Grécia, Polónia e França, têm tomado medidas para abordar essas desigualdades e promover a inclusividade, tanto dentro de suas próprias sociedades quanto no contexto global mais amplo (EUROSTAT, 2023).

Embora tenha havido uma convergência positiva de longo prazo entre os países da UE em termos de lacunas no PIB e na renda, o progresso enfrentou desafios durante determinados períodos. A pandemia de COVID-19, por exemplo, levou à estagnação econômica e interrupções, afetando vários aspectos da inclusão social e do mercado de trabalho (Su et al., 2022; Tagliacozzo et al., 2021). A pandemia expôs vulnerabilidades existentes, especialmente entre grupos marginalizados, mulheres e migrantes, amplificando a necessidade de um compromisso renovado com políticas inclusivas (Hill & Narayan, 2020; Kontis et al., 2020).

Os esforços para reduzir as desigualdades dentro da Europa são refletidos em várias iniciativas e instrumentos políticos. A Comissão Europeia implementou medidas como o Plano de Antidiscriminação, a Estratégia de Igualdade LGBTQ e o Fundo de Política de Coesão (Comissão Europeia, 2023c, 2023b, 2023a). Além disso, o Pilar Europeu dos

Direitos Sociais (Comissão Europeia, 2023a) tem como objetivo melhorar as condições sociais e de vida em toda a UE, reforçando a importância da coesão econômica e social.

Vale ressaltar que o progresso em direção ao ODS 10 pode variar em diferentes dimensões e países dentro da Europa. Enquanto algumas regiões podem ter feito avanços substanciais na abordagem de certas desigualdades, desafios persistem, especialmente à luz da pandemia de COVID-19 e de outros eventos que podem interromper o progresso. Alcançar o ODS 10 requer colaboração contínua, inovação política e compromisso com a justiça social e inclusão.

Leituras complementares

1. Eurostat. 2023. Analysis of EU short-term progress towards the SDGs in the face of multiple crises. Available at: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Analysis_of_EU_short-term_progress_towards_the_SDGs_in_the_face_of_multiple_crisis

Exemplos de questões para avaliação

Progresso Regional do ODS 10

1. Na sua opinião, os países africanos serão capazes de alcançar as metas do ODS 10 até 2030?
2. Quais metas do ODS 10 foram revertidas desde 2015? Explique brevemente as razões pelas quais o alcance dessas metas regrediu desde 2015.
3. Quais metas do ODS 10 provavelmente serão alcançadas na África até 2030 e explique por quê.
4. Explique a tendência da desigualdade na região africana desde a pandemia de COVID-19.
5. Por que algumas metas do ODS não podem ser medidas na África?
6. Na sua opinião, os países da América Latina e do Caribe serão capazes de alcançar as metas do ODS 10 até 2030?
7. Explique o significado do índice de Gini e como ele é calculado.

8. Considerando os desafios associados à abordagem dos problemas de desigualdade, discuta e identifique as causas, consequências e soluções potenciais.
9. Que medidas podem ser tomadas na América Latina e Caribe para alcançar as metas do ODS 10 até 2030?
10. Na sua opinião, quais são as principais instituições responsáveis pelas medidas sugeridas na pergunta 4.10?
11. Qual foi o papel da estagnação econômica na Europa durante a pandemia de COVID-19 na conquista do ODS 10?
12. Nomeie algumas das iniciativas políticas e instrumentos introduzidos pela Comissão Europeia para reduzir as desigualdades.
13. Quais são os principais obstáculos para alcançar o ODS 10 em sua região/país?

Referências consultadas para a seção da África

Asongu, S.A. and Eita, J.H. 2023. The Conditional Influence of Poverty, Inequality, and Severity of Poverty on Economic Growth in Sub-Saharan Africa. *Journal of Applied Social Science*, 19367244231171821.

Aust, V., Morais, A.S. and Pinto, I. 2020. How does foreign direct investment contribute to Sustainable Development Goals? Evidence from African countries. *Journal of Cleaner Production*, 245,118823, ISSN 0959-6526. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118823>

Chase-Dunn, C. and Nagy, S. 2022. Global inequality and world revolutions: Past, present and future. In *Handbook of revolutions in the 21st century: The new waves of revolutions, and the causes and effects of disruptive political change* (pp. 1001-1024). Cham: Springer.

Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. et al. 2022. World Inequality Report 2022, World Inequality Lab [wir2022.wid.world](https://www.wid.world).

Grigoli, F. and Robles, A. 2017. Inequality Overhang. IMF Working Paper. Available at: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/03/28/Inequality-Overhang-44774> Accessed 21 June 2023.

Olayinka, A, Demilade, K. and Irenitemi, A., 2022. Sustainable development goals (SDGs) and remittances in Africa. *Cogent Social Sciences*, 8,1. Available at <https://doi.org/10.1080/23311886.2022.2037811>

Oxfam and DFI. 2022. Africa's extreme inequality crisis is building back fairer after COVID-19. Available at: <https://www.oxfam.org/en/research/africas-extreme-inequality-crisis-building-back-fairer-after-covid-19> Accessed 21 June 2023.

United Nations. 2020. World Social Report 2020: Inequality in a rapidly changing world.

UN ECLAC. 2021. CEPALSTAT. Statistical Databases and Publications. Available at: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=en> Accessed August 2023.

Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G. and Drumm, E. 2023. Implementing the SDG Stimulus. Sustainable Development Report 2023. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press, 2023. Available at: <https://doi.org/10.25546/102924>

van Niekerk, A.J. 2020. Inclusive economic sustainability: SDGs and global inequality. *Sustainability*, 12(13), 542.

World Inequality Database (WiD) 2023. Available at: <https://wid.world/data/> Accessed 21 June 2023.

World Population Review. 2023. Wealth Inequality by Country, 2023. Available at: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/wealth-inequality-by-country> Accessed 21 June 2023.

Wudil, A.H., Usman, M., Rosak-Szyrocka, J., Pilař, L. and Boye, M. 2022. Reversing Years for Global Food Security: A Review of the Food Security Situation in Sub-Saharan Africa (SSA). *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(22), 14836.

Referências consultadas para a seção da América Latina e Caribe

Chancel, L. 2022. Global carbon inequality over 1990–2019. *Nature Sustainability*, 5(11), 931-938.

CODS. 2022. Índice ODS 2021 para América Latina y el Caribe. Centro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para América Latina y el Caribe: Bogotá, Colombia.

Sachs, J.D., Lafortune, G., Fuller, G. and Drumm, E. 2023. Implementing the SDG Stimulus. Sustainable Development Report 2023. Paris: SDSN, Dublin: Dublin University Press, 2023. Available at: <https://doi.org/10.25546/102924>

UN ECLAC. 2021. CEPALSTAT. Statistical Databases and Publications. Available at: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=en> Accessed August 2023.

World Bank. 2021. Gini Index – Latin America and Caribbean. Available at: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?end=2021&locations=ZJ&start=2021&view=map> Accessed August 2023.

Referências consultadas para a secção da Europa

European Commission. 2023a. Cohesion Fund. Available at: https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/cohesion-fund_en Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023b. LGBTIQ Equality Strategy 2020-2025. Available at: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/lesbian-gay-bi-trans-and-intersex-equality/lgbtiq-equality-strategy-2020-2025_en Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023c. EU Anti-racism Action Plan 2020-2025. Available at: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/combating-discrimination/racism-and-xenophobia/eu-anti-racism-action-plan-2020-2025_en Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023d. European Pillar of Social Rights: Building a fairer and more inclusive European Union. Available at: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1226&langId=en> Accessed 23 August 2023.

European Commission. 2023e. European Regional Development Fund. Available at: https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/erdf_en Accessed 23 August 2023.

Eurostat. 2023. Analysis of EU short-term progress towards the SDGs in the face of multiple crises. Available at: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Analysis_of_EU_short-term_progress_towards_the_SDGs_in_the_face_of_multiple_crisis Accessed 23 August 2023.

Hill, R. and Narayan, A. 2020. Covid-19 and inequality: A review of the evidence on likely impact and policy options. Centre for Disaster Protection Working Paper, 3.

Kontis, V., Bennett, J.E., Rashid, T., Parks, R.M., Pearson-Stuttard, J., Guillot, M., Asaria, P., Zhou, B., Battaglini, M., Corsetti, G., McKee, M., Di Cesare, M., Mathers, C. D. and Ezzati, M. 2020. Magnitude, demographics and dynamics of the effect of the first wave of the COVID-19 pandemic on all-cause mortality in 21 industrialized countries.

Nature Medicine, 26(12), Article 12. Available at: <https://doi.org/10.1038/s41591-020-1112-0>

Su, C.-W., Dai, K., Ullah, S. and Andlib, Z. 2022. COVID-19 pandemic and unemployment dynamics in European economies. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 35(1), 1752–1764. Available at: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1912627>

Tagliacozzo, S., Pisacane, L. and Kilkey, M. 2021. The interplay between structural and systemic vulnerability during the COVID-19 pandemic: Migrant agricultural workers in informal settlements in Southern Italy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(9), 1903–1921. Available at: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1857230>

5. BOAS PRÁTICAS: ESTUDOS DE CASO

Os leitores (professores) serão capacitados para:

1. Identificar boas práticas em diversos estudos de caso regionais na realização do ODS 10.
2. Desenvolver e aplicar um projeto local com o objetivo de alcançar o ODS 10.
3. Utilizar o conhecimento apresentado em estudos de caso regionais para adaptar a um estilo de vida mais sustentável.

Ao longo dos anos, exemplos de boas práticas foram aplicadas em diferentes países ao redor do mundo, apoiando a realização das metas definidas pelo ODS 10. Essas práticas refletem diferentes abordagens, como será evidente na seção 5, na discussão de diversos estudos de caso de três regiões: África, América Latina e Caribe, e Europa.

A Tabela 4 abaixo também mostra como são variadas essas iniciativas: desde medidas educacionais até políticas sociais e desde o manejo agrícola até o combate às deficiências de nutrientes. Não discutiremos nenhum desses exemplos, mas você pode pesquisar sobre eles se desejar. Outros exemplos podem ser encontrados em [United Nations' SDGs Knowledge Platform](#).

Tabela 4. Melhores práticas na realização do ODS 10, conforme refletido em diversas iniciativas em todo o mundo.

Cobertura geográfica	Objetivo	ODS relacionados	Fonte
Papua Nova Guiné	Direito das meninas e mulheres de acesso aos serviços de saúde e educação para reduzir a desigualdade e a iniquidade nas comunidades rurais para prevenir a mortalidade materna e infantil.	3, 4, 5, 6,10,17	https://sdgs.un.org/partnerships/girls-and-womens-right-PNG
Paranaguá, Rio de Janeiro e Recife, Brasil	Empreendedores, pequenas empresas e associações são os principais beneficiários iniciais. O programa visa apoiar o desenvolvimento de negócios de impacto e projetos com resultados sociais, ambientais e culturais futuros. Do ponto de vista econômico, os principais objetivos incluem proporcionar trabalho decente, reduzir desigualdades e promover o consumo e a produção responsáveis. A busca por água limpa, a regeneração de áreas com Mata Atlântica e a ação climática são os principais impulsionadores do impacto ambiental. A manutenção da cultura local e o desenvolvimento humano para o protagonismo cidadão são prioridades culturais. Prevê-se um envolvimento intenso e vibrante das comunidades ao longo do programa.	1, 2, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 17	https://sdgs.un.org/partnerships/regenerative-
Global	O Swiss Water Partnership Youth (SWP Youth) é um dos co-fundadores do Movimento Global da Juventude para a Água (GYMW). É um centro de especialização que se concentra nas necessidades e talentos dos jovens no campo da água para o desenvolvimento. Ele fornece uma plataforma para projetos inovadores para e pelos jovens, com mais de 400 membros de mais de 50 países diferentes. Rumo à Conferência da ONU sobre Água em Nova York, o Swiss Water Partnership Youth tem como objetivo apoiar todos os governos do mundo, incluindo a Suíça, a incluir de forma significativa as vozes dos jovens no mais alto nível, em discussões e ações relacionadas ao acesso seguro à água potável e saneamento para todos.	6, 8,10,17	https://sdgs.un.org/partnerships/offer-training-and-capacity-building-reach-30-30-30-youth-target-30-youth-below-30
Índia	Através dos nossos programas em toda a Índia, tentamos atingir os seguintes objetivos: ODS 3: Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ODS 4: Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos; ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; ODS 10: Reduzir as desigualdades.	3, 4, 8,10	https://sdgs.un.org/partnerships/disability-sector

Austrália	Até 2024, o Governo do Território do Norte estabelecerá um Conselho Consultivo de Segurança Hídrica Aborígene para o Ministro do Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica, visando assegurar que os Territorianos Aborígenes tenham voz nas questões estratégicas relacionadas à água e aprimorar a participação Aborígene nas decisões sobre água. Além disso, o Governo do Território do Norte se associará a organizações de Primeiras Nações para avançar na cartografia de valores culturais relacionados à água em todo o território.	6, 8, 10,17	https://sdgs.un.org/partnerships/empowering-first-nations-voice
África	O programa é concebido para beneficiar principalmente mulheres como um foco chave, bem como grupos vulneráveis nos países alvo da África. A base para identificar pessoas vulneráveis será sua capacidade econômica não viável para alcançar um progresso socioeconômico significativo - o que significa que as pessoas vulneráveis são aquelas com pouca ou nenhuma capacidade de se exonerar dos ciclos viciosos de miséria socioeconômica. Pessoas vulneráveis podem não ter acesso a meios de produção, ou seja, terra que pode ser comunal ou privada; trabalho que inclui know-how ou habilidades necessárias; capital em termos de dinheiro e equipamentos; e empreendedorismo, que é a habilidade de converter terra, trabalho e capital em dinheiro. Isso é normalmente realizado quando se pode maximizar a produção, alcançar boa qualidade, usar armazenamento seguro e embalagem, e acessar mercados. O principal interessado é o IDA e ele estabelece diferentes parcerias com organizações locais.	1, 2, 5, 8, 10, 12	https://sdgs.un.org/partnerships/economic-inclusion-and-empowerment-women
Brasil	Pequenos, grandes e médios produtores de leite, carne, grãos (commodities). Agricultores, produtores, proprietários de fazendas e administradores de fazendas. Agentes extensionistas: serviço público de extensão rural, escritórios de consultoria e assessoria. Agentes de campo. Organizações não-governamentais. Universidades. Institutos de pesquisa. Empresas da cadeia de abastecimento agrícola/alimentar. Organizações do agronegócio. Financiadores. Governo (especialmente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).	2, 10, 13	https://sdgs.un.org/partnerships/low-carbon-agriculture-put-practice-brazilian-savanas

5.1 África

Nesta secção sobre a África, discutimos três iniciativas que contribuem para a concretização do ODS 10. Considerando que o ODS 10 se centra na redução das

desigualdades e na abordagem da questão dos imigrantes e refugiados, os três estudos de caso refletirão iniciativas neste contexto. Analisaremos estudos de caso no Uganda, na Tanzânia e nos Camarões.

5.1.1 Uganda: Promover os direitos dos refugiados por meio da aplicação eficaz do ODS 10 e dos indicadores relacionados 10.7.2 e 10.7.4.

Uganda possui a maior população de refugiados e solicitantes de asilo na África e, no contexto global, é o terceiro maior anfitrião de refugiados e solicitantes de asilo (Operações Europeias de Proteção Civil e Ajuda Humanitária, 2023). Nanima (2022) relatou que, em 2020, mais de 1,5 milhão de refugiados, muitos dos quais chegaram após 2017, viviam em Uganda. Muitos desses refugiados eram de países vizinhos e da região geográfica mais ampla (Ahimbisibwe, 2020), incluindo Sudão do Sul, República Democrática do Congo (RDC), Burundi, Somália, Ruanda, Quênia, Etiópia e Eritreia (consulte a Figura 15 para uma orientação geográfica). As Nações Unidas (2022) relataram que, apenas em 2022, o número de refugiados registrados em Uganda aumentou em 146.000, e a maioria dessas pessoas (98.000) era da RDC. O conflito renovado no Sudão do Sul, que eclodiu em abril de 2023, provavelmente significará que Uganda começará a receber um número crescente de refugiados desse país dilacerado pela guerra, o que colocará a política progressista atual de refugiados de Uganda sob forte pressão.



Figura 15. Localização do Uganda e países vizinhos (Fonte: Operações Europeias de Proteção Civil e Ajuda Humanitária, 2023)

A adoção da Agenda 2030 é rotulada como "não deixar ninguém para trás" (Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, 2022). O ODS 10 se esforça especificamente para reduzir as desigualdades entre e dentro dos países, e lidar com a população de refugiados e solicitantes de asilo em Uganda fornece o estudo de caso perfeito para refletir sobre como os países africanos podem honrar a Agenda ODS e especificamente a conquista do ODS 10 (Nanima, 2022). Isso será feito através da explicação da abordagem de Uganda na conquista da meta 10.7 do ODS (que visa facilitar a migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas), através da implementação de uma política de refugiados planejada e bem gerenciada (indicador 10.7.2) e a documentação adequada e relatórios das estratégias para reduzir as desigualdades entre a proporção de pessoas que são refugiados e solicitantes de asilo em Uganda (indicador 10.7.4).

A Lei de Refugiados de Uganda e a conquista do indicador 10.7.2 do ODS

Apesar do elevado número de refugiados no Uganda, o país refletiu um coeficiente de Gini de 42,7 em 2019 (Banco Mundial, 2019), com um valor de 0 indicando a mais igualitária e um valor de 100 como a mais desigual das sociedades. O valor do Uganda é comparativamente inferior ao de muitos outros países africanos. A possível razão para o coeficiente de Gini comparativamente mais baixo do Uganda poderá ser a forma progressiva como o país tem lidado com os refugiados. A Lei dos Refugiados do Uganda de 2006 baseia-se fundamentalmente nos princípios de dois instrumentos internacionais que prevê a proteção dos refugiados (Nanima, 2022), nomeadamente a Convenção dos Refugiados de 1951 (ou Convenção de Genebra) e o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados.

A Convenção de Genebra de 1951 define quem é um refugiado e vai além ao estabelecer os direitos desses indivíduos, assim como as responsabilidades dos países anfitriões para com eles; a Convenção restringiu o status de refugiado àquelas cujas circunstâncias surgiram antes da assinatura da Convenção e devido a eventos ocorridos na Europa.

Por outro lado, o Protocolo de 1967 é significativo, pois removeu as restrições temporais e geográficas impostas pela Convenção de 1951 (Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, 2022).

Embora muitos países no mundo sejam signatários de um ou ambos os atos internacionais que oferecem proteção aos refugiados, a Lei de Refugiados de Uganda de 2006 tem sido elogiada mundialmente por ser uma lei progressista que melhor atende aos padrões internacionais de proteção (Omata, 2022; Ahimbisibwe, 2020).

Através de sua progressista Lei de Refugiados de 2006, Uganda pode reivindicar um progresso significativo na conquista do indicador 10.7.2. Em resumo, a lei permite aos refugiados o direito ao trabalho e uma significativa liberdade de movimento (Nações Unidas, 2020). Ao contrário de muitos outros países anfitriões, o governo de Uganda considera os refugiados como um ativo para o país anfitrião e, se tiverem a oportunidade, podem contribuir para a economia do país, e por esse motivo os refugiados têm liberdade para trabalhar no país (Omata, 2020). A abordagem do governo contrasta fortemente com muitos outros países anfitriões de refugiados na região, que frequentemente exigem que os refugiados vivam em campos onde têm direitos socioeconômicos e liberdades restritos (Ahimbisibwe, 2022). Como parte da Lei de Refugiados, o Departamento de Refugiados do Gabinete do Primeiro-Ministro tornou o objetivo da autossuficiência central para a abordagem de refugiados do país (Omata, 2020). Isso se reflete na "Estratégia de Autossuficiência" (SRS), que permite aos refugiados em Uganda o direito ao trabalho; liberdade de movimento dentro do país; acesso a serviços básicos e o direito de viver em comunidades locais, bem como em assentamentos definidos (Ahimbisibwe, 2022). Em consonância com esta estratégia, o governo de Uganda aloca pequenos lotes de terra para cada agregado familiar de refugiados para facilitar uma abordagem baseada no desenvolvimento para promover ainda mais a autossuficiência dos refugiados (Omata, 2020).

Os formuladores de políticas internacionais frequentemente buscam e destacam boas práticas na proteção de refugiados, e isso certamente encontraram na política de

refugiados de Uganda. Na verdade, Uganda tem sido elogiada como um caso exemplar que demonstra generosidade, solidariedade e hospitalidade.

Embora a Lei de Refugiados de Uganda tenha sido aclamada pelos formuladores de políticas internacionais como uma das melhores do mundo, é importante entender as limitações de tal modelo de "sucesso". Uganda em si também é vulnerável a desastres naturais e epidemias, e o aumento do influxo de refugiados e solicitantes de asilo para o país colocará uma pressão crescente sobre a sustentabilidade e aplicação de uma boa política migratória. No entanto, apesar de vários desafios relacionados à recepção de grandes números de refugiados, a Lei de Refugiados de Uganda pode ser considerada um instrumento muito importante que tem sido utilizado efetivamente na tentativa do país de reduzir as desigualdades entre refugiados e sua própria população.

Uganda desempenhando um papel de liderança na conquista do ODS 10.7.4.

O ODS 10.7.4 foi introduzido em 2019, e até 2020 esperava-se que as Revisões Nacionais Voluntárias (VNR) de muitos países incluíssem esse objetivo em seus relatórios. Para cumprir este objetivo, espera-se que os países demonstrem as medidas que tomaram para melhorar a vida dos refugiados identificados por 100.000 habitantes por país de origem. Além disso, este objetivo espera que os países anfitriões forneçam a evidência necessária das medidas tomadas para melhorar a implementação e gestão de políticas relacionadas a refugiados (Nanima, 2022).

Embora uma visão geral do Ato de Refugiados de Uganda tenha sido fornecida na seção anterior, e o país tenha relatado seu sucesso em abordar o ODS 10.7.2, Uganda também desempenhou um papel de liderança na conquista do ODS 10.7.4. Isso se reflete em sua Revisão Nacional Voluntária (VNR) de 2020 (Nações Unidas, 2020), onde eles documentaram sua metodologia de rastreamento da proporção de sua população que eram refugiados. No Relatório VNR de 2020 para Uganda, as seguintes estratégias foram apresentadas como evidência das medidas que tomaram para reduzir as desigualdades entre refugiados e a população anfitriã e, assim, progredir na conquista do 10.7.4 (adaptado de Nações Unidas, 2020; Nanima, 2022):

1. Fornecimento e facilitação do acesso à assistência jurídica.
2. Apelos ao setor privado para investir em comunidades de refugiados e nas comunidades hospedeiras.
3. Oferta de serviços de saúde, especialmente para mulheres grávidas refugiadas e solicitantes de asilo.
4. Implementação de programas de aprendizado gratuitos e acelerados.
5. Mitigação da insegurança alimentar através da concessão de terras e direitos de mobilidade para refugiados.
6. Lançamento da Resposta Abrangente a Refugiados, fornecendo apoio holístico aos países anfitriões para auxiliar na realização dos ODS.
7. Aprimoramento da coleta de dados para identificar a localização e o possível crescimento da população de refugiados.

Ao longo da VNR, são feitas menções específicas em cada um dos 17 ODS de estratégias relacionadas que são específicas para a população de refugiados e, em seguida, é mostrado como, coletivamente, essas estratégias ajudarão a alcançar o ODS 10.

Lições aprendidas em termos da realização do ODS 10

A lição mais importante que muitos países africanos podem aprender com o estudo de caso de Uganda é que a chave para alcançar níveis reduzidos de desigualdade entre refugiados e comunidades hospedeiras na região é abraçar os refugiados e solicitantes de asilo como membros ativos e inclusivos da sociedade anfitriã e implementar estratégias específicas para enfrentar os diversos desafios enfrentados pelos refugiados.

Possibilidade de replicação

Em termos da realização do ODS 10.7.2, a "Estratégia de Autossuficiência" (SRS) seguida pelo governo de Uganda poderia ser incorporada às políticas de refugiados de outros países africanos. O fato de que os refugiados em Uganda têm o direito de trabalhar, têm liberdade de movimento, acesso a serviços básicos e desfrutam do direito de viver em comunidades locais do país anfitrião garante que os refugiados possam

contribuir significativamente para a economia do país anfitrião. Em termos do ODS 10.7.4, as ações de Uganda de manter um bom registro de refugiados por 100.000 habitantes e trabalhar estrategicamente para fornecer serviços e oportunidades iguais às que oferecem aos seus próprios cidadãos permitirão que os países da região tenham a oportunidade de reduzir a desigualdade inerente que é um resultado direto do movimento de pessoas dentro dos países e entre fronteiras.

Referências consultadas para Uganda

Ahimbisibwe, F. 2020. The 2006 Refugee Act in Uganda: Between Law and Practice. Working Paper of the Institute of Development Policy (IOB), University of Antwerp. Available at <https://medialibrary.uantwerpen.be/oldcontent/container2673/files/Publications/WP/2020/wp-202002.pdf> Accessed 29 April 2023.

European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations. 2023. Uganda Fact Sheet. Available at: [https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/where/africa/uganda_en#:~:text=Uganda%20hosts%20more%20than%201.52,of%20the%20Congo%20\(DRC\)](https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/where/africa/uganda_en#:~:text=Uganda%20hosts%20more%20than%201.52,of%20the%20Congo%20(DRC)) Accessed 29 April 2023.

Nanima, R.D. 2022. Enhancing the protection of the rights of refugees. Uganda: A new lease of life from SDG 10.7.4? Amutabi, M. and Hamasi, L. (eds.), *Annals of African Development*, Chapter 1, pages 9-18. CEDRED, Nairobi.

Omata, N. 2020. Uganda's Refugee Policy: Recent Trends and Challenges. Bundeszentrale für politische Bildung. Available at: <https://www.bpb.de/themen/migration-integration/laenderprofile/english-version-country-profiles/305651/uganda-s-refugee-policy-recent-trends-and-challenges/> Accessed 29 April 2023.

United Nations. 2020. Voluntary National Review: Uganda Report. Available at: <https://sdgs.un.org/documents/vnr-2020-uganda-report-english-26083> Accessed 29 April 2023.

United Nations Economic Commission for Africa. 2022. Africa Sustainable Development Report 2021: Is Africa on track to achieve the Sustainable Development Goals by 2030? Addis Ababa. Available at: <https://hdl.handle.net/10855/48607> Accessed 31 October 2022.

World Bank. 2019. Gini Coefficient – Uganda. Available at:

<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=UG> Accessed 11 May 2023.

5.1.2. Tanzânia: Programa conjunto para apoiar a Rede de Segurança Social Produtiva (PSSN) da Tanzânia

Embora o crescimento econômico contribua para a criação de empregos e oportunidades de emprego, na Tanzânia isso faz muito pouco para reduzir a pobreza e conter a desigualdade de renda entre ricos e pobres (Kinyondo e Pelizo, 2018). Em 2018, a Tanzânia tinha 27,6 milhões de pessoas que viviam abaixo da taxa de extrema pobreza internacional de US \$1,9 por dia, e a pobreza permaneceu estagnada em 49% entre 2011/12 e 2018, enquanto houve um rápido crescimento da população pobre (Banco Mundial, 2020). Os quintis mais ricos respondem por quase metade (48%) da renda total na Tanzânia, enquanto os indivíduos nos quintis mais pobres recebem apenas 6,2% da renda gerada (Banco Mundial, 2020). O país refletiu um coeficiente de Gini de 40,5 em 2019 (Banco Mundial, 2018), sendo que um valor de 0 indica maior igualdade e um valor de 100 indica a maior desigualdade nas sociedades. O coeficiente de Gini da Tanzânia é menor do que muitos de seus estados africanos vizinhos.

Embora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável enfatizem que ninguém deve ser abandonado, a maioria das mulheres e crianças, especialmente nas áreas rurais da Tanzânia, enfrentam desigualdades (Bintabara e Basinda, 2021; Mkupete et al, 2022). As desigualdades entre áreas rurais e urbanas permanecem enormes nas dimensões da educação, saúde, água, saneamento, nutrição e emprego juvenil, por exemplo, o uso de eletricidade para iluminação em áreas rurais é apenas 8% em comparação com 49% em áreas urbanas. Woel (2018) estimou que apenas 33% dos domicílios em áreas rurais tinham acesso a água potável encanada. Na Tanzânia, as mulheres têm uma probabilidade uma vez e meia maior de estarem desempregadas, com 12,3%, em comparação com os homens, com 8,2%, com implicações para a renda familiar e o bem-estar em geral (UNECA, 2018). A cobertura de seguridade social na Tanzânia é inferior a 1% para toda a população e cerca de 6,5% para a população formalmente empregada. Todas essas dimensões são determinantes, indicadores e perpetradoras de

desigualdades entre os cidadãos (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

Em resposta à pobreza e desigualdade, com o apoio de um programa conjunto, o Governo da Tanzânia decidiu, em 2018, ampliar um de seus programas existentes, a Rede de Segurança Social Produtiva (PSSN) da Tanzânia, para alcançar todas as pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza alimentar. Este programa de proteção social focou mais em mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos, porque as mulheres haviam sido sujeitas a desigualdades em termos de oportunidades educacionais e econômicas limitadas apresentadas a elas, o que contribuiu imensamente para suas dificuldades diárias (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

O programa PSSN pretendia atingir os seguintes objetivos:

1. Sensibilizar sobre a importância do planejamento familiar.
2. Promover o emprego por meio de programas de obras públicas, utilizando transferências condicionais de dinheiro.
3. Enfatizar a importância da educação primária e secundária para sair da extrema pobreza.
4. Permitir que famílias pobres tenham acesso a alimentos, renda e serviços de saúde.

Este programa promoveu uma abordagem integrada à pobreza, desnutrição e desigualdade, fortalecendo a coordenação intersectorial, implementação e sistemas de entrega para apoiar meios de subsistência sustentáveis e mecanismos de resiliência para a redução da pobreza por meio de treinamento e extensão. As agências da ONU trabalharam em estreita colaboração com parceiros nacionais apoiando o Quadro Nacional de Proteção Social para sustentar os esforços de erradicação da pobreza ao nível doméstico, e cada agência trouxe sua experiência em mainstreaming de gênero, nutrição, planejamento familiar e emprego jovem. O objetivo era melhorar as sessões comunitárias do PSSN envolvendo beneficiárias mulheres, cuidadores e avós na alimentação de bebês e crianças pequenas.

O Cash Plus, uma iniciativa piloto do governo da Tanzânia e da UNICEF focada em jovens adolescentes extremamente pobres, também foi introduzido para ajudar os jovens a fazer a transição para a vida adulta com sucesso, fornecendo, entre outros, transferências de dinheiro e treinamento em habilidades para a vida. Alcançar progressivamente e sustentar o crescimento de renda e despesas domésticas é outra estratégia para reduzir as desigualdades entre os cidadãos, conforme capturado pela meta 10.1 dos ODS (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

Resultados e impacto do programa/projeto PSSN

As atividades do programa apoiaram o Fundo de Ação Social da Tanzânia (TASAF) ao fortalecer os sistemas de entrega, incluindo as conexões com os serviços e programas de nutrição. Até a conclusão do programa em 2020, um total de 10.272 beneficiários do PSSN foram treinados com foco especial na alimentação de bebês e crianças pequenas, enquanto 986 funcionários do TASAF nos níveis central, distrital e de subdistrito foram treinados no uso do conjunto de ferramentas e no monitoramento dos grupos. O programa conjunto também forneceu apoio técnico ao TASAF para revisar e atualizar sua estratégia de comunicação e advocacia. Isso melhorou a compreensão do programa PSSN entre diferentes públicos, incluindo beneficiários do programa e formuladores de políticas de alto nível envolvidos no desenho do programa (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

O programa conjunto aprimorou os materiais de treinamento do PSSN, o que melhorou a implementação e permitiu que os lares pobres e vulneráveis ganhassem mais e se tornassem mais sustentáveis e autossuficientes, respondendo diretamente ao ODS 10.2, capacitando e promovendo a inclusão socioeconômica de todos, incluindo mulheres e jovens. Um total de 1.273 beneficiários foram alvo de sessões de conscientização sobre planejamento familiar no continente e em Zanzibar e foram cobertos com sucesso. Este programa abordou desafios relacionados à escassez de serviços de extensão, falta de acesso ao mercado e informações sobre atividades de melhoria de meios de

subsistência, bem como habilidades e conhecimentos limitados dos beneficiários, contribuindo para a redução das desigualdades no país.

O programa conjunto também desenvolveu mecanismos sustentáveis de meios de subsistência e resiliência para 1.000 jovens (entre 15 e 35 anos, com jovens mulheres representando 52%), através do treinamento em empreendedorismo e fornecimento de suporte pós-treinamento. As oportunidades econômicas melhoraram os meios de subsistência desses indivíduos e de suas famílias (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

Além disso, 1.040 jovens com idades entre 10 e 24 anos se beneficiaram de sessões sobre saúde sexual e reprodutiva como parte da iniciativa piloto Cash Plus mencionada acima, com foco em adolescentes extremamente pobres do sexo masculino e feminino que viviam em domicílios que faziam parte do PSSN. O programa fornecia transferências de dinheiro, treinamento em habilidades para a vida, educação e serviços de saúde reprodutiva, mentoria e apoio durante a difícil transição para a vida adulta.

Os impactos deste programa conjunto se estenderam ao apoio institucional, uma vez que proporcionou treinamento ao pessoal do Ministério do Trabalho de Zanzibar para aprimorar a coordenação, fiscalização e capacidade de implementação das intervenções de proteção social nos níveis governamentais locais, ministeriais e de agências. Como resultado, uma política de proteção à criança foi desenvolvida para garantir a coordenação das questões relacionadas à infância, reforçando sinergias e evitando duplicações, respondendo assim ao ODS 10.3, que enfatiza a mudança de políticas. No nível nacional, as agências da ONU apoiaram o governo na elaboração do Quadro de Proteção Social (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

Desafios

O principal desafio foi o atraso na implementação das atividades do programa conjunto devido a vários órgãos governamentais, incluindo o TASAF, estarem passando por um processo de reforma durante a fase de implementação; no entanto, apoio técnico foi fornecido ao TASAF para acelerar o processo. O atraso e, ultimamente, a não aprovação

do Quadro Nacional de Proteção Social limitaram a capacidade das Nações Unidas de fornecer apoio oportuno no âmbito do programa conjunto. O Governo da Tanzânia decidiu desenvolver uma nova Política Nacional de Proteção Social e fundi-la com o Quadro Nacional de Proteção Social. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apoiaram a revisão da atual Política Nacional de Seguridade Social (2003) do Governo e ajudaram a desenvolver um sistema nacional de proteção social mais abrangente. A elaboração de uma política nacional de proteção social robusta tinha como objetivo criar esforços de proteção social mais estáveis com a alocação de orçamento (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

Lições aprendidas em termos de realização das metas do ODS 10

O programa aborda diretamente as metas do ODS 10.1, 10.2 e 10.3, que buscam alcançar e sustentar o crescimento da renda no nível doméstico, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou status econômico, por meio de mudanças de políticas. Para alcançar a redução das desigualdades, conforme declarado pelo ODS 10, este estudo de caso foi capaz de estabelecer o seguinte:

5. O modelo piloto de Cash Plus, que teve resultados positivos em jovens, que economizaram dinheiro e iniciaram atividades geradoras de renda como indivíduos e grupos, melhorando assim sua qualidade de vida geral.
6. Treinamento de conscientização na alimentação de bebês e crianças pequenas, e planejamento familiar.
7. O desenvolvimento de uma política de proteção à criança para coordenar assuntos relacionados a crianças.
8. O desenvolvimento de mecanismos sustentáveis de meios de subsistência e resiliência para mulheres extremamente pobres e domicílios vulneráveis.
9. O fortalecimento do treinamento em habilidades em empreendedorismo e apoio pós-treinamento entre os beneficiários.

10. Melhoria no acesso ao mercado e à informação para estimular atividades econômicas (Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.).

Possibilidade de replicação

O programa conjunto proporcionou um foco renovado e abrangente na pobreza, distribuição de renda, governança e inclusão social, contribuindo imensamente para reduzir a desigualdade na Tanzânia, e pode ser replicado em outros distritos dentro do país ou em qualquer outro lugar do continente africano. O modelo piloto Cash Plus tem um alto potencial de replicação, pois produziu resultados positivos para apoiar jovens pobres em sua transição para a idade adulta segura.

Referências consultadas sobre a Tanzânia

Bintabara D. and Basinda N. 2021. Twelve-year persistence of inequalities in antenatal care utilisation among women in Tanzania: a decomposition analysis of population-based cross-sectional surveys. *BMJ Open*. Available at: <https://bmjopen.bmj.com/content/11/4/e040450>

Kinyondo, A. and Pelizzo, R. 2018. Growth, Employment, Poverty, and Inequality in Tanzania. *SSRN Electronic Journal*. Available at: <http://www.jpanafrican.org/docs/vol11no3/11.3-11-Kinyondo-Pelizzo.pdf>

Mkupete, M. J., Von Fintel, D. and Burger, R. 2022. Decomposing inequality of opportunity in child health in Tanzania: The role of access to water and sanitation. *Health Economics*, 31(11), 2465–2480. Available at: <https://doi.org/10.1002/hec.4591>

Sustainable Development Goals Fund, n.d. Tanzania: Joint programme to support Tanzania's productive social safety nets (PSSN). Available at: <https://sdgs.un.org/partnerships/programme-support-tanzanias-productive-social-safety-nets-pssn> Accessed February 2023.

United Nations. Economic Commission for Africa. 2018. New report on Tanzania shows income inequality declining as rural-urban disparities remain. Addis Ababa. Available at: <https://hdl.handle.net/10855/45681>. Accessed March 2023.

Woel, B. 2018. Final report: Evaluation of the United Nations joint programme to support Tanzania's Productive Social Safety Net (PSSN). Available at: https://www.sdgsfund.org/sites/default/files/tanzania_sdg_fund_final_evaluation_report_2.pdf Accessed March 2023.

World Bank. 2018. Tanzania Gini Coefficient. Available at: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=TZ> Accessed 11 May 2023.

World Bank. 2020. Poverty & Equity Brief, Tanzania, Sub-Saharan Africa. Available at: https://databankfiles.worldbank.org/public/ddpext_download/poverty/33EF03BB-9722-4AE2-ABC7-AA2972D68AFE/Global_POVEQ_TZA.pdf. Accessed March 2023.

5.1.3 Cameroon: Programa conjunto em Buea, região sudoeste, para reduzir a desigualdade

A República de Cameroon está na África Central e possui uma população total de 28.539.789 (World Population Review, 2023). Localizado ao longo do Oceano Atlântico, compartilha suas fronteiras com a República Centro-Africana, Chade, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria. Duas de suas regiões fronteiriças com a Nigéria (noroeste e sudoeste) são anglófonas, enquanto o restante do país é francófono (Banco Mundial, 2022). Embora durante 50 anos após sua independência, Cameroon fosse considerado "a ilha da paz" dentro da região relativamente instável da África Central, atualmente é assolado por insegurança interna, principalmente nas regiões anglófonas, e pela guerra de independência separatista (Human Rights Watch, 2023), além de lidar com atividades mais recentes do Boko Haram no extremo norte, bem como nas regiões orientais (Human Rights Watch, 2023; Time & Whitaker, 2023). Apesar de seus abundantes recursos naturais, como uma variedade de minérios e sua capacidade de produzir uma ampla gama de produtos agrícolas, o Banco Mundial (2019) classificou Cameroon como um país de baixa renda.

Não obstante os recursos naturais e humanos de Cameroon, o Banco Mundial (2021) indicou que a taxa de pobreza aumentou de 24,5% em 2019 para 25,3% em 2021. A pobreza está concentrada nas regiões norte do país, onde vivem 56% dos pobres. A desigualdade em Cameroon, utilizando o Índice do Coeficiente de Gini, foi estimada em 47,9 em 2019 (World Economics, 2022), com um valor de 0 indicando a mais igualitária e um valor de 100 como a mais desigual das sociedades. Embora o Índice do Coeficiente

de Gini para o país seja muito comparável com outras nações da região, o índice reflecte diversas disparidades sociais entre pessoas em vários níveis socioeconômicos (rendimento, sexo, idade e pessoas com deficiência). Tal como nos outros países da África Central, a desigualdade nos Camarões teve impacto na inclusão socioeconômica e política dos pobres a vários níveis. Além dos níveis de pobreza e desigualdade, Cameroon têm um PIB limitado e com um crescimento socioeconômico e humano que é severamente prejudicado pelo impacto das mudanças climáticas, pelo aumento das fraquezas institucionais e pela insuficiência de serviços públicos, espera-se que, a menos que sejam tomadas medidas para combater especificamente os níveis de pobreza e desigualdade no país, a realização das metas do ODS 10 tornar-se um crescente desafio.

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) de Cameroon tenha avaliado 45,34 mil milhões de dólares em 2021 (Banco Mundial, 2021), uma perspectiva importante a considerar é que mais de 90% da riqueza pertence a 5% da população. Além disso, metade da população do país tem mais passivos do que ativos (Banco Mundial, 2022). Uma repartição mais refinada indica que existe uma discriminação significativa (e, portanto, desigualdade) em termos de género, idade, etnia e pessoas com deficiência no mercado de trabalho dos Camarões.

Na aldeia de Bonduma, em Buea, no sudoeste de Cameroon, 35% dos agregados familiares são chefiados por homens que, por sua vez, têm melhor acesso a oportunidades de emprego, enquanto apenas 21% dos agregados familiares liderados por mulheres têm acesso semelhante. Devido à sua predominância nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos, as mulheres também têm menos acesso ao capital humano e à capacitação. Este estudo de caso documenta o trabalho de vários agentes para progredir na realização do ODS 10. O principal protagonista é o Social Development International (SODEIT), que é uma organização de desenvolvimento social e de auxílio sem fins lucrativos, não governamental e não discriminatória, sediada em Buea. Esta organização tem a visão de trabalhar para a realização prática de iniciativas de desenvolvimento social sustentável, protegendo a população vulnerável e em risco, bem como suas comunidades (SODEIT, s.d.). SODEIT trabalha principalmente para

proporcionar uma vida melhor para crianças, adolescentes e cuidadores. Ao mesmo tempo, nas comunidades onde atua, a organização presta atenção específica às mulheres e aos jovens, que são a população mais vulnerável em termos de desigualdade, discriminação, pobreza e violações dos direitos humanos.

A estratégia do programa

Em colaboração com várias agências das Nações Unidas, ONGs internacionais e partes interessadas locais, a SODEIT iniciou um programa conjunto em Buea, que visava abordar os altos níveis de desigualdade, focando em gênero, pessoas com deficiência e aqueles classificados como pertencentes a um grupo de baixa renda. Devido à sua localização, a SODEIT é o principal agente que monitora a aplicação e o sucesso do programa. O programa colaborativo teve como objetivo reduzir a desigualdade das pessoas que vivem abaixo dos \$50 de renda mediana, por sexo, gênero e pessoas com deficiência, criando oportunidades econômicas para os membros da comunidade local, especialmente mulheres e jovens. O programa conjunto foi executado de 2011 a 2020 e utilizou as seguintes estratégias para alcançar seus objetivos:

1. Foram organizadas oficinas de formação e de geração de rendimentos para mulheres, jovens e pessoas com deficiência.
2. As autoridades locais proporcionaram às pessoas acesso ilimitado a cuidados de saúde sem qualquer discriminação, incluindo pessoas com deficiência mental que receberam cuidados de saúde gratuitos em qualquer clínica governamental.
3. O programa conjunto tentou reduzir as disparidades de gênero no ensino primário e secundário.
4. O acesso ao capital social e aos serviços financeiros para as mulheres e os jovens constituiu ainda uma parte importante do desenvolvimento e da criação de oportunidades de empreendedorismo para os jovens e as mulheres da comunidade.
5. As ONG locais promoveram o envolvimento de mulheres desfavorecidas devido à idade, gênero, etnia, deficiência e rendimento, organizando formação especificamente com o objetivo de empoderamento financeiro.

6. O programa promoveu e criou oportunidades para mulheres e homens participarem igualmente na geração de rendimentos e nas oportunidades de emprego, bem como proporcionar igualdade de acesso aos recursos disponíveis na área rural.

Link(s) com metas e indicadores do ODS 10

O programa visava incluir e capacitar todas as pessoas vulneráveis na sociedade, independentemente da sua idade, gênero, independentemente de ser deficientes e da sua situação econômica. As pessoas e os grupos sociais na área rural de Buea enfrentaram obstáculos que os impediram de se envolverem plenamente em atividades socioeconômicas e políticas. Ao criar oportunidades para grupos vulneráveis, o programa conseguiu atingir as metas específicas para o ODS 10, principalmente a 10.2.1, mas também contribuiu para a realização de várias metas especificadas para outros ODS, em particular o ODS 5.

Resultados e impactos do programa

O programa visava um crescimento equitativo que se concentrava em gerar empregos decentes com foco no desenvolvimento de habilidades de jovens e mulheres. Essa ação reduziu a taxa de subemprego de 75,8% para menos de 56% até 2020 (SODEIT, s.d.). Mais de 2.000 adolescentes e jovens mulheres receberam treinamento sobre desafios de saúde, propriedade de negócios, habilidades tecnológicas e desenvolvimento de empoderamento por meio do programa. Oportunidades iguais para as meninas frequentarem a escola formaram uma parte importante do programa e deram às jovens oportunidades de desenvolver conexões dentro da comunidade, e em muitos casos, elas puderam receber treinamento adicional, especialmente no campo da educação em saúde. SODEIT (s.d.) estimou que pelo menos 3.500 jovens mulheres foram treinadas como educadoras de saúde por pares como resultado direto do programa. Além disso, possibilitou que meninas jovens adquirissem a alfabetização em saúde necessária para usar contraceptivos confiáveis e se protegerem. Estimou-se que essa iniciativa colaborativa teve cerca de 4.000 beneficiários diretos e indiretos ao aumentar a independência financeira de 1.800 mulheres (SODEIT, s.d.). O programa havia desenvolvido uma abordagem de três pontas que se concentrava em mudar políticas,

participação pública e representação das mulheres. SODEIT (s.d.) conectou a defesa, a independência financeira e a educação da criança do sexo feminino. Também estabeleceu parcerias com empresas e associações que promoviam programas de igualdade de gênero.

A SODEIT (nd) relata ainda que o programa resultou na criação de 850 estágios, a maioria dos quais em processamento de alimentos, clínicas locais e centros de saúde, bem como em escolas primárias como educadores de pares e em cuidados infantis. O número de novos empregos e atividades empresariais poderia ter aumentado muito graças à formação técnica oferecida. Este conhecimento foi aplicado para elevar o padrão de desenvolvimento rural para facilitar o acesso aos mercados regionais. Oitocentas mulheres, jovens e 30 pessoas com deficiência receberam capacitação nas áreas de planejamento empresarial e financiamento para lançar operações comerciais. Estima-se que 350 meninas que abandonaram a escola foram incentivadas a regressar à escola e a terminar a escola, enquanto algumas foram acolhidas em vários centros de alfabetização no âmbito do programa. A formação de sensibilização para mudar as normas relativas aos meninos em detrimento das meninas e a educação das comunidades sobre a propriedade da terra também fizeram parte do programa. Foram desenvolvidas clínicas jurídicas gratuitas para aumentar o acesso das mulheres e dos jovens ao aconselhamento jurídico, contribuindo assim para restaurar os direitos das mulheres.

Em 2019, a SODEIT organizou workshops profissionais ao longo de dois meses, dando às jovens mães a oportunidade de receber teoria, tutoriais e aulas práticas sobre tarefas domésticas e cuidados infantis na comunidade, além de um estágio de um mês numa instituição hoteleira. Era essencial que vários intervenientes estivessem envolvidos e contribuíssem generosamente para as diversas iniciativas deste programa conjunto para dar às jovens mães uma oportunidade justa de seguir a sua paixão e impedir que as raparigas caíssem na armadilha do abandono escolar.

Lições aprendidas em termos de cumprimento do ODS 10

Para atingir a meta do ODS 10 de redução da desigualdade (10.2.1), o programa foi capaz de estabelecer o seguinte:

1. Tornou-se muito claro que era crucial que os setores público e privado trabalhassem em conjunto para incentivar a criação de empregos e oportunidades empresariais para grupos vulneráveis, o que teria uma influência positiva na sua saúde e bem-estar.
2. O programa não apenas auxiliou as comunidades a enfrentar questões de desemprego e igualdade, mas também motivou os homens a participarem da mobilização comunitária de questões sensíveis ao gênero que frequentemente impediam mulheres e jovens de alcançar a autonomia financeira. Além disso, o programa permitiu que jovens garotas adquirissem a alfabetização em saúde necessária para sua higiene pessoal.
3. Além dos esforços das agências participantes e dos parceiros nacionais, os membros e líderes da comunidade local, professores, crianças e associações de mulheres a nível comunitário participaram ativamente em iniciativas de regresso à escola e na promoção da alfabetização em centros de alfabetização.
4. O programa conseguiu aumentar o empoderamento econômico das mulheres, dos jovens e das pessoas que vivem com deficiência através de uma abordagem multissetorial que introduziu medidas para abordar as barreiras individuais, institucionais e a nível comunitário que impediram estes grupos vulneráveis de progredirem economicamente, contribuindo assim para o esforço do país para reduzir a desigualdade até 2030.

Possibilidade de replicação

Este programa colaborativo poderia ser replicado em outras partes de Cameroon que enfrenta os mesmos desafios de desigualdade e, assim, apoiar o esforço para reduzir a desigualdade até 2030. O sucesso de tal replicação dependeria, no entanto, do financiamento de agências internacionais, da estreita colaboração com ONG locais, bem como com as partes interessadas públicas/privadas. Se um programa como este for implementado em áreas geográficas semelhantes, ajudará a reduzir a desigualdade em

Cameroon. Os resultados positivos do programa que estão relacionados com outros ODS incluem a igualdade de gênero (ODS 5), educação de qualidade, uma vez que foi capaz de melhorar a boa saúde e o bem-estar (ODS 3), reduzir a pobreza através da criação de empregos (ODS 1) e promover paz (ODS 16).

Referências consultadas sobre Cameroon

Human Rights Watch. 2020. World Report, Cameroon. Available at: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/cameroon> Accessed 2 May 2023.

Human Rights Watch. 2023. World Report, Cameroon: Events of 2022. Available at: <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/cameroon> Accessed 9 May 2023.

Orock, R. 2022. Cameroon: How language plunged a country into deadly conflict with no end in sight. *The Conversation*. Available at: <https://www.conversation.com/Cameroon-how-language-plunged-a-country-into-deadly-conflict-with-no-end-in-sight-179027> Accessed 16 April 2023.

SODEIT, n.d. Social Development International. Available at: <http://www.sodeit.org> Accessed 10 May 2023.

Time, V.M. & Whitaker, I.P. 2023. Women of the southwest region of Cameroon speak poverty reduction strategies and policies. *GeoJournal*. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10708-023-10867-w>

United Nations. 2022. Sustainable Development Goal 10: Reduced Inequalities. Available at: <https://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/space4sdgs/sdg10.html> Accessed 21 March 2023.

United Nations Development Programme (UNDP). 2020. Human Development Report 2020: Cameroon.

World Bank. 2019. Lifting Cameroon's Most Vulnerable Out of Poverty: Building Resilience and Fostering Local Governance to Address the Root Causes of Fragility and Conflict in Northern Regions of Cameroon. Available at: <https://www.worldbank.org/en/results/2019/11/08/lifting-camerouns-most-vulnerable-out-of-poverty-building-resilience-and-fostering-local-governance-to-address-the-root-causes-of-fragility-and-conflict-in-northern-regions-of-cameroon> Accessed 9 May 2023.

World Bank. 2021. The World Bank in Cameroon. The World Bank's Country Partnership Strategy in Cameroon focuses on increasing the country's competitiveness and improving service delivery. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/cameroon/overview#1> Accessed 24 March 2023.

World Bank. 2022. Cameroon overview: Development news, research, data. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/cameroon/overview> Accessed 28 April 2023.

World Economics. 2022. Cameroon Inequality Levels | 2023 | Economic Data | World Economics. Available at: <https://www.worldeconomics.com/Inequality/Gini-Coefficient/Cameroon.aspx> Accessed 9 May 2023.

World Population Review. 2023. Cameroon Population 2023. Available at: <https://worldpopulationreview.com/countries/cameroon-population> Accessed 9 May 2023.

World Report. 2020. Cameroon: Human rights Watch. Available at: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/cameroon> Accessed 2 May 2023.

5.2 América Latina e Caribe

Apresentaremos agora três estudos de caso da América Latina e do Caribe que contribuem para a realização do ODS 10. Como o ODS 10 se concentra na redução das desigualdades e na abordagem da questão dos imigrantes e refugiados, os três estudos de caso refletirão iniciativas nesse sentido.

5.2.1 Equador: O programa “Bono de Desarrollo Humano”

O Equador é um dos países menores da América Latina e do Caribe, localizado no noroeste da região, com uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes. A economia do país baseia-se em atividades em diversos setores, incluindo a agricultura, onde as exportações de produtos como cacau e café são significativas; o setor petrolífero, uma vez que é uma nação produtora de petróleo, contribuindo significativamente para as exportações do país; o setor do turismo, beneficiando-se da sua rica diversidade cultural e geográfica, incluindo os Andes e as Ilhas Galápagos, bem como cidades históricas como a capital Quito, que têm gerado receitas turísticas

crescentes nos últimos anos; e, por fim, o setor de manufatura, com foco na produção têxtil. Apesar dessas atividades econômicas, as flutuações que comprometem a estabilidade econômica do Equador representam desafios para o crescimento econômico do país.

O percentual da população vivendo na pobreza aumentou nos últimos anos, em grande parte devido à pandemia de COVID-19, e atualmente, mais de 25% da população vive abaixo da linha de pobreza. Como estratégia para melhorar as condições de vida dessa parcela da população, o programa "Bono de Desarrollo Humano" foi criado em 2003.

O "Bono de Desarrollo Humano" tem como objetivo oferecer auxílio financeiro por meio de pensões e seguro às famílias que vivem abaixo do limiar de pobreza. Essa assistência visa garantir o bem-estar básico para essas famílias, possibilitando-lhes participar da economia. Mais importante ainda, busca fornecer-lhes os meios para acessar oportunidades educacionais e de saúde (Governo do Equador, 2023). Os principais objetivos deste programa giram em torno de auxiliar segmentos marginalizados da sociedade e aqueles impactados de forma desproporcional pelas disparidades sociais. O objetivo do programa é alcançar demografias vulneráveis abrangendo todas as faixas etárias. Para crianças menores de cinco anos, os resultados esperados concentram-se em diminuir a desnutrição crônica e doenças evitáveis. Para crianças e adolescentes, visa-se melhorar suas perspectivas educacionais, fomentando a continuação de seus estudos. Por fim, para idosos e pessoas com deficiência, o objetivo é garantir medidas abrangentes de proteção social. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2023), 440.000 famílias foram beneficiadas pelo programa desde 2003, quando foi lançado, até abril de 2015.

O programa é bastante abrangente em termos da multiplicidade de benefícios que estende aos grupos socialmente vulneráveis e da sua dedicação à promoção da igualdade social e à promoção da inclusão. No âmbito desta iniciativa, o governo deu passos significativos para enfrentar os desafios multifacetados enfrentados pelas pessoas e comunidades em circunstâncias desfavorecidas.

1. Bolsa de Desenvolvimento Humano: Destinada a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, é uma bolsa mensal no valor de 50 dólares.
2. Subsídio de Desenvolvimento Humano com Componente Variável: Destinado a famílias em extrema pobreza com crianças equatorianas menores de 18 anos, é um subsídio mensal no valor de até US\$150, dependendo da composição familiar (número e idade dos filhos).
3. Pensão para Idosos: Destinada a idosos com 65 anos ou mais em situação de pobreza ou extrema pobreza, é uma pensão mensal no valor de 100 dólares americanos.
4. Pensão por Incapacidade: É uma pensão mensal no valor de US\$50 para pessoas com deficiência igual ou superior a 40%, que são pré-qualificadas com base na pontuação do Registro Social.
5. Pensão Vitalícia: Para pessoas com deficiência que vivem em situação de pobreza ou pobreza extrema, trata-se de uma pensão mensal no valor de 100 dólares americanos.
6. Voucher Joaquín Gallegos Lara: É um voucher no valor de US\$240 concedido mensalmente ao responsável legal de indivíduos com deficiências graves, doenças catastróficas ou crianças menores de 18 anos com HIV.

Além disso, o governo oferece transferências monetárias não permanentes, que são pagamentos únicos, para ajudar em casos específicos, como cobertura de contingência. Esta assistência consiste em benefícios monetários para indivíduos ou famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema que tenham vivido situações calamitosas que afetem a subsistência da sua família. Essa assistência abrange nove tipos de situações, como desastres naturais, incêndios, atendimento humanitário a pessoas desaparecidas, crianças e adolescentes totalmente órfãos, entre outras. O programa “Bono de Desarrollo Humano” também atende famílias onde ocorreu feminicídio, voltado especificamente para a recuperação do ambiente familiar e social das crianças e adolescentes abandonados em decorrência do feminicídio, realizado mensalmente. A inclusão de serviços de assistência às famílias afetadas pelo feminicídio é uma prova de uma abordagem multifacetada para abordar as desigualdades no país.

O programa "Bono de Desarrollo Humano" está especialmente alinhado com duas metas do ODS 10, centrado na ideia de reduzir as desigualdades dentro e entre os países:

1. Meta 10.2: “Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou estatuto económico ou outro”, proporcionando condições para que a população vulnerável possa prosperar.
2. Meta 10.4: “Adotar políticas, especialmente políticas fiscais, salariais e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade”, através da adoção de uma política de proteção social focada na redução das desigualdades dentro do país.

Igualmente importante é a forma como o projeto afeta o ODS 1, que visa acabar com a pobreza em todas as formas até 2030. O programa “Bono de Desarrollo Humano”, ao ter um plano de proteção social, contribui para diversas situações que podem agravar a situação de uma família. O programa reconhece que a pobreza é um fenômeno multifacetado com diversos fatores desencadeadores, e a sua abordagem proativa ajuda as pessoas afetadas, seja em resultado de problemas econômicos, crises inesperadas ou vulnerabilidades sistêmicas.

A iniciativa "Bono de Desarrollo Humano" apresenta um compromisso com a igualdade e está alinhada com os ODS 1 e 10. O programa serve como uma abordagem multifacetada para combater a pobreza e a desigualdade para um Equador mais inclusivo.

5.2.2 Chile: Ensino superior público gratuito

O Chile está localizado na costa oeste da América do Sul e tem uma população de cerca de 19 milhões de pessoas. O Chile é classificado como um país de alta renda e tem uma das economias mais estáveis da região da América Latina e do Caribe. Segundo o Banco Mundial, o país apresenta crescimento econômico no cenário pós-pandemia com projeção de recuperação gradual e obtenção de estabilidade até ao final de 2023 (Banco Mundial, 2023).

Algumas das suas principais atividades econômicas são a exploração e extração mineral, incluindo a mineração de cobre, bem como a produção de bens manufaturados e produtos agrícolas. No que diz respeito ao setor agrícola, as atividades que se destacam são a pesca e a indústria vinícola. No entanto, apesar da sua estabilidade econômica e do rendimento geral relativamente elevado da sua população, tal como muitos países da região da LAC, o Chile também enfrenta desafios relacionados com a desigualdade. Quando se trata de acesso a serviços e oportunidades de qualidade para todos, ainda existem disparidades significativas no país.

Após a transição através de administrações que não conseguiram dar prioridade ao ensino superior público no Chile, o país considera agora a educação como um caminho crucial para combater a desigualdade (UNESCO, 2023). Essa perspectiva culminou com a aprovação da Lei das Universidades Estaduais em 2016, um passo fundamental rumo ao objetivo de oferecer ensino superior público gratuito no país (em instituições selecionadas) para estudantes de famílias de baixa renda. Como uma iniciativa significativa, esta lei estabeleceu uma era de ensino superior público gratuito no país, com o objetivo de aliviar a pressão financeira sobre os estudantes universitários, uma vez que antes desta iniciativa, nenhuma universidade no Chile oferecia ensino gratuito. O principal objetivo desta iniciativa era permitir uma transformação substancial na acessibilidade do ensino superior. Ao estabelecer uma meta para o período que antecede 2018, o objetivo era dar a 70% da população jovem vulnerável a oportunidade de estudar numa universidade. Como resultado, a educação emergiu como uma ferramenta potente para abordar as disparidades socioeconômicas e promover uma sociedade mais equitativa.

Embora diretamente alinhada com o ODS 4, “Educação de qualidade”, esta iniciativa também contribui indiretamente para o ODS 10, “Reduzir as desigualdades”, ajudando assim a preparar o caminho para mudanças a longo prazo no país. Por outras palavras, ao proporcionar oportunidades educativas, a iniciativa tem o potencial de criar um efeito positivo que se estende para além do setor da educação, conduzindo a uma sociedade mais equitativa e justa.

Ao criar a oportunidade de tornar o ensino superior acessível a todos no Chile, o país tomou medidas significativas para mitigar as disparidades. A oferta de acesso ao ensino superior tem o potencial de transformar as vidas e as circunstâncias socioeconômicas dos jovens. Com a aquisição de conhecimentos e competências avançadas, podem garantir empregos com salários mais elevados, melhorando consequentemente a condição econômica das suas famílias e quebrando o ciclo de pobreza geracional. Além disso, esta abordagem serve como catalisador para uma mudança social mais ampla. Incentiva uma maior participação dos jovens nas comunidades, contribuindo ativamente como cidadãos e amplificando as suas vozes em vários setores da sociedade. À medida que estes indivíduos se tornam mais empenhados, não só contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e participativa, mas também desafiam as dinâmicas de poder tradicionais, ocupando espaços que historicamente carecem da sua representação. Assim, o compromisso do Chile de proporcionar acesso ao ensino superior público para todos aborda não só as desigualdades econômicas, mas também contribui para a criação de uma sociedade mais inclusiva, onde a educação é o motor do progresso e da igualdade.

Além disso, esta iniciativa também se alinha e dá contributos positivos para a consecução de outros ODS. Contribui significativamente para o ODS 1, “Erradicação da Pobreza”, ao implementar estratégias que beneficiam as comunidades marginalizadas e lhes proporcionam oportunidades educacionais. A iniciativa também demonstra o compromisso de promover a igualdade de gênero, conforme descrito no ODS 5, e promove um ambiente inclusivo onde todos os indivíduos, independentemente do gênero, possam prosperar e participar ativamente em vários aspectos da sociedade. Além disso, ao alinhar-se com o ODS 8, “Trabalho Digno e Crescimento Econômico”, a iniciativa facilita melhores oportunidades de emprego para os jovens. Através da sua abordagem abrangente que aborda vários ODS, esta iniciativa exemplifica um esforço holístico e impactante que luta por um mundo mais equitativo, próspero e sustentável.

5.2.3 Brasil: Programa de Apoio à Realocação de Refugiados (PARR)

O Brasil é o maior país da América Latina e do Caribe e com 214,3 milhões de habitantes, também o país com a maior população da região. É um país de rendimento médio-alto e um país em desenvolvimento, considerado uma das maiores economias do mundo. As suas atividades econômicas mais importantes baseiam-se na abundância de recursos naturais, como a biodiversidade, os recursos hídricos, a produção agrícola de diversas mercadorias e o petróleo.

No entanto, o Brasil é um país com grande desigualdade social e de renda, com diferenças significativas entre ricos e pobres em termos de acesso a serviços de qualidade quando se trata de educação, saúde, habitação, segurança, infraestrutura etc. urbano, com 84% dos brasileiros vivendo em cidades. A pandemia da COVID agravou ainda mais as históricas desigualdades sociais existentes no Brasil e aumentou a pobreza no país. Segundo dados de 2021, cerca de 30% da população brasileira vivia alguma forma de pobreza e 8,4% da população vivia em extrema pobreza (IBGE, 2022).

O Brasil tem experimentado um fluxo significativo de migrantes de outras nações, especialmente de países da região da América Latina e do Caribe, sendo a Venezuela um desses países. Mesmo no período anterior à pandemia da COVID-19, houve um aumento significativo no número de migrantes venezuelanos que entraram no Brasil devido às diversas crises políticas, econômicas e humanitárias em curso na Venezuela. Esses e muitos outros imigrantes muitas vezes buscam segurança e uma vida melhor no Brasil. Esta situação traz uma série de preocupações devido aos desafios sociais e humanitários que podem surgir de um elevado volume de migrantes. Além disso, os refugiados e os imigrantes enfrentam frequentemente múltiplos níveis de desigualdade, incluindo acesso limitado à educação, cuidados de saúde e oportunidades de emprego.

Considerando este contexto, em 2011, o Programa de Apoio para a Realocação dos Refugiados (PARR), também conhecido como "Support Program for the Relocation of Refugees", foi estabelecido. O Programa de Apoio foi criado em parceria com uma consultoria especializada em imigração e realocação, contando com o crucial apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Esta iniciativa foi

reconhecida internacionalmente e honrada com o Selo de Direitos Humanos e Diversidade em 2018 e 2019, além do Prêmio da Câmara Espanhola de Sustentabilidade em 2016, 2017 e 2019.

Considerando que a pobreza pode estar na raiz de muitos tipos de desigualdade, e que o trabalho decente pode ser um caminho para escapar da pobreza, o objetivo do projeto vai além de simplesmente receber refugiados no país; ele também visa auxiliar na integração desses refugiados no mercado de trabalho local. O projeto reconhece que a capacidade de encontrar emprego não apenas proporciona os meios de subsistência, mas também contribui significativamente para a autoestima, integração social e independência financeira dos refugiados. Dessa forma, o projeto busca criar conscientização dentro da sociedade para que as pessoas possam acolher os refugiados na comunidade e estabelecer parcerias e conscientização entre as empresas locais para a contratação desses refugiados e facilitar sua colocação em posições adequadas.

Os três objetivos principais do projeto são:

1. Sensibilizar as empresas, as instituições públicas e privadas e a população em geral sobre o estatuto dos refugiados.
2. Fornece apoio e parcerias com empresas e organizações públicas e privadas que defendem os refugiados.
3. Apoiar os refugiados na promoção dos seus currículos e experiência profissional, inscrevendo-os numa plataforma de empregabilidade e disponibilizando os seus perfis profissionais a empresas parceiras.

Atualmente, o PARR detém um dos mais extensos repositórios eletrônicos do país dedicado exclusivamente a este grupo específico. Os dados compilados incluem informações cruciais necessárias para criar uma visão completa dos antecedentes individuais, educacionais e profissionais destes refugiados que procuram asilo. O objetivo principal é simplificar a sua inclusão contínua na força de trabalho nacional. Os arquivos do programa também contêm detalhes específicos de negócios que apresentam forte alinhamento com esta missão e estão abertos à avaliação de candidatos deste

grupo demográfico. Além disso, fornece informações sobre as vagas disponíveis. Segundo o site do projeto, até o ano de 2021, não houve nenhuma outra iniciativa dessa magnitude no Brasil (PARR, 2021). Os esforços do PARR alcançaram resultados notáveis, ajudando mais de 3.000 refugiados.

Este projeto está diretamente alinhado com o ODS 10, “Reduzir as Desigualdades”, especialmente quando se trata de focar nos refugiados e imigrantes. Ao incluir estes grupos no mercado de trabalho local, o projeto não só aborda as disparidades econômicas, mas também as desigualdades sociais. O projeto também está alinhado com duas metas do ODS 10:

1. Meta 10.2: "Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou estatuto económico ou outro." A inclusão de refugiados e imigrantes no mercado de trabalho local traz vários benefícios para a sua inclusão social e económica.
2. Meta 10.7: "Facilitar a migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas." Dado que o projecto ajuda refugiados e imigrantes a tornarem-se autossuficientes e socialmente integrados, contribui para boas políticas de migração. Além disso, o projeto tem impacto indireto em outros ODS: ao ajudar os refugiados a encontrar emprego no mercado de trabalho local, aborda o ODS 1, “Erradicação da Pobreza”, e o ODS 8, “Trabalho Digno e Crescimento Económico”.

Referências consultadas sobre América Latina e Caribe: Equador, Chile e Brasil

BID - Inter-American Development Bank. 2023. Programas de Transferências Monetárias Condicionadas. Ecuador - Bono de Desarrollo Humano. Available at: <https://www.iadb.org/es/toolkit/programas-de-transferencias-condicionadas/ecuador-bono-de-desarrollo-humano#:~:text=El%20Bono%20de%20Desarrollo%20Humano,la%20persistencia%20de%20la%20pobreza> Accessed 16 June 2023.

Government of Ecuador. 2023. Ministry of Economic and Social Inclusion - Bono de Desarrollo Humano > Transferencias monetarias no contributivas. Available at: <https://www.inclusion.gob.ec/bono-de-desarrollo-humano1/> Accessed 16 June 2023.

IBGE. 2022. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. Agência IBGE. Available at: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012> Accessed 08 November 2023.

PARR. 2021. Support Program for the Relocation of Refugees (Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados). Available at: <https://www.refugiadosnobrasil.org/> Accessed 08 August 2023.

UNESCO. 2023. Chile: tracing and emerging practices on the right to higher education around the world: policy initiatives on the right to higher education in Chile. UNESCO International Institute for Higher Education in Latin America and the Caribbean. Available at: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385302_eng Accessed 08 November 2023.

World Bank. 2023. The World Bank in Chile: Country Overview. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/chile/overview> Accessed 08 August 2023.

5.3 Europa

Apresentaremos agora três estudos de caso da Europa que contribuem para a concretização do ODS 10. Dado que o ODS 10 se centra na redução das desigualdades e na abordagem da questão dos imigrantes e refugiados, os três estudos de caso refletirão iniciativas neste contexto.

5.3.1 Suécia: Responsabilidade democrática, Estado de Direito e direitos humanos na prática, doador global de ajuda

Circunstâncias econômicas e políticas

A Suécia tem uma economia altamente desenvolvida e diversificada. É conhecido por seu forte estado de bem-estar social, alto padrão de vida e economia social de mercado. Antes da pandemia de COVID-19, a Suécia registrava um crescimento econômico constante, uma baixa taxa de desemprego e políticas orçamentais sólidas. Durante a

pandemia, tal como muitos outros países, a Suécia enfrentou desafios econômicos devido ao confinamento e às restrições que afetaram vários setores. No entanto, o governo sueco implementou medidas para apoiar empresas e indivíduos, incluindo pacotes de estímulo fiscal e assistência financeira.

A Suécia é uma monarquia constitucional em que o verdadeiro poder executivo é exercido pelo governo liderado pelo Primeiro-Ministro. O Rei tem apenas funções representativas. O órgão legislativo é o parlamento Riksdag composto por 349 membros, eleitos para um mandato de quatro anos. O Parlamento aprova o Primeiro-Ministro, que é nomeado pelo Presidente do Parlamento. O Primeiro Ministro nomeia os ministros que formam o governo. Os ministérios não são excessivamente grandes e têm principalmente funções executivas, sendo responsáveis pela preparação de regulamentos e projetos de lei. A administração cotidiana é delegada em agências centrais bem estabelecidas, que empregam funcionários públicos políticos e com boa formação. Em 1º de janeiro de 1995, a Suécia juntou-se à União Europeia juntamente com a Finlândia e a Áustria. Ela é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1º de janeiro de 1995 e é membro fundador da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 14 de dezembro de 1960. A Suécia permanece fora da zona do euro, embora cumpra os critérios de convergência, pois o Tratado da UE não prevê derrogações para a Suécia nesse sentido. A moeda da Suécia é a Coroa Sueca (SEK). Em 2022, a taxa de câmbio da coroa em relação ao euro ultrapassou ligeiramente EUR/SEK=10,80.

A Suécia é um dos países mais ricos da UE, com sua renda nacional bruta per capita medida em termos de paridade do poder de compra, representando 124% da média da UE (27) em 2021. A Suécia é considerada uma das economias mais fortes entre os países da OCDE. No Índice de Competitividade Global 4.0 do Fórum Econômico Mundial de 2019, a Suécia ficou em 8º lugar. No ranking Doing Business 2020 do Banco Mundial dos países com o ambiente de negócios mais fácil, a Suécia também ficou em um alto 10º lugar (4º na Europa). Ela ocupa a muito alta 2ª posição no Índice Global de Inovação de 2021. A Suécia é percebida como um país livre de corrupção (4ª posição no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional de 2021).

Em 2021, a estrutura do PIB da Suécia (de acordo com o Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial) era a seguinte: 1,35% agricultura, 22,01% indústria, 12,63% processamento industrial e 65,33% serviços. Cerca de 53% do território da Suécia é coberto por florestas. O país possui recursos significativos de minério de ferro e outros metais de alta qualidade (cobre, zinco, chumbo, níquel, cromo, cobalto, bem como ouro e prata, e urânio). Graças à cooperação de empresas suecas e trabalhadores qualificados, bem como ao apoio governamental, muitas inovações tecnológicas e as marcas mais famosas do mundo surgiram no país, incluindo Volvo, Electrolux, Ericsson, IKEA e H&M.

As indústrias mais importantes da economia sueca são as indústrias madeireiras, de máquinas, automotiva, metalúrgica, de TI e telecomunicações e farmacêutica. A Suécia é líder em tecnologias de proteção ambiental. As finanças públicas da Suécia são saudáveis e o país tem as classificações mais elevadas das agências de notação de crédito: Moody's - Aaa, S&P - AAA, Fitch - AAA. A economia deverá contrair 0,3% em 2023 e crescer 1,4% em 2024.

A política do governo tem uma orientação pró-social e os sindicatos ocupam uma posição muito forte. Questões económicas significativas na Suécia incluem o impacto da crise pandémica da COVID-19 na sua economia aberta, a monopolização em alguns setores (por exemplo, o sector retalhista), os elevados custos laborais, o envelhecimento da população e os elevados custos da segurança social e dos cuidados de saúde. Nas questões europeias, a Suécia tem uma abordagem liberal e apoia a simplificação da legislação europeia e a liberalização do comércio com outros países.

O atual governo sueco pretende tornar a Suécia um líder global na produção industrial inovadora e sustentável, concentrando-se no desenvolvimento de indústrias inovadoras nos transportes, biotecnologia, economia urbana inteligente, ciências naturais, novos materiais, bem como na educação e no desenvolvimento das exportações, especialmente em tecnologias avançadas. A Suécia quer tornar-se o primeiro país livre de combustíveis fósseis e planeja atingir este objetivo o mais tardar em 2045. O desafio continua a ser o setor dos transportes, uma vez que atualmente apenas 15% da frota

automóvel depende de energias renováveis (OECD Economic Outlook, 2023; OECD Economic Outlook Pesquisa, 2023, Ernst & Young, 2022; PwC Suécia, 2023).

Principais iniciativas políticas nacionais em 2017-2020 orientadas para alcançar o ODS 10

Em 2018, o governo criou a Comissão para a Igualdade, um comitê centrado em melhorar a igualdade econômica e a mobilidade social a longo prazo. Desde 2017, foram implementadas inúmeras reformas para melhorar a situação financeira das famílias desfavorecidas e resolver as disparidades regionais. O Inquérito de Longo Prazo realizado em 2019 analisou as tendências da desigualdade de rendimentos e o seu impacto na economia. O governo atribui alta prioridade à redução da segregação e iniciou um plano de ação em 2020 para atingir este objetivo e proporcionar melhores oportunidades para todos. Em 2017, o Parlamento estabeleceu uma nova meta e orientação nacional para a política em matéria de deficiência. O governo adotou uma estratégia nacional para o tratamento da demência e reforçou a proteção contra a discriminação através de alterações à Lei da Discriminação. Para proteger ainda mais os direitos das crianças, a Convenção sobre os Direitos da Criança foi promulgada como lei sueca em 2020, incentivando uma abordagem baseada nos direitos em todas as atividades públicas. Um comitê foi nomeado em 2019 para rever a política de migração da Suécia e estabelecer um sistema sustentável para o futuro. A Suécia também aderiu ao Quadro Global para a Migração e contribuiu com apoio financeiro para o Fundo Fiduciário Multiparceiros da ONU em 2020. Entre 2017 e 2020, o país forneceu ajuda financeira significativa, totalizando 315 milhões de coroas suecas, à Organização Internacional para as Migrações (OIM) da ONU.

A política sueca baseia-se na responsabilização democrática, no Estado de direito e nos direitos humanos, com o objetivo de promover os direitos políticos e sociais, a equidade e a igualdade de gênero. Embora mais mulheres jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos se envolvam em partidos políticos, a participação política global diminuiu desde 2009. De acordo com o relatório de 2019 do Statistics Sweden, as mulheres jovens, as pessoas com deficiência e as pessoas nascidas no estrangeiro

enfrentam níveis mais elevados de discriminação percebida, particularmente no local de trabalho. A política econômica na Suécia contribui para elevadas taxas de emprego e a redistribuição ativa através de impostos, transferências e serviços de assistência social financiados publicamente apoia as famílias pobres. Além disso, o site de comparação de preços da Agência Sueca do Consumidor, Money from Sweden, reduziu os custos das transações internacionais (remessas) dos migrantes em 6-7 pontos percentuais para vários países para aqueles que enviam SEK 3.000 desde o seu lançamento em 2014 (Revisão Nacional Voluntária, 2021; estatísticas da Suécia, 2020, 2021).

Progresso e lições aprendidas: Impacto na realização do ODS 10

Nos últimos anos, as disparidades entre países e dentro de países, incluindo a Suécia, têm aumentado. O aumento da desigualdade de renda na Suécia pode ser atribuído principalmente ao aumento dos rendimentos mais elevados, impulsionado pelo aumento dos ganhos de capital e dividendos em empresas com um número limitado de acionistas. Existem desigualdades significativas entre diferentes grupos no país. A vulnerabilidade é particularmente alta para jovens, certos migrantes de trabalho, requerentes de asilo, imigrantes sem documentos e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, conforme destacado no relatório de 2020 do Statistics Sweden, “Leaving no one back”.

Os jovens que não trabalham, não estudam nem seguem qualquer formação (NEET) enfrentam desafios no acesso ao mercado de trabalho e correm o risco de exclusão a longo prazo. Os pais solteiros são economicamente mais vulneráveis do que os parceiros que coabitam com filhos. Os indivíduos nascidos no estrangeiro, especialmente as mulheres, tendem a ter emprego e rendimentos mais baixos em comparação com os nascidos na Suécia, mesmo depois de residirem no país por um período prolongado. A integração e o estabelecimento no mercado de trabalho são fatores cruciais que afetam as diferenças de rendimento no futuro. A pandemia de COVID-19 levou a uma recessão econômica significativa em 2020, resultando na perda de empregos para muitas pessoas. Se o aumento do desemprego persistir durante a recuperação econômica, poderá ter um impacto ainda maior na igualdade econômica.

Para abordar as desigualdades e a vulnerabilidade social, os serviços de bem-estar individual financiados publicamente, como a educação, os cuidados de saúde e a assistência social, juntamente com a proteção social universal, desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades para todos. O governo fez investimentos substanciais nos cuidados de saúde e na educação, beneficiando especialmente as famílias com finanças mais fracas e ajudando a reduzir as disparidades nas oportunidades de vida.

Desde 2017, têm sido enviados esforços para a proteção social básica, reduzir os impostos sobre o rendimento dos pensionistas, aumentar as prestações do seguro de desemprego e aumentar as prestações de habitação, os subsídios de manutenção e os abonos de família. O relatório de 2020 do Statistics Sweden sobre as condições das crianças nascidas no estrangeiro na Suécia indica que estas crianças enfrentam frequentemente situações socioeconômicas piores em comparação com aquelas de origem sueca.

O crescimento do rendimento na Suécia registrou taxas comparáveis para os 40% mais pobres da população, bem como para o resto. No entanto, aqueles com rendimentos mais elevados registraram um crescimento ligeiramente mais forte. O modelo de bem-estar sueco baseia-se no financiamento conjunto, visando promover a equidade, a igualdade de gênero e a participação social, econômica e política inclusiva para todos os cidadãos. Através de legislação, políticas e práticas robustas, a Suécia combate ativamente a discriminação e promove a igualdade de oportunidades e direitos, trabalhando para reduzir as desigualdades. A política económica da Suécia centra-se na obtenção de elevadas taxas de emprego e utiliza uma redistribuição ativa através de impostos, transferências e serviços de assistência social financiados publicamente. Estes esforços são fundamentais para promover uma sociedade mais equitativa, garantindo que os benefícios do crescimento económico cheguem a todos os segmentos da população e promovendo a coesão social e a inclusão.

O papel da Suécia como doador de ajuda global contribui para reduzir a desigualdade em diversas áreas. O trabalho internacional e a cooperação para o desenvolvimento do

país, incluindo o envolvimento na plataforma Pathfinders e nos subprogramas de redução da desigualdade e da exclusão, têm sido fundamentais nesse sentido. A Suécia apoia a migração ordenada, segura, regulamentada e responsável a nível mundial através do seu compromisso com o Quadro Global de Migração das Nações Unidas. O país colabora com parceiros para melhorar os mercados e instituições financeiras globais, promovendo a concorrência leal e a convergência em matéria de remessas e efeitos de desenvolvimento (Revisão Nacional Voluntária, 2021; estatísticas da Suécia, 2020, 2021).

Em 2021, a Suécia foi classificada como o 8º maior doador entre os países do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. No entanto, dados preliminares da OCDE para 2022 indicam que a Suécia caiu para a 9ª posição em termos do seu estatuto de doador do CAD durante esse ano.

Ao considerar a dimensão da sua economia, as contribuições da Suécia para a ajuda oficial ao desenvolvimento (APD) são dignas de nota. Em 2021, a Suécia destinou 0,92% do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) à APD. De acordo com dados preliminares da OCDE para 2022, a Suécia tornou-se o segundo maior doador do CAD em termos relativos, dedicando 0,9% do seu RNB à APD. O compromisso da Suécia com a cooperação para o desenvolvimento tem sido consistentemente forte e foi reconhecido como o país com melhor classificação no Índice de Compromisso com o Desenvolvimento de 2021 do Centro para o Desenvolvimento Global.

A Suécia tem uma longa história de prestação de ajuda ao desenvolvimento, ultrapassando a meta da ONU de dedicar 0,7% do RNB à APD desde 1975. No entanto, em setembro de 2022, o novo governo de direita da Suécia anunciou uma mudança de abordagem. Decidiram abandonar o compromisso de gastar pelo menos 1% do RNB em APD, optando, em vez disso, por um montante fixo para os próximos três anos para garantir a previsibilidade. O orçamento do governo para 2023 atribui 56 mil milhões de coroas suecas (equivalente a 5,5 mil milhões de dólares) anualmente para a APD em 2023-2025, constituindo 0,88% do RNB projetado.

As despesas de APD da Suécia entre 2014 e 2022 foram significativamente influenciadas pelos custos associados ao acolhimento de refugiados. Estes custos atingiram um pico de 2,7 mil milhões de dólares em 2015, constituindo 34% da APD total, antes de diminuir gradualmente para um mínimo de 88 milhões de dólares em 2021 (2% da APD total). Embora se esperasse que estes custos permanecessem relativamente baixos, a invasão inesperada da Ucrânia pela Rússia tem o potencial de aumentar os gastos da Suécia em despesas relacionadas com refugiados.

Para resolver esta questão, o orçamento de 2023 estabelece um limite de 8% na utilização do orçamento de desenvolvimento da Suécia para cobrir os custos dos refugiados no país. Tradicionalmente, a Suécia tem sido um firme defensor dos sistemas multilaterais, embora o seu apoio, especialmente ao sistema das Nações Unidas (ONU), tenha vindo a diminuir. O governo de direita da Suécia indicou a sua intenção de redirecionar o financiamento de organizações multilaterais para Organizações da Sociedade Civil (OSC). O apoio às organizações multilaterais consiste tanto em financiamento direcionado através de entidades multilaterais para setores ou regiões específicas, como em financiamento básico fornecido a organizações multilaterais. Em 2021, quase 60% da APD total da Suécia foi distribuída como uma combinação de contribuições básicas para organizações multilaterais (34%) e financiamento direcionado canalizado através de entidades multilaterais (26%) (Donor Tracker, 2023).

Possibilidade de replicação

O modelo socioeconómico sueco, muitas vezes referido como "Swedish Model", é um sistema único que evoluiu ao longo de décadas e é caracterizado por uma combinação de fortes programas de bem-estar social, impostos elevados, políticas ativas do mercado de trabalho e um forte ênfase na igualdade social. Embora tenha funcionado bem para a Suécia e tenha contribuído para o seu elevado nível de vida e coesão social, a replicação integral do modelo sueco em outros países pode enfrentar vários desafios e pode não ser adequada para todos os contextos. Contudo, alguns elementos do modelo sueco poderiam potencialmente ser adaptados e aplicados em outros países: Programas de Assistência Social; Tributação Progressiva; Políticas do Mercado de Trabalho; Diálogo

Social; Contexto Cultural e Histórico; Viabilidade econômica; Vontade Política; Globalização e Comércio.

A Suécia é conhecida pelo seu compromisso financeiro substancial com o desenvolvimento internacional. A replicação da sua atividade de doador exigiria que um país com uma capacidade financeira semelhante ou substancial aceitasse uma parte significativa do seu Rendimento Nacional Bruto (RNB) à ajuda oficial ao desenvolvimento (APD). A capacidade de mobilizar e alocar estes recursos é um fator crucial. É essencial um forte compromisso do governo e da liderança política. Replicar a atividade de doadores da Suécia envolve tornar a cooperação para o desenvolvimento uma prioridade nacional, independentemente das mudanças no governo ou no cenário político. A consistência nas políticas e no financiamento é vital.

Referências consultadas sobre a Suécia

Donor Tracker. 2023. Donor Tracker: An initiative by SEEK Development, Sweden. Available at: https://donortracker.org/donor_profiles/sweden#oda-spending Accessed 19 August 2023.

Ernst and Young. 2022. Transparency Report 2022. E & Y Sweden. Available at: https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/sv_se/home-index/pdf/ey-transparency-report-sweden-2022.pdf Accessed 05 August 2023.

OECD Economic Outlook. 2023. Issue 1. Available at: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-outlook/volume-2023/issue-1_ce188438-en Accessed 05 August 2023.

OECD Economic Survey. 2023. Sweden. Available at: [file:///C:/Users/PC/Downloads/brochure_Sweden%20 OECD 2023 Economic Survey.pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/brochure_Sweden%20OECD%202023%20Economic%20Survey.pdf) Accessed 05 August 2023.

PwC Sweden. 2022. Transparency Report, Financial Year 2021/2022: PwC Sweden. Available at: <https://www.pwc.se/sv/om-oss/transparency-report-2021-2022.pdf> Accessed 05 August 2023.

Statistics Sweden. 2020. Leaving no one behind: Statistical review of the implementation of the 2030 Agenda in Sweden. Available at: https://www.scb.se/contentassets/093a4e6ee4004071815a5ec6773012e7/mi1303_2020a01_br_x41br2101.pdf Accessed 05 August 2023.

Statistics Sweden. 2021. Statistical Review 2021: Implementation of the 2030 Agenda in Sweden. Regions and Environment Department. Available at:

https://www.government.se/globalassets/government/dokument/regeringskansliet/agenda-2030-och-de-globala-malen-for-hallbar-utveckling/voluntary-national-review-vnr/scb_statistical_review_2021_implementation_of_the_2030_agenda_in_sweden.pdf
Accessed 05 August 2023.

Voluntary National Review. 2021. Sweden: Report on the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development. Available at:
https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/279582021_VNR_Report_Sweden.pdf Accessed 05 August 2023.

5.3.2 França: Unida Contra o Ódio – combatendo todas as formas de discriminação e melhorando o acolhimento e a integração de estrangeiros.

Circunstâncias econômicas e políticas

A República Francesa é um estado unitário com um sistema de governo semipresidencialista. O Presidente é eleito para um mandato de cinco anos através de eleições diretas (o mandato presidencial foi reduzido de sete para cinco anos por um referendo constitucional em 2000). O Presidente nomeia e demite o Primeiro-Ministro, cuja escolha, no entanto, deve ser aprovada pela Assembleia Nacional, a câmara baixa do Parlamento. O poder legislativo é exercido pelo parlamento bicameral - a Assembleia Nacional (composta por 577 deputados eleitos por eleições diretas para um mandato de cinco anos) e o Senado (composto por 348 deputados eleitos pelos eleitores para um mandato de seis anos; de acordo com o novo sistema eleitoral ciclo, metade dos senadores são eleitos a cada três anos).

A França é um estado membro da União Europeia (desde a sua criação) e de outras organizações e instituições internacionais, incluindo a OMC e a OCDE. É membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, conferindo-lhe poder de veto. A França também é membro do grupo G7, composto por sete países que estão entre os mais significativos economicamente do mundo. Além disso, a França faz parte da zona euro. Devido aos seus numerosos territórios ultramarinos, possui a maior área de superfície de todos os estados membros da UE (um total de 643.801 km²).

A França é a segunda maior economia da UE (depois da saída do Reino Unido da UE). Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional para 2022, a França continuará a ser a 7ª maior economia do mundo em termos de PIB nominal e a 8ª maior em termos de paridade de poder de compra. O PIB da França representa 3,3% da economia mundial. Além disso, de acordo com os dados do Banco Mundial relativos a 2022, a França continua a ser o 6º maior exportador (exportações avaliadas em 733 mil milhões de euros) do mundo, a seguir à China, aos Estados Unidos, à Alemanha, ao Japão e ao Reino Unido. Em 2021, a contribuição da França para o orçamento da UE foi de aproximadamente 28 mil milhões de euros (em comparação com 23,7 mil milhões de euros em 2019 e 16,234 mil milhões de euros em 2017). Assim, a França foi o 2º maior contribuinte para o orçamento da UE, perdendo apenas para a Alemanha. A contribuição de cada setor para o PIB da França é a seguinte: serviços 79,8%; indústria 13,5%; e agricultura 6,7% (Perspectivas Económicas da OCDE, 2023; Inquérito Económico da OCDE, 2023).

Em 2020, a França viveu a maior recessão na sua economia desde o final da Segunda Guerra Mundial. O impacto desta recessão deveu-se principalmente ao impacto significativo da pandemia de Covid-19 em setores como o turismo, o automóvel, a aviação, a produção de bens de luxo e um confinamento mais longo e rigoroso do que outros países da UE.

Graças a um amplo pacote de assistência introduzido pelo governo francês, bem como ao aumento da procura interna em 2021, a economia nacional cresceu aproximadamente 7%, alcançando o maior crescimento em 52 anos. Isso superou as previsões anteriores dos analistas.

As perturbações nas cadeias de abastecimento e o aumento dos preços da energia pioraram as perspectivas económicas para todos os Estados-Membros da UE, incluindo a França. De acordo com as previsões da Comissão Europeia, o PIB de França cresceu 2,6% em 2022, prevendo-se que cresça 0,6% em 2023 e 1,4% em 2024. Projeções semelhantes são feitas pela OCDE (crescimento de 0,6% em 2023 e 1,2 % de crescimento em 2024). Segundo o instituto de estatística francês, INSEE, a economia

francesa deverá evitar uma recessão, graças a uma ligeira recuperação do crescimento do PIB de 0,1% no primeiro trimestre de 2023 e de 0,3% no segundo trimestre. Embora a inflação em França seja uma das mais baixas de toda a UE, ainda é perceptível para os cidadãos franceses, afetando o poder de compra das famílias e a dinâmica do consumo. Desde 2004, a França tem registrado um déficit comercial devido à erosão gradual das indústrias orientadas para a exportação, à apreciação do euro e à crescente dependência das importações, incluindo recursos energéticos. A França registra tradicionalmente os maiores déficits comerciais com a China, a Alemanha, os Países Baixos, a Itália e a Bélgica, enquanto os maiores excedentes comerciais são com os Estados Unidos, o Reino Unido, os países do Médio Oriente e a Suíça.

A França é o país mais visitado do mundo em número de turistas. Em 2019, antes da pandemia da COVID-19, a França foi visitada por 90 milhões de turistas. O turismo é um dos setores-chave da economia francesa, representando cerca de 8% do PIB do país e gerando receitas para o orçamento superiores a 60 mil milhões de euros. Mais de 250.000 entidades operam no setor do turismo, empregando cerca de 1,5 milhões de pessoas (OCDE Economic Surveys, 2021; OCDE Economic Outlook, 2023; União Europeia, 2023; Deloitte France, 2021; Comissão Europeia, 2023a).

Unidos Contra o Ódio e outros programas e iniciativas voltados para a realização do ODS 10

Unidos Contra o Ódio é um plano abrangente concebido para combater o racismo e o antissemitismo, compreendendo quatro estratégias principais (EQUINET, 2023; Comissão Europeia, 2023b). A primeira estratégia envolve uma mobilização nacional, juntamente com uma campanha de sensibilização, para promover a unidade na luta contra o ódio. A segunda estratégia implica a aplicação de sanções mais rigorosas para atos racistas ou antissemitas, garantindo que os responsáveis sejam responsabilizados pelas suas ações. A terceira estratégia centra-se na salvaguarda dos utilizadores da Internet contra a propagação de conteúdos de ódio online, com forte ênfase na criação de um espaço digital mais seguro e inclusivo. Por último, a quarta estratégia centra-se

na educação e na cultura, procurando educar a população sobre a importância da tolerância, do respeito e da compreensão.

Para resolver as disparidades sociais e econômicas, o governo introduziu reformas sociais e fiscais significativas. Estas reformas são cuidadosamente concebidas para melhorar a redistribuição de recursos e apoiar os segmentos mais desfavorecidos da sociedade. Ao mesmo tempo, o governo tomou medidas para restaurar as finanças públicas, canalizando as poupanças para os indivíduos mais abastados, incluindo reformas nas prestações familiares e na tributação dos rendimentos não auferidos.

No que diz respeito à recepção e integração de migrantes, a França aprovou uma lei abrangente de reforma do asilo em julho de 2015, simplificando os procedimentos e garantindo uma distribuição mais justa dos migrantes em todo o país. A lei de 8 de março de 2016 reforça ainda mais os esforços de integração, concedendo aos estrangeiros um direito geral a uma autorização de residência plurianual após um ano de residência em França. Esta lei também estabelece um programa de integração republicana, reafirmando os direitos dos estrangeiros e esforçando-se por criar um ambiente mais inclusivo que acolha o talento e a excelência.

Abordar a desigualdade regional é particularmente sensível, especialmente nos territórios ultramarinos franceses. Isto inclui acesso ao emprego, formação, habitação e cuidados de saúde. Para resolver esta questão, foi criada uma delegação interministerial para garantir que os cidadãos franceses ultramarinos desfrutem de igualdade de acesso ao emprego, à habitação e aos serviços bancários. Além disso, a delegação trabalha ativamente para promover e melhorar a imagem dos cidadãos franceses ultramarinos, ao mesmo tempo que desafia estereótipos e preconceitos.

Em conclusão, a França tem um sistema de segurança social abrangente que inclui cuidados de saúde universais, assistência social e subsídios de desemprego, destinados a reduzir as desigualdades e a prestar apoio às populações vulneráveis. O governo francês investiu em programas educativos e de formação profissional para aumentar as oportunidades de emprego para as comunidades marginalizadas e reduzir o défice de educação e competências. Têm sido feitos esforços para abordar as desigualdades

habitacionais e fornecer opções de habitação a preços acessíveis para famílias e indivíduos de baixos rendimentos.

A França implementou leis e políticas antidiscriminação para combater o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação, promovendo assim a igualdade de oportunidades e a inclusão social. O governo tomou medidas para promover a igualdade de género no local de trabalho, eliminando as disparidades salariais entre homens e mulheres e incentivando a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão. A França é também um grande contribuidor para a ajuda internacional ao desenvolvimento, apoiando projetos e programas em países em desenvolvimento destinados a reduzir as desigualdades e a pobreza (OCDE, 2022; Nações Unidas, 2016, 2022).

Resultados e impacto de Unidos Contra o Ódio e outras iniciativas e lições aprendidas em termos da realização do ODS 10

A França dispõe de um quadro jurídico robusto para salvaguardar os direitos humanos e implementa medidas eficazes de redistribuição da riqueza para abordar as desigualdades entre os indivíduos (Lepinard & Lieber, 2015; Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères, 2013). No entanto, apesar dos mecanismos de solidariedade inter-regional que ligam as zonas prósperas às regiões em reestruturação, a desigualdade continua a ser um desafio significativo no país. A igualdade de oportunidades ainda é afetada pela forte correlação entre o desempenho educativo e o contexto socioeconómico, o que coloca obstáculos à criação de condições de concorrência equitativas.

Uma das questões prementes é defender a dignidade dos mais vulneráveis e garantir a sua representação. Foi elaborada legislação para combater a discriminação contra indivíduos socialmente inseguros, procurando reforçar a eficácia dos seus direitos e proteção. A luta contra a discriminação continua a ser uma batalha contínua, como evidenciado pelo aumento de 26% nas ameaças discriminatórias em 2015.

A França também tomou medidas significativas no sentido de promover os direitos LGBTQ+, legalizando os casamentos entre pessoas do mesmo sexo em 2013. Esta decisão histórica expandiu os direitos dos homossexuais, com base nos princípios da igualdade e das liberdades partilhadas. Além disso, a França participa ativamente nos esforços globais para combater a discriminação, a violência e as violações dos direitos humanos que visam indivíduos LGBTQ+. Condena a criminalização das relações homossexuais que persiste em mais de 70 países, considerando tais práticas inaceitáveis. A França está empenhada em prosseguir a descriminalização universal da homossexualidade em todo o mundo.

No que diz respeito à gestão da migração, a França presta apoio aos países de acolhimento, esforça-se por estabilizar situações políticas em nações em crise e aborda a crise migratória causada pelo afluxo de refugiados para a Europa. Embora tenham sido feitos progressos, garantir uma prestação eficaz aos migrantes e a sua integração contínua permanecem a ser desafios formidáveis que exigem atenção e ação contínuas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE, 2021), os imigrantes representavam 10,3% de toda a população da França, tornando-se uma questão importante para todo o país. O governo francês implementa programas educativos destinados a aumentar a sensibilização para o racismo e a discriminação, bem como a promover a tolerância e a aceitação da diversidade nas escolas. Além disso, a França introduziu medidas para prevenir a discriminação no local de trabalho e promover a diversidade nas empresas e instituições públicas. O governo e as organizações não-governamentais realizam campanhas sociais periódicas para aumentar a conscientização sobre o racismo e incentivar a sociedade a trabalhar em prol da igualdade e da tolerância.

A França toma medidas contra o discurso de ódio e a discriminação na Internet, incluindo a penalização daqueles que propagam o ódio racial. São feitos esforços para melhorar a integração dos imigrantes na sociedade, fornecendo apoio à aprendizagem da língua francesa, à formação profissional e ao acesso aos serviços sociais.

A lei francesa proíbe a discriminação com base na raça, cor da pele, religião, nacionalidade, gênero e outros fatores, e os órgãos governamentais e organizações não-governamentais tomam medidas para cumprir estes regulamentos (Lepinard & Lieber, 2015; Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères, 2013). O governo recolhe dados sobre discriminação e racismo em diversas esferas da vida social, permitindo o acompanhamento das situações e a tomada de medidas adequadas.

Deve sublinhar-se que, para combater as desigualdades na França, são necessárias medidas abrangentes em vários setores. Isto inclui melhorar o acesso à educação de qualidade e a programas para a primeira infância, implementar políticas fiscais progressivas e de bem-estar social, promover práticas de contratação inclusivas e diversidade na força de trabalho, reforçar redes de cuidados de saúde e segurança social, proporcionar habitação a preços acessíveis e planejamento urbano sustentável, apoiar a integração de imigrantes, aplicando leis antidiscriminação, investindo em oportunidades para os jovens, abordando as disparidades regionais através de iniciativas de desenvolvimento, sensibilizando o público e recolhendo regularmente dados para monitorizar o progresso e a eficácia. A colaboração entre o governo, a sociedade civil e os setores privados são essenciais para esforços sustentados na redução das desigualdades e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A França deve enfrentar alguns desafios relacionados com as iniciativas acima mencionadas:

1. A França é um país diversificado, com uma população imigrante significativa de várias partes do mundo. Esta diversidade pode apresentar desafios na abordagem do racismo, uma vez que exige a compreensão e a abordagem das diferentes formas de discriminação e preconceitos enfrentados por várias comunidades.
2. O país tem uma história complexa relacionada à colonização, escravidão e imigração. Questões e legados históricos podem moldar a dinâmica racial atual e complicar os esforços para enfrentar o racismo.
3. Existe uma forte tradição de secularismo (*laïcité*), que visa separar a religião da vida pública. Embora este princípio se destine a garantir a igualdade, pode por

vezes ser interpretado como uma barreira ao reconhecimento e à abordagem da discriminação de base religiosa, especialmente para as comunidades muçulmanas.

4. A França tem historicamente favorecido uma abordagem assimilacionista da integração, enfatizando a identidade francesa em detrimento das origens étnicas ou culturais. Isto pode por vezes levar à falta de reconhecimento da diversidade cultural e dos problemas enfrentados pelas comunidades minoritárias.

Possibilidade de replicação

As políticas francesas destinadas a reduzir a desigualdade dentro do país e a promover o desenvolvimento sustentável podem servir como lições e exemplos valiosos para outros países que procuram enfrentar desafios semelhantes. Embora cada país tenha o seu contexto e circunstâncias únicos, algumas possibilidades para a replicação das políticas francesas incluem o seguinte:

1. Implementar um sistema abrangente de bem-estar social que inclua cuidados de saúde universais, assistência social e subsídios de desemprego. Isto pode ajudar a reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar das populações vulneráveis noutros países.
2. Investir na educação e na formação profissional para aumentar as oportunidades de emprego e reduzir o défice de educação e competências. Isto pode capacitar as comunidades marginalizadas a participarem de forma mais eficaz na força de trabalho.
3. A resolução das desigualdades habitacionais e a oferta de opções de habitação a preços acessíveis para famílias e indivíduos de baixos rendimentos podem ser replicadas para garantir o acesso à habitação adequada para todos.
4. Adotar e fazer cumprir leis e políticas antidiscriminação para combater o racismo, a xenofobia e outras formas de discriminação, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

5. Incentivar a igualdade de gênero no local de trabalho, eliminar as disparidades salariais entre homens e mulheres e promover a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão. Isto pode ser replicado para promover sociedades mais inclusivas.
6. Apoiar a integração de migrantes e refugiados na sociedade, proporcionando aulas de línguas, formação profissional e apoio social.
7. Apoiar projetos e programas internacionais de ajuda ao desenvolvimento destinados a reduzir as desigualdades e a pobreza em outros países. Isto pode contribuir para os esforços globais na realização do ODS 10, reduzindo as desigualdades.
8. A adoção de políticas fiscais progressivas concebidas para redistribuir a riqueza e reduzir as desigualdades de rendimento pode ser replicada para criar sociedades mais equitativas.

Referências consultado sobre França

Deloitte. 2021. Deloitte France. France's turning point: Accelerating new growth on the path to net zero. Deloitte Economics Institute. Available at: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/fr/Documents/sustainability-services/deloitte-etude-frances-turning-point.pdf> Accessed 05 August 2023.

EQUINET. 2023. *EQUINET statement on call to action to unite against all forms of hatred: "No place for hate – a Europe united against hatred"*. Available at: <https://equineteurope.org/equinet-statement-on-commissions-and-high-representatives-call-to-action-to-unite-against-all-forms-of-hatred-no-place-for-hate-a-europe-united-against-hatred/>

European Commission. 2023a. Country Report: France. Commission staff working document. Available at: https://economy-finance.ec.europa.eu/system/files/2023-05/FR_SWD_2023_610_en.pdf Accessed 05 August 2023.

European Commission. 2023b. No place for hate: A Europe united against hatred. Available at: https://commission.europa.eu/news/no-place-hate-europe-united-against-hatred-2023-12-06_en

European Union. 2023b. European Economic Forecast, Spring. Publications Office of the European Union. Available at: https://economy-finance.ec.europa.eu/system/files/2023-05/ip200_en_1.pdf Accessed 05 August 2023.

INSEE. 2021. *The National Institute of Statistics and Economic Studies*. Available at: <https://www.insee.fr/en/accueil>

Lepinard, E., and Lieber, M. 2015. European Union. The Policy on Gender Equality in France. (p. 36). Available at: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/510024/IPOL_IDA\(2015\)510024_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/510024/IPOL_IDA(2015)510024_EN.pdf)

Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. 2013. France and the institutions protecting and promoting human rights. France Diplomacy - Ministry for Europe and Foreign Affairs. Available at: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/human-rights/france-and-the-institutions/>

OECD Economic Surveys. 2021. France: Executive Summary. Available at: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-france-2021_7d39644f-en Accessed 05 August 2023.

OECD. 2022. Measuring distance to the SDG targets: France. Available at: <https://www2.oecd.org/wise/measuring-distance-to-the-SDG-targets-country-profile-France.pdf> Accessed 05 August 2023.

OECD Economic Outlook. 2023. Issue 1. Available at: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-outlook/volume-2023/issue-1_ce188438-en Accessed 05 August 2023.

United Nations. 2016. Report of the Implementation by France on the Sustainable Development Goals on the Occasion of France's National Voluntary Review to the United Nations High Level Political Forum on Sustainable Development. New York. Available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/10726Report%20SDGs%20France.pdf> Accessed 05 August 2023.

United Nations. 2022. Third Global Conference on Strengthening Synergies Between the Paris Agreement and the 2030 Agenda for Sustainable Development Building: The evidence base for synergistic action in support of raising climate and SDGs ambition. Tokyo, Japan, 20-21 July 2022. Conference Report. Available at: https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-03/the_third_global_conference_report_11.08.2022.pdf Accessed 05 August 2023.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. 2022. SDG Good Practices: A compilation of success stories and lessons learned in SDG implementation. 2nd edition. Available at: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2022-03/SDGs%20Good%20Practices%20-%20second%20edition%20-%20FINAL%20FEB092022.pdf> Accessed 05 August 2023.

5.3.3 Bulgária: Projeto "Nós também podemos – 2" - melhorando o acesso ao mercado de trabalho para desempregados de grupos desfavorecidos e apoio para refugiados e migrantes.

Panorama socioeconômico e político

A Bulgária é uma república com um sistema de governo presidencialista. O Presidente é eleito para um mandato de cinco anos e nomeia o Primeiro Ministro, que lidera o governo. A autoridade legislativa pertence à Assembleia Nacional unicameral, composta por 240 membros eleitos para um mandato de quatro anos.

As principais culturas agrícolas do país incluem grãos (trigo, milho), culturas industriais (girassol, tabaco, algodão) e vegetais (tomate, pepino, pimentão). A Bulgária é conhecida pelos seus vinhos e árvores de fruto, especialmente macieiras, pessegueiros e ameixas. É o maior exportador mundial de óleo de rosa. A pecuária, principalmente ovinos, bovinos e suínos, bem como a silvicultura, são cada vez mais significativas. A pesca é também um setor importante, com os arrastões búlgaros a operar no Mar Negro, no Mar Mediterrâneo e no Oceano Atlântico. O país possui depósitos de cobre e minério de ferro limitado. Os seus recursos energéticos são relativamente pequenos, incluindo lenhite, petróleo e gás natural. As centrais a carvão e nucleares contribuem para cerca de 90% da produção elétrica nacional, sendo o restante proveniente de fontes renováveis, principalmente centrais hidroelétricas. Durante a era comunista, foram feitos investimentos significativos na indústria de transformação, tendo a indústria metalúrgica desempenhado um papel crucial. A indústria alimentar também apresenta um crescimento e uma dinâmica significativos. Outros subsectores importantes incluem a indústria têxtil e de vestuário, bem como a produção de produtos de borracha e plástico e outros produtos minerais não metálicos.

A Bulgária tem uma rede rodoviária bem desenvolvida e os transportes marítimos e aéreos desempenham papéis significativos, com portos importantes em Varna e Burgas e aeroportos de passageiros em Sofia, Plovdiv, Burgas e Varna. A economia orientada para o mercado da Bulgária tem vindo a crescer de forma constante e é conhecida pela sua estabilidade macroeconómica na região. Os principais setores incluem automóvel,

energia, máquinas e processamento de alimentos. O setor dos serviços, particularmente o turismo, o comércio e os serviços de TI, também têm uma importância econômica significativa.

A Bulgária é membro da União Europeia desde 2007 e tem algumas das taxas de imposto mais baixas da UE, incluindo uma taxa de imposto sobre o rendimento das sociedades de 10% (0% em certas áreas com elevado desemprego) e uma taxa fixa de imposto sobre o rendimento pessoal de 10%. A taxa do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é de 20% e o país pretende atrair investimento direto estrangeiro e estimular o crescimento económico através das suas taxas de imposto mais baixas em comparação com outros países da UE.

Prevê-se que o crescimento desacelere para 1,9% em 2023 devido aos fatores adversos globais, incluindo o abrandamento nos principais parceiros comerciais da Bulgária, mas depois recupere para 3,2% em 2024. O crescimento do consumo privado abrandará em linha com o menor crescimento do emprego. O desembolso de fundos da UE foi adiado em 2022, mas espera-se que recupere em grande medida em 2023. A inflação deverá moderar-se em 2023 e em 2024, mas existem riscos decorrentes de elevados aumentos salariais.

A Bulgária teve de prorrogar o prazo para aderir à área do euro até 2025 devido aos desafios económicos, incluindo a inflação elevada e as incertezas políticas que levaram a atrasos nas reformas legislativas essenciais. Embora o país tenha se beneficiado de receitas extraordinárias substanciais provenientes de grandes empresas de eletricidade, há necessidade de medidas fiscais mais direcionadas e bem concebidas, especialmente no setor da energia. Embora a taxa de desemprego permaneça baixa, a escassez de mão-de-obra persiste, exigindo um impulso nas políticas de migração e de ativação para atrair os emigrantes a regressar e encorajar aqueles que são capazes de trabalhar a entrar no mercado de trabalho. Para apoiar o crescimento económico e melhorar os padrões de vida, é vital concentrar-se na melhoria das competências da população e no investimento em oportunidades de educação e formação (OECD Economic Surveys,

2023; OECD Economic Outlook, 2023; European Union, 2023; McKinsey & Company, 2020; HSBC, 2022).

O projeto “Nós também podemos – 2” e outras iniciativas voltadas para o alcance do ODS 10

O projecto "Nós também podemos – 2", implementado pela Agência Nacional de Emprego, dedica-se a melhorar a acessibilidade ao mercado de trabalho para indivíduos desempregados de comunidades marginalizadas através de serviços de desenvolvimento de competências.

A legislação Búlgara defende a igualdade de oportunidades e proíbe a discriminação. A Lei de Proteção Contra a Discriminação obriga os empregadores, quando necessário para alcançar os objetivos da Lei, a encorajar candidaturas de grupos étnicos ou de gênero sub-representados para cargos específicos e a promover o desenvolvimento vocacional e a participação de trabalhadores de grupos específicos quando estes estão sub-representações em determinados cargos.

Durante o período entre 2016 e 2018, foram feitos esforços significativos para aumentar a participação no mercado de trabalho e reduzir a inatividade, centrando-se em iniciativas de ativação e formação para adquirir os conhecimentos, aptidões e competências procuradas pelos empregadores. Os grupos desfavorecidos tiveram acesso ao mercado de trabalho através de uma série de serviços, incluindo motivação, informação, colocação profissional, orientação profissional, aconselhamento e formação específica para satisfazer as necessidades específicas dos empregadores, juntamente com oportunidades de emprego subsidiadas. Além disso, em meados de 2019, o Ministério da Educação e Ciência lançou o projeto Inclusão Ativa no Sistema Pré-escolar, com o objetivo de alargar o acesso à educação pré-escolar para crianças provenientes de meios vulneráveis e empobrecidos.

Quanto aos refugiados e migrantes, embora a Bulgária não tenha aderido ao Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, o país tem tomado ativamente medidas para gerir a migração de forma ordenada. A Bulgária apoia o Pacto Global sobre

Refugiados e continua empenhada em defender os princípios internacionais humanitários e de direitos humanos. Em 2015, a Bulgária adotou uma Estratégia Nacional abrangente sobre Migração, Asilo e Integração, segundo a qual foi concedido às pessoas com estatuto de refugiado ou humanitário o direito ao trabalho, juntamente com direitos de seguro social e de saúde semelhantes aos dos cidadãos búlgaros. Além disso, tiveram acesso ao ensino primário e secundário, incluindo formação profissional. Aos jovens refugiados e aos menores também foi concedido o direito à educação, tanto durante como após o processo de obtenção do seu estatuto.

Além disso, é crucial compreender que as medidas tomadas para abordar a erradicação da pobreza, a educação, as oportunidades de emprego, a igualdade de género e o crescimento económico sustentável podem ter um impacto significativo na desigualdade de rendimentos. Muitas das ações implementadas para atingir outros objetivos cruciais são igualmente relevantes e essenciais na prossecução da redução da desigualdade de rendimentos. A integração da educação, a redução da pobreza, o acesso à informação e a proteção dos direitos humanos desempenham um papel significativo na abordagem de questões relacionadas com a desigualdade de oportunidades (Voluntary National Review, 2020; Nações Unidas, 2022 b).

Resultados e lições aprendidas em termos da realização do ODS 10

Durante as últimas três décadas de profunda transformação social e económica na Bulgária, registrou-se um aumento notável da desigualdade no seio da população. Apesar do crescimento económico, a inclusão continua a ser insuficiente para combater eficazmente a pobreza e resolver as disparidades económicas e sociais. O principal objetivo das políticas até 2030 é promover um crescimento mais inclusivo e sustentável, diminuindo simultaneamente as disparidades sociais e regionais e promovendo a prosperidade partilhada. A desigualdade está profundamente interligada com vários outros ODS, evidentes em domínios como os cuidados de saúde, a educação, o acesso à justiça, a informação e a segurança energética. Existe uma correlação crítica entre a desigualdade e o risco de pobreza, especialmente para grupos vulneráveis e indivíduos que enfrentam exclusão social. Abordar a desigualdade requer medidas abrangentes que

abranjam tanto a redistribuição de rendimentos como a igualdade de oportunidades para todos.

O financiamento atribuído aos municípios a partir do orçamento do Estado para financiar os serviços sociais, que são atividades delegadas pelo Estado, registrou um aumento significativo. Em 2019, o montante atingiu 130 milhões de euros, representando um aumento de 15 milhões de euros face ao ano anterior (2018). Durante os primeiros nove meses de 2018, as atividades relacionadas com a implementação da Estratégia Nacional de Integração dos Ciganos apoiaram 32.035 ciganos auto identificados que estavam desempregados, garantindo emprego a 14.804 pessoas. O apoio energético também registrou um impulso substancial, com um aumento de 20 milhões de euros em 2019, o que representa um aumento de 50% em relação ao orçamento do ano anterior. Este aumento no financiamento permitiu que 200.000 búlgaros recebessem assistência energética. Durante o período de janeiro a outubro de 2019, a Bulgária recebeu 1.965 requerentes de asilo, tendo sido concedido o estatuto de refugiado a 168 pessoas e a 257 pessoas que receberam o estatuto humanitário. Além disso, 1.080 pedidos de asilo foram recusados durante o mesmo período.

Alguns distritos da Bulgária, como Kardzhali e Lovech, apresentam uma desigualdade de rendimentos relativamente estável, enquanto cidades e regiões com um crescimento económico robusto, como Sófia e Stara Zagora, testemunham um aumento da desigualdade impulsionado principalmente pelo aumento do rendimento de um pequeno segmento da população. No geral, as regiões estatísticas que registram crescimento económico e um aumento nos rendimentos de apenas uma fração da população tendem a ter níveis mais elevados de desigualdade (Nações Unidas, 2022a).

Possibilidade de replicação

Os exemplos seguintes referem-se ao apoio a outros países na redução da desigualdade.

Vários projetos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (APD) foram implementados na Arménia, na Geórgia, na República da Macedónia do Norte e na Sérvia. Estas iniciativas

visam melhorar o acesso aos serviços sociais e à educação para as crianças, incluindo as pessoas com deficiência. Um projeto digno de nota é a “Reforma do sistema de acolhimento de crianças na Armênia: lições aprendidas com a experiência búlgara”. (UNICEF, 2017). Este programa piloto está replicando o modelo bem-sucedido de lares estabelecidos na Bulgária para crianças pequenas, oferecendo-lhes um ambiente permanente ou transitório para potencial adoção em famílias de acolhimento.

Em 2015, o projeto do Centro de Terapia Sensorial foi lançado em Skopje, capital da Macedónia do Norte, centrando-se em ajudar crianças com perturbações do espectro do autismo e outras deficiências a desenvolver competências essenciais para uma vida independente. O projeto assegurou fundos para estabelecer um centro operacional equipado com uma sala sensorial e uma sala de integração sensorial, proporcionando um apoio terapêutico crucial. Além disso, o centro estabeleceu uma parceria com uma organização relacionada na Bulgária para facilitar o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação. A iniciativa funciona em estreita colaboração com o Ministério do Trabalho e da Política Social da República da Macedónia do Norte, garantindo uma implementação eficaz e um apoio mais amplo aos seus objetivos.

Em geral, a replicação dos esforços da Bulgária para reduzir as desigualdades em outros países exigiria uma adaptação cuidadosa e a consideração dos contextos socioeconômicos e culturais específicos de cada país. No entanto, algumas possibilidades gerais de replicação podem incluir:

1. Investir em infraestruturas educativas, na formação de professores e na concessão de bolsas de estudo ou subsídios a estudantes desfavorecidos, o que pode ajudar a garantir a igualdade de oportunidades.
2. Promover práticas de contratação inclusivas e fornecer programas de desenvolvimento e formação de competências que possam melhorar as oportunidades de emprego para grupos marginalizados, reduzindo assim as desigualdades de rendimentos.
3. Incentivar o crescimento das PME e prestar apoio aos empresários oriundos de meios desfavorecidos, o que pode contribuir para a inclusão económica.

A replicação das experiências da Bulgária no apoio aos refugiados exige uma compreensão profunda das suas políticas, práticas e dos desafios que encontrou. Envolve também uma adaptação cuidadosa às circunstâncias e necessidades únicas do país destinatário, juntamente com um compromisso de fornecer aos refugiados serviços essenciais, proteção e oportunidades para um futuro melhor.

Referências consultadas sobre a Bulgária

European Union. 2023. European Economic Forecast, Spring. Publications Office of the European Union. Available at: https://economy-finance.ec.europa.eu/system/files/2023-05/ip200_en_1.pdf Accessed 05 August 2023.

HSBC. 2022. International Business Guides: Central and Eastern Europe. Available at: <file:///C:/Users/PC/Downloads/Central%20and%20Eastern%20Europe.pdf> Accessed 05 August 2023.

McKinsey & Company. 2020. Digital Challengers in the next normal in Central and Eastern Europe. Available at: https://www.mckinsey.com/pl/~/_media/McKinsey/Locations/Europe%20and%20Middle%20East/Polska/Raporty/Digital%20Challengers%20raport/McKinsey%20report%20CEE%20Digital%20Challengers.pdf Accessed 05 August 2023.

OECD Economic Outlook. 2023. Issue 1. Available at: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-outlook/volume-2023/issue-1_ce188438-en Accessed 05 August 2023.

OECD Economic Surveys. 2023. Bulgaria: Executive Summary. Available at: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-surveys-bulgaria-2023_2c0aec9b-en Accessed 05 August 2023.

UNICEF. 2017. Armenia and Bulgaria partner in childcare system reform. Available at: <https://www.unicef.org/armenia/en/press-releases/armenia-and-bulgaria-partner-child-care-system-reform>

United Nations. 2022a. SDG Good Practices: A compilation of success stories and lessons learned in SDG implementation. Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2022-03/SDGs%20Good%20Practices%20-%20second%20edition%20-%20FINAL%20FEB092022.pdf> Accessed 05 August 2023.

United Nations. 2022b. Third Global Conference on Strengthening Synergies Between the Paris Agreement and the 2030 Agenda for Sustainable Development Building: The evidence base for synergistic action in support of raising climate and SDGs ambition.

Conference Report. Available at: https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-03/the_third_global_conference_report_11.08.2022.pdf Accessed 05 August 2023.

Voluntary National Review of the Republic of Bulgaria of the implementation of the Sustainable Development Goals. 2020. Available at: https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2021/26290VNR_2020_Bulgaria_Report.pdf Accessed 05 August 2023.

6. EXEMPLOS DE EXERCÍCIOS E AVALIAÇÕES

Os leitores (professores) serão capacitados para:

1. Refletir sobre a sua compreensão da definição do ODS 10.
2. Refletir sobre a sua compreensão da importância do ODS 10.
3. Refletir sobre a sua compreensão das interdependências do ODS 10.
4. Refletir sobre a sua compreensão dos desafios na implementação do ODS 10.
5. Fornece uma visão geral das crises que têm um impacto negativo na realização do ODS 10.
6. Explicar as diferenças regionais do impacto das mudanças climáticas, dos conflitos e da COVID-19 na realização do ODS 10.
7. Fornecer uma explicação introdutória do progresso regional na realização do ODS 10.
8. Selecionar um estudo de caso adequado que reflita boas práticas para alcançar o ODS 10 na sua própria região.

Com base nas metas e conceitos do ODS 10, esta seção do manual fornece, em primeiro lugar, um conjunto de exercícios que os usuários (professores, palestrantes e professores) podem usar com seus alunos para promover ideias, soluções e novas iniciativas para o desenvolvimento sustentável. O nível de detalhe e complexidade destes exercícios pode ser ajustado de acordo com o nível educacional dos alunos. Em segundo lugar, também está incluído um conjunto de questões de avaliação mais curtas. Essas perguntas abrangem todas as seções deste manual e exigem respostas mais curtas e diretas. Tanto para os exercícios como para as avaliações, os utilizadores podem decidir se querem utilizá-los conforme fornecidos, adaptá-los de acordo com o seu próprio contexto e necessidades locais ou usá-los como exemplos e, em vez disso, desenvolver os seus próprios exercícios e avaliações em conformidade.

6.1 Exercícios

1. *Caminhada pela Galeria de Desigualdade*: Crie uma galeria em sua sala de aula ou escola onde os alunos possam exibir pôsteres, infográficos ou obras de arte relacionadas a diversas formas de desigualdade. Designe diferentes grupos de

alunos para pesquisar e criar exposições sobre temas como desigualdade de gênero, desigualdade de rendimentos, desigualdade racial ou desigualdade educacional. Permita que os alunos caminhem, observem e discutam as exposições, promovendo conversas sobre as causas, consequências e soluções potenciais para cada forma de desigualdade.

2. *Estudos de caso de desigualdade:* Forneça aos alunos alguns estudos de caso ou cenários da vida real que destacam diferentes aspectos da desigualdade. Por exemplo, pode apresentar casos de indivíduos que enfrentam discriminação, acesso desigual a recursos ou barreiras à mobilidade social. Divida os alunos em grupos e peça-lhes que analisem os estudos de caso, identifiquem os fatores subjacentes que contribuem para a desigualdade e proponham estratégias ou políticas para os resolver. Incentive-os a pensar criticamente e a considerar soluções de curto e longo prazo.
3. *Campanha de Conscientização sobre a Desigualdade:* Dê aos alunos a tarefa de criar uma campanha de conscientização para abordar um aspecto específico da desigualdade. Eles podem desenvolver cartazes, vídeos, campanhas nas redes sociais ou apresentações para educar os seus pares e a comunidade em geral sobre o assunto. Incentivar a criatividade e estratégias de comunicação eficazes para transmitir a importância de reduzir as desigualdades e promover ações. Os alunos também podem organizar eventos como painéis de discussão ou sessões com palestrantes convidados para aumentar ainda mais a conscientização.
4. *Análise a visualização de dados:* Forneça aos alunos conjuntos de dados relacionados a indicadores de desigualdade, como distribuição de renda, níveis de educação ou acesso à saúde. Peça-lhes que analisem os dados, identifiquem tendências e criem visualizações (tabelas, gráficos ou infográficos) para apresentar suas descobertas. Os alunos podem então interpretar os dados, discutir as implicações das conclusões e propor recomendações políticas para reduzir as desigualdades com base nas evidências que recolheram.

5. *Projeto de Envolvimento Comunitário*: Envolver os alunos em um projeto prático que aborda uma questão específica de desigualdade dentro de sua comunidade local. Poderia envolver a organização de um evento de angariação de fundos, o voluntariado numa organização local focada na redução das desigualdades ou a realização de inquéritos e entrevistas para compreender as experiências e necessidades dos grupos marginalizados. Através deste projeto, os alunos terão a oportunidade de causar um impacto positivo e desenvolver empatia e compreensão perante os desafios enfrentados pelos outros.

6.2 Avaliações

1. Introdução aos ODS

1. Cite as cinco áreas de importância crítica às quais os 17 ODS estão ligados e explique por que isso é chamado de cinco Ps.
2. Explique a ligação entre os ODM e os ODS.
3. Explique como os ODS diferem dos ODM.
4. Onde o ODS 10 se enquadra nos cinco Ps?
5. Que áreas de preocupação são abordadas principalmente pelo ODS 10?

2. Definição do ODS 2

1. Quais são os principais grupos em que as metas do ODS 10 podem ser divididas?
2. Que meta(s) do ODS 10 estão centradas nas desigualdades verticais?
3. Que meta(s) do ODS 10 estão centradas nas desigualdades horizontais?

2.1 Importância do ODS 10

1. Qual é a sua explicação para os atuais elevados níveis de desigualdade entre países e por que razão está aumentando?
2. Qual é a sua explicação para os atuais elevados níveis de desigualdade dentro dos países e por que razão está aumentando?
3. Qual é a situação do progresso para alcançar o ODS 10 até 2030?

4. Explique resumidamente o âmbito abrangente e a importância do ODS 10 com referência às três principais áreas temáticas abrangidas por este ODS.

2.2 Interdependências do ODS 10

1. Selecione quaisquer três ODS e explique brevemente como eles interagem com o ODS 10. Use exemplos da sua região para ilustrar a sua explicação.
2. Como o ODS 10 está interligado com os outros ODS? Que outros ODS você acha que serão mais diretamente afetados se o ODS 10 não for alcançado?

2.3 Vantagens do ODS 10

1. Quais seriam as principais vantagens para o mundo se o objetivo de redução da desigualdade dentro e entre os países pudesse ser alcançado?
2. Selecione quaisquer duas das metas do ODS 10 e explique as vantagens específicas que se manifestarão com o cumprimento dessas metas. Vincule-o a vantagens para sua região específica.

2.4 Desafios na realização do ODS 10

1. Quais são as principais fraquezas do ODS 10 e como é que essas fraquezas criam desafios à implementação deste ODS?
2. Explique como as interdependências do ODS 10 com todos os outros ODS constituem desafios para a realização do ODS 10. Selecione dois ODS para usar como exemplos para ilustrar a sua resposta.
3. Quais são as dificuldades na implementação do ODS 10 no seu país? Quais são as principais barreiras? E como eles podem ser superados?

3. Visão geral das crises globais que têm um impacto negativo na realização da igualdade global

1. Cite pelo menos três crises globais que afetam o cumprimento das metas do ODS 10 na sua região.

3.1 Mudanças climáticas

1. Que impacto negativo têm as alterações climáticas na igualdade na sua região?

3.2 COVID-19

1. A pandemia da COVID-19 teve impacto no progresso da realização das diversas metas do ODS 10 na sua região? Explique se esse impacto foi positivo ou negativo.
2. Como é que a pandemia da COVID-19 está a afetar as metas do ODS 10? Esses impactos são positivos ou negativos?
3. Como podem as ações do ODS 10 ajudar a recuperação pós-COVID-19?

3.3 Conflito

1. Explique o impacto negativo do conflito na igualdade/desigualdade na sua região.
2. Qual é a relação entre conflitos e igualdade/desigualdade em todo o mundo?

4. Progressos rumo à consecução da igualdade mundial até 2030

1. Como é que o seu estilo de vida atual afeta a realização das metas do ODS 10?
2. Na sua opinião, os países de África conseguirão atingir as metas do ODS 10 até 2030?
3. Quais metas do ODS 10 foram revertidas desde 2015? Explique sucintamente as razões pelas quais o cumprimento destas metas regrediu desde 2015.
4. Explique a tendência da desigualdade na região africana desde 2015.
5. Porque é que algumas metas dos ODS não podem ser medidas em África?
6. Na sua opinião, os países da América Latina e do Caribe conseguirão atingir as metas do ODS 10 até 2030?
7. Explique o significado do índice de Gini e como ele é calculado.

8. Considerando os desafios associados à abordagem da desigualdade, discuta e identifique as causas, consequências e soluções potenciais.
9. Que medidas podem ser tomadas na América Latina e no Caribe para alcançar as metas do ODS 10 até 2030?
10. Na sua opinião, quem são os principais responsáveis pelas medidas sugeridas nas 4 questões acima?
11. Qual o papel que a estagnação econômica na Europa desempenhou durante a pandemia de COVID-19 na consecução do ODS 10?
12. Cite algumas das iniciativas políticas e instrumentos introduzidos pela Comissão Europeia para reduzir as desigualdades.
13. Quais são os principais obstáculos para alcançar o ODS 10 na sua região/país?

5. Estudos de caso e melhores práticas

1. Selecione um estudo de caso no seu país que reflita as melhores práticas em termos de alcançar as metas do ODS 10 na sua região. Explique resumidamente este estudo de caso em relação ao ODS 10 e explique as melhores práticas relatadas neste estudo de caso que contribuirão para o alcance das metas do ODS.
2. Liste algumas boas práticas que podem contribuir para o alcance do ODS 10.
3. Qual poderia ser a sua contribuição para o ODS 10?

7. Considerações Finais

Este manual ofereceu uma introdução abrangente aos aspectos cruciais relacionados ao ODS 10, enquanto também destacou as crises globais que impactam negativamente sua realização e seu progresso em três contextos regionais distintos: África, América Latina e Caribe, e Europa. Os estudos de caso discutidos destacaram as melhores práticas nessas regiões, fornecendo uma base sólida para compreender os desafios e oportunidades relacionados ao ODS 10. Além disso, foram apresentadas leituras complementares, exercícios e avaliações para aprofundar o entendimento sobre o tema. A variedade de recursos e perspectivas oferecidas permite que os leitores desenvolvam suas próprias reflexões e insights sobre a importância do ODS 10. Esperamos que essa abordagem desperte seu interesse pelo ODS 10 e o capacite a conduzir uma aula ou série de aulas sobre o tema. Além disso, encorajamos a inovação na criação de aulas adicionais com base nas informações e recursos fornecidos neste manual.